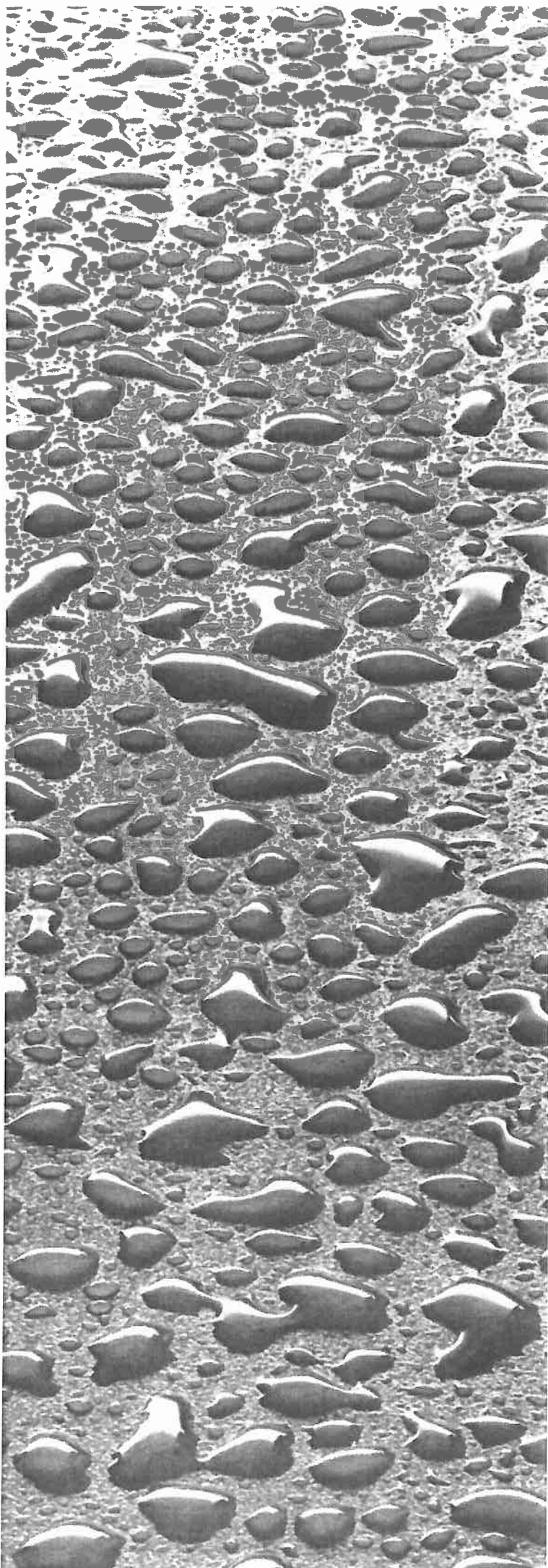
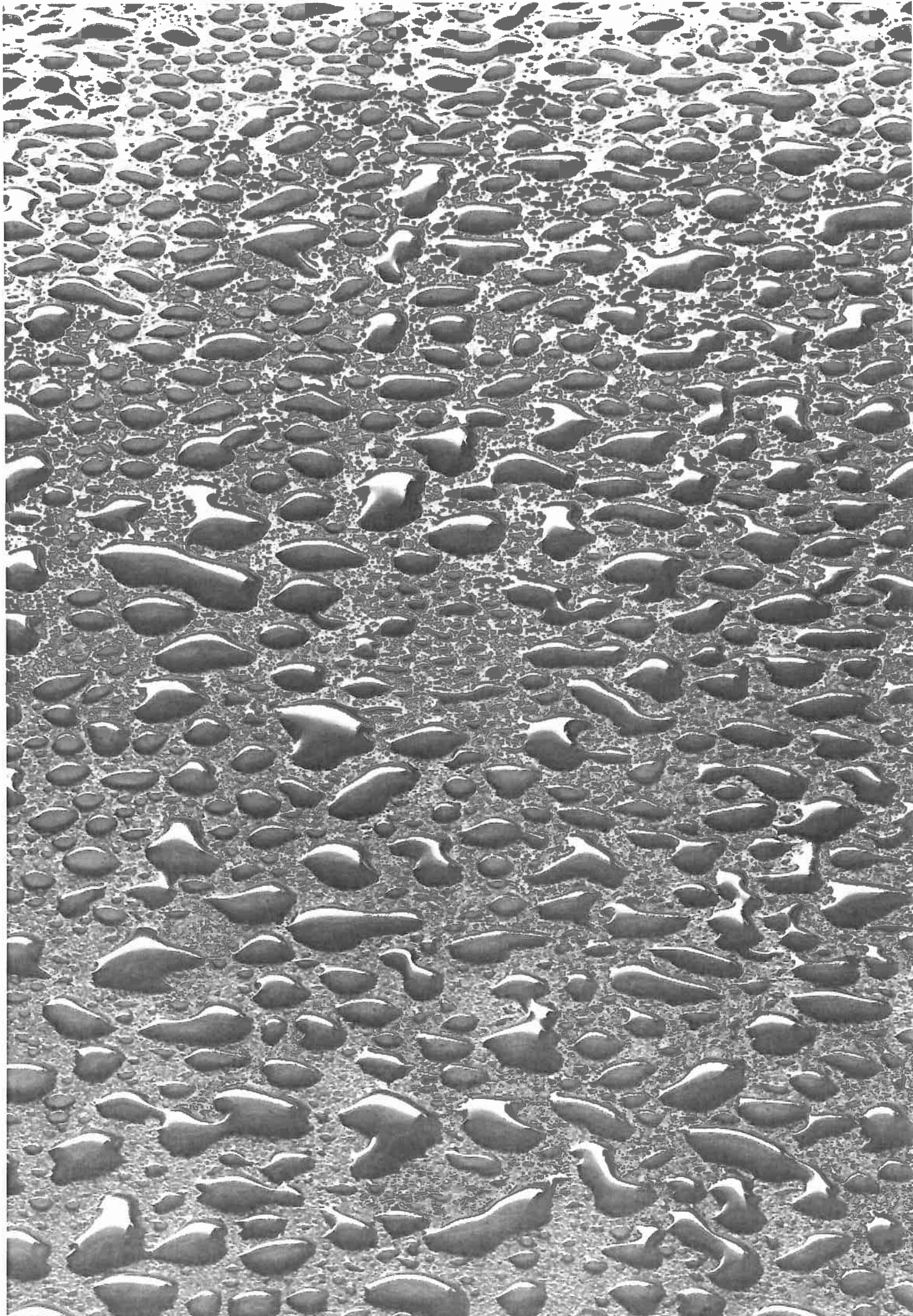




relatório e contas **2010**

Aprovado, por maioria, em Reunião da Câmara Municipal de 18 de Abril de 2011.





Índice

Órgãos Sociais

Mensagem do Conselho de Administração

Direcção de Planeamento e Obras (DPO)

Direcção de Exploração e Manutenção de Sistemas (DEMS)

Direcção Administrativa, Financeira e Comercial (DAFC)

Direcção de Recursos Humanos (DRH)

Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

Gabinete Técnico e de Inovação (GTI)

Gabinete de Informática (GI)

Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)

Situação Económica e Financeira

Dívidas em Mora à Segurança Social

Proposta de Aplicação de Resultados

Demonstrações Financeiras

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Deliberação do Conselho de Administração

Certificação e Parecer do Fiscal Único



ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Presidente

Dr. Marcelo Nuno Gonçalves Pereira

Administrador

Dr. Olinto Miguel Teodoro Vieira

Administradora

Eng.ª Sandra Correia Tavares de Pina

Fiscal Único

S.R.O.C.

Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes & V. Simões



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi um ano muito importante para a Águas de Coimbra, E.M.

Importante, essencialmente, porque foi um ano de profunda viragem nos mais relevantes aspectos da sua existência.

Foi um ano de profunda viragem no plano do investimento, na medida em que se alteraram significativamente as orientações estratégicas da empresa e, conseqüentemente, os seus níveis de investimento. Com efeito, consolidados os grandes investimentos infra-estruturais que permitiram ao município de Coimbra alcançar os níveis de cobertura da distribuição de água e no saneamento que o colocam numa situação invejável no panorama nacional (100% na água e 95% no saneamento), impunha-se uma alteração das prioridades, passando a existir um maior enfoque na requalificação e modernização da rede existente do que propriamente na sua expansão. Assim, a empresa redireccionou as suas prioridades de investimento para a requalificação e substituição de condutas envelhecidas diminuindo as roturas e as intervenções não planeadas e elevando a qualidade do abastecimento de água. Importa dizer que muitas das condutas que estamos agora a substituir têm mais de 50 anos e são constituídas por materiais menos resistentes e ambientalmente menos adequados que os que se utilizam presentemente. Para além da natural redução de custos, esta alteração de prioridades traduz-se numa evidente melhoria da qualidade do serviço e da qualidade ambiental.

Por outro lado, ficou estabelecido que novos alargamentos da rede devem estar sujeitos a um princípio de sustentabilidade económico-financeira de longo prazo, evitando-se assim a realização de avultados investimentos sob a pressão de critérios que não tenham qualquer relação com o esforço económico solicitado à totalidade dos clientes (municípios) do sistema.

Foi igualmente um ano de importante viragem na consolidação económico-financeira da empresa. A gradual redução das transferências financeiras por parte da autarquia, na sequência dos acordos firmados com as Águas do Mondego, rapidamente deixaria a empresa numa situação de delicado desequilíbrio económico-financeiro, como facilmente se percebe pela observação do quadro da página 40 do presente relatório, caso não se tomasse qualquer medida de readaptação da sua estrutura de custos a esta realidade. As transferências por parte do município, a partir de 2010 tornaram-se praticamente inexpressivas, pelo que se impunha também aqui uma nova orientação no que concerne à estrutura de custos da empresa.

A juntar a este facto, a imposição do princípio do "Total Cost Recovery", que significa que os custos relativos ao funcionamento da empresa (incluindo os de investimento) devem ser integralmente recuperados pelas suas receitas próprias, isto é, fundamentalmente através das tarifas, obriga a empresa a uma rápida adaptação a uma nova realidade.

Por outro lado, o agravamento da crise económica em que o país se encontra mergulhado aumenta a responsabilidade da empresa na manutenção de tarifas socialmente sustentáveis, obrigando a uma política de contenção de custos ainda mais rigorosa.

É, aliás, neste quadro de grande contenção de custos que se inscrevem os significativos cortes em rubricas tão relevantes com os custos com pessoal, cujo consistente crescimento não só foi parado, como ainda se verificou uma redução de 7,82% no seu valor anual. Mas também os custos com materiais de conservação sofreram uma redução de 34,06% como resultado de uma política de grande rigor e absoluta contenção orçamental.

A este respeito importa referir que a “Águas de Coimbra, E. M.” concluiu este ano 9 obras (no valor de 3.595.392,92€) sem qualquer desvio orçamental positivo. Pelo contrário, a empresa conseguiu concluir estas obras com um valor de 56.026,22€ inferior ao valor de adjudicação (3.651.419,14€), ilustrando o rigor, a competência e o apurado sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e que, por ser pouco habitual na administração pública, merece ser enaltecido.

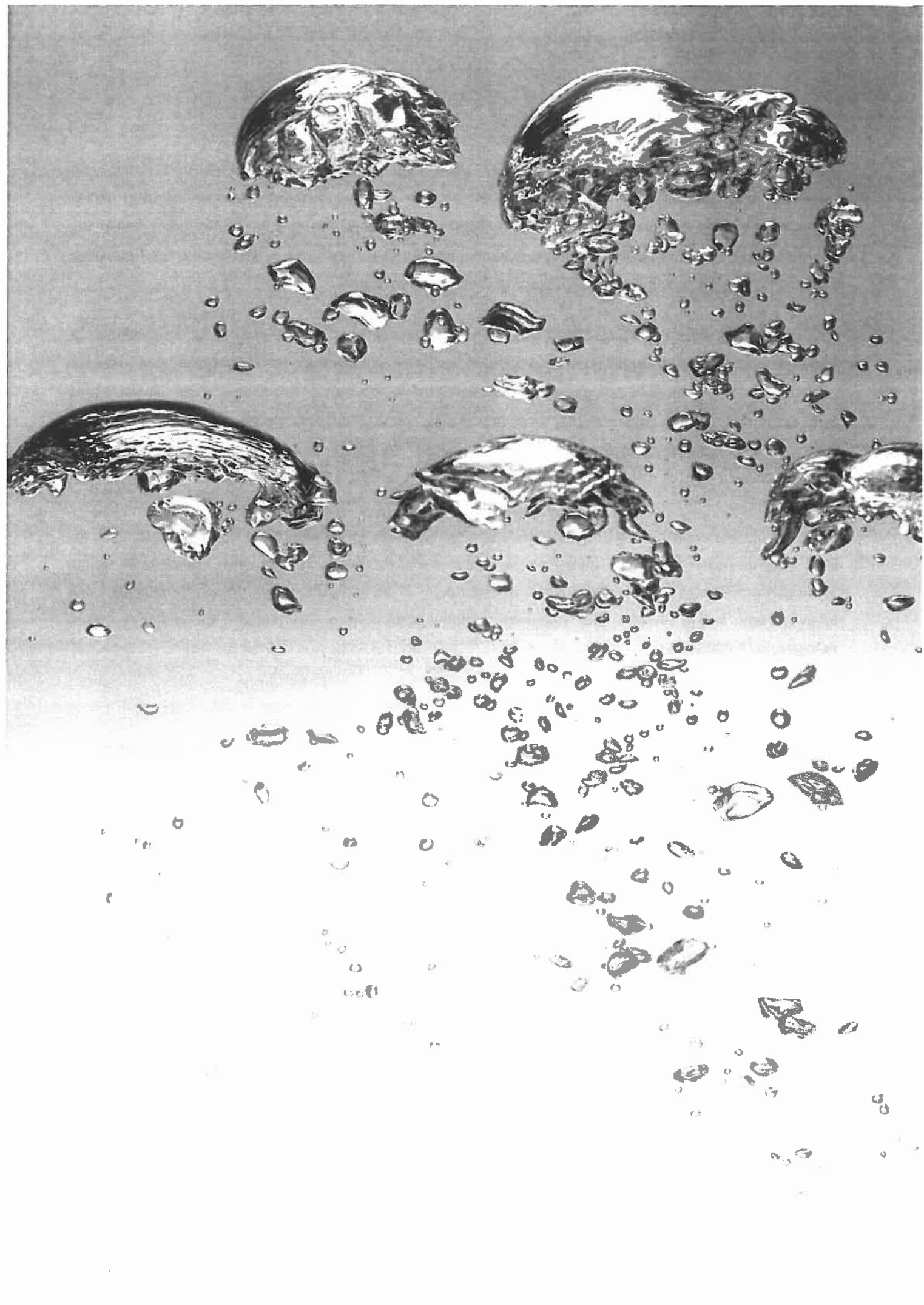
Paralelamente, e fruto da mesma política de rigor e de gestão “apertada” dos recursos disponíveis, a empresa registou uma função financeira (diferença entre encargos financeiros e proveitos financeiros) positiva no valor de 27.241,18€, apesar de contar com uma dívida superior às disponibilidades financeiras.

Por fim, duas notas finais para justificar o resultado líquido negativo que a empresa registou em 2010. Para além da já referida redução das transferências por parte da CMC, a falta de pagamento, por parte das Águas do Mondego, do valor de 1.559.966,38€ referentes à integração na concessão de novas infra-estruturas, impediram a empresa de apresentar resultados líquidos positivos.

Por outro lado, o facto de a empresa não ter alterado a sua política de amortizações - que lhe permite a reposição integral de todo o investimento no curto período de 30 anos - faz com que as amortizações do exercício tenham uma expressão muito relevante, pressionando o resultado para valores negativos. Trata-se, como se sabe, de um custo não financeiro, que traduz uma reposição do investimento total da empresa num período muito curto (tendo em conta que a maior parte das suas infra-estruturas terão seguramente uma vida útil muito superior a este período - algumas bem mais do dobro), pelo que se pode afirmar que se trata de uma postura altamente conservadora que deverá ser objecto de reavaliação brevemente.

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento, a todos os que colaboraram nas actividades desenvolvidas no Exercício de 2010, nomeadamente:

- Aos clientes e munícipes de Coimbra, pela confiança na qualidade dos serviços prestado;
- Aos colaboradores da empresa, pela capacidade e empenho evidenciado, tendo a satisfação dos clientes como valor fundamental.



Direcção de Planeamento e Obras (DPO)

Com base na consolidação do modelo de gestão para a Águas de Coimbra – que se pode sintetizar na premissa: “tentar alcançar a total satisfação dos nossos clientes, assim como das restantes partes interessadas (colaboradores, fornecedores, accionista e comunidade), fazendo o melhor uso possível dos recursos disponíveis” -, a DPO estabeleceu como prioridades, em 2010, a reabilitação das redes de distribuição de água existentes e a ampliação da rede de saneamento.

Por conseguinte, para o período 2006/2010, atendendo à cobertura praticamente total do concelho de Coimbra com distribuição pública de água, ao nível da construção de novas infra-estruturas as prioridades continuam a ser: (1) a reabilitação das redes de distribuição que pela sua idade, estado de conservação e nível de perdas de água ou capacidade de transporte, importa substituir (gestão patrimonial de infra-estruturas); (2) a ampliação do serviço público de drenagem de águas residuais de modo a servir a grande maioria da população do concelho de Coimbra, tendo em atenção critérios de custo e de eficiência e as metas definidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), para o período 2007/2013; e (3) implementação de medidas destinadas a evitar a entrada de águas pluviais nos sistemas de drenagem de águas residuais, com a concomitante descarga de águas residuais nos meios receptores, dificuldades de exploração de ETAR e dificuldades no relacionamento entre empresas em “baixa” e em “alta” (sistemas multimunicipais), tomando também em conta as metas definidas no PEAASAR II.

No âmbito das prioridades (1) e (2), destaca-se:

A conclusão dos grandes investimentos de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho - 2ª Fase;

A conclusão da empreitada de obras complementares aos grandes investimentos realizados nos últimos anos que contempla a intervenção em 14 freguesias;

A continuação das empreitadas relativas à 3.ª Fase da intervenção na freguesia de Almalaguês (povoações de Portela do Gato, Cestas, Torre de Bera, Outeiro de Bera, Bera e Monte de Bera);

Continuação da Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho – 3ª Fase;

Continuação da empreitada de saneamento básico na povoação de Castelo Viegas - 2.ª fase, bem como o início da empreitada de saneamento básico na povoação de Lagoas - 1.ª fase.

Relativamente à prioridade (3), há a destacar:

Conclusão da empreitada de remodelação de infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem, no Bairro de Celas, e a realização da empreitada de remodelação das redes de drenagem na Rua Alexandre Herculano.

Destaca-se ainda o início das aquisições de serviços de reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR), de Reservatórios e de Estações Elevatórias de Água (EEA), que permitirão dotar estas instalações das adequadas condições de higiene e segurança.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com o necessário trabalho de campo, de levantamento dos elementos de cadastro das redes de água e de drenagem.

Foi também continuada a elaboração de projectos de considerável dimensão que permitirão, em 2011, iniciar várias empreitadas importantes, tais como:

A Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho – 4ª fase;

O reforço do abastecimento de água à freguesia de S. João do Campo;

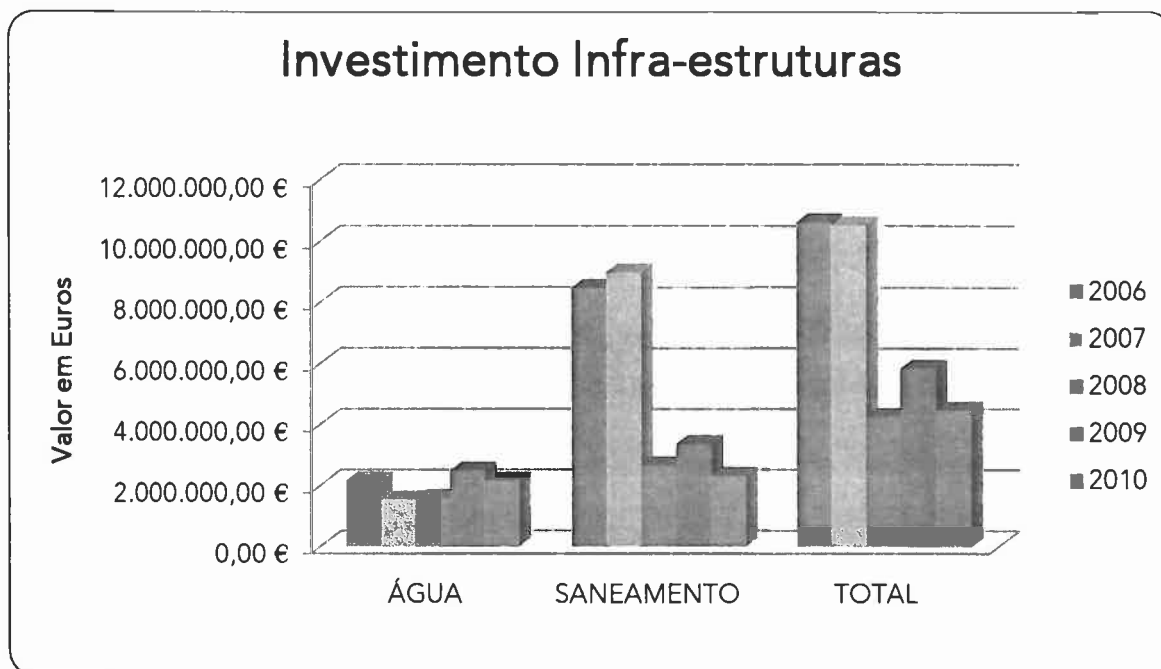
A extensão das redes de drenagem de águas residuais e de remodelação do sistema de distribuição de água em algumas povoações, nas freguesias de Almalaguês, Castelo Viegas e Ceira;

Outros pequenos prolongamentos em freguesias cuja taxa de cobertura é já superior a 95%;

Focalização no planeamento e gestão do sistema de drenagem de águas pluviais, de acordo com as competências assumidas pela empresa.

Relativamente ao Plano de Investimentos Plurianual, o nível de investimento em infra-estruturas de água e saneamento, realizado em 2010, foi de 4.458.013,67€, dos quais 2.136.591,26€ em rede de água e 2.321.422,41€ em rede de saneamento, conforme é traduzido no quadro e gráfico seguintes:

INVESTIMENTOS EM ÁGUA E SANEAMENTO			
ANO	ÁGUA	SANEAMENTO	TOTAL
2006	2.154.959,76 €	8.514.801,17 €	10.669.760,93 €
2007	1.557.502,12 €	9.018.452,90 €	10.575.955,02 €
2008	1.597.966,88 €	2.661.846,45 €	4.259.813,33 €
2009	2.490.469,54 €	3.368.056,09 €	5.858.525,63 €
2010	2.136.591,26 €	2.321.422,41 €	4.458.013,67 €
Total	9.937.489,56 €	25.884.579,02 €	35.822.068,58 €



O ano de 2010 marca a consolidação da prioridade (1). Já no ano de 2009 existiu um aumento significativo do investimento relacionado com a remodelação das redes de distribuição de água, que se traduziu em 29,7 Km de condutas remodeladas e 1240 ramais de água reabilitados. Em 2010, os valores foram de 37 Km de condutas reabilitadas e 1533 ramais reabilitados.

Durante o ano de 2010, acompanharam-se igualmente cinco prestações de serviços externas de elaboração de projectos, que darão origem a empreitadas a realizar nos próximos anos:

Reforço de abastecimento de água ao sector noroeste do concelho de Coimbra;

Saneamento Básico da Freguesia de Almalaguês - 4ª Fase - Rio de Galinhas e Monforte;

Rede de Drenagem de Águas Residuais em Casal do Lobo, Cova do Ouro, Dianteiro, Carapinheira, Serra da Rocha, Golpe e Rocha Velha e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Casal do Lobo;

Rede de Drenagem de Águas Residuais na parte sul da freguesia de Torres do Mondego - Carvalhosas, Palheiros e Zorro;

Elaboração de projecto de infra-estruturas de drenagem no Vale da Arregaça, junto à linha do Metro Mondego.

Segue-se uma descrição detalhada de cada Serviço da DPO.

SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - SAFO

Este serviço tem como principal objectivo a gestão da construção de infra-estruturas executada no âmbito de empreitadas de obras públicas, promovidas pela AC. Nesse âmbito, desenvolveram-se obras relevantes, nomeadamente:

Conclusão de obras iniciadas antes de 2010:

- Remodelação de infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem no Bairro de Celas;
- Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho de Coimbra - 2ª Fase;
- Prolongamento da rede de drenagem de águas residuais na rua da Balseira - Cruz de Morouços;
- Rede de drenagem de águas residuais e remodelação da rede de abastecimento de água na rua do Brejo;
- Rede de drenagem de águas residuais e remodelação da rede de abastecimento de água na Ladeira do Vale de Judeus - Banhos Secos;

Execução de Obras Complementares nas Redes de Drenagem de Águas Residuais e de Abastecimento de Água em Várias Freguesias do Concelho de Coimbra;

Foram consignadas e concluídas, em 2010, as seguintes obras:

- Desvio de colector junto ao centro cultural de S. Martinho do Bispo;
- Reparação de calçadas em zonas não intervencionadas na rua Alexandre Herculano;
- Trabalhos complementares para o emissário do novo Hospital Pediátrico - margem direita.

Foi continuada a execução das seguintes obras, já consignadas anteriormente a 2010, e que ainda se encontram em curso:

- Rede de Drenagem de Águas Residuais e Remodelação da Rede de Água em Castelo Viegas - 2ª Fase;

Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho de Coimbra - 3ª Fase;
Saneamento Básico da Freguesia de Almalaguês - 3ª Fase - Portela do Gato, Cestas, Torre de Bera, Outeiro de Bera, Bera e Monte de Bera.

Foram consignadas, em 2010, as seguintes obras, cuja execução continua em 2011:

- Rede de drenagem de águas residuais e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água nas Lagoas - 1ª Fase;
- Construção de uma EEAR na rua da fonte em Arzila;

Remodelação da rede de drenagem de águas residuais na rua Alexandre Herculano (obra actualmente suspensa no sentido de apurar o comportamento das grelhas executadas na rua Olímpio Nicolau Fernandes);

Remodelação da rede de abastecimento de água na travessa da Esperança;

Remodelação da rede de abastecimento de água na rua da Lomba – Carvalhosas.

No total decorreram, considerando as diversas fases e o desenvolvimento plurianual de alguns projectos, 17 empreitadas.

Foram lançados concursos e realizada a inerente gestão e tratamento processual para a realização de dez empreitadas:

Desvio de colector junto ao Centro Cultural de S. Martinho do Bispo;

Reparação de calçadas em zonas não intervencionadas na rua Alexandre Herculano;

Trabalhos complementares para o emissário do novo Hospital Pediátrico - margem direita;

Construção de uma EEAR na rua da fonte em Arzila;

Remodelação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Rua Alexandre Herculano;

Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na Travessa da Esperança;

Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na Rua da Lomba – Carvalhosas;

Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho Coimbra - 4ª Fase (Sistemas da Cumeada, Olivais e Olivais Torre);

Rede de drenagem de águas residuais e remodelação da rede de água na encosta nascente do Marco dos Pereiros;

Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Banhos Secos e Lajes de Cima.

Foram geridas e acompanhadas seis aquisições de serviços:

Fiscalização e coordenação de segurança em obra da empreitada de infra-estruturas exteriores de abastecimento de água ao empreendimento Coimbra Inovação Parque;

Execução de aquisições de terrenos, expropriações e servidões para a futura empreitada de obras complementares nas redes de drenagem de águas residuais e de distribuição de água em várias freguesias do concelho de Coimbra;

Aquisições de terrenos, expropriações e servidões em várias zonas do concelho de Coimbra, para a Instalação de Sistemas de Saneamento Básico - Fase 1;

Realização de estudo geológico e geotécnico para a construção de uma EEAR em Arzila;

Reabilitação de Reservatórios e de EEA - higiene e segurança;

Reabilitação de EEAR - higiene e segurança.

Foram ainda acompanhadas as seguintes 12 empreitadas, promovidas por outras entidades, que envolveram execução ou remodelação de infra-estruturas geridas pela AC:

Infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem da via de acesso ao empreendimento Coimbra Inovação Parque - Câmara Municipal de Coimbra;

Coimbra Inovação Parque - Obra de infra-estruturas da 1ª fase - Coimbra Inovação Parque;

IC2 - Variante Sul de Coimbra – Estradas de Portugal, S.A;

Via de acesso ao Hospital Pediátrico - Câmara Municipal de Coimbra;

Linha do Norte - Subtroço 2.3 Alfarelos/Pampilhosa - Passagens desniveladas e respectivos caminhos de acesso em Souselas – REFER;

Remodelação das escadas do Quebra Costas e Rua do Arco de Almedina - 1ª fase - Rua do Arco de Almedina - Câmara Municipal de Coimbra;

Repavimentação da Rua da Alegria, incluindo remodelação de infra-estruturas - Câmara Municipal de Coimbra;

Repavimentação e remodelação de infra-estruturas na Couraça dos Apóstolos - Câmara Municipal de Coimbra;

Repavimentação da Rua Corpo de Deus /Largo da Capela de N.ª Sr.ª da Vitória, incluindo remodelação de infra-estruturas - Câmara Municipal de Coimbra;

Sistema de Mobilidade do Mondego - Troço Alto S. João /Sobral de Ceira - Metro Mondego e REFER;

Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco - Coimbra - Câmara Municipal de Coimbra;

Rede de drenagem de águas pluviais na rua da Azenha - Antuzede - Junta de Freguesia de Antuzede.

No âmbito do SAFO foi ainda realizada a coordenação da interligação com as várias empreitadas em curso da Águas do Mondego.

SERVIÇO DE ESTUDOS, PROJECTOS, VISTORIAS E PARECERES – SEPVP

Este serviço tem como principais atribuições emitir pareceres sobre projectos particulares de redes prediais e de infra-estruturas de loteamentos, bem como a fiscalização dessas mesmas infra-estruturas. Tem também competências na realização de estudos e projectos de infra-estruturas.

Relativamente aos Processos de Redes Prediais foram realizadas as seguintes actividades:

484 pareceres sobre projectos prediais;

497 pareceres sobre comunicações prévias;

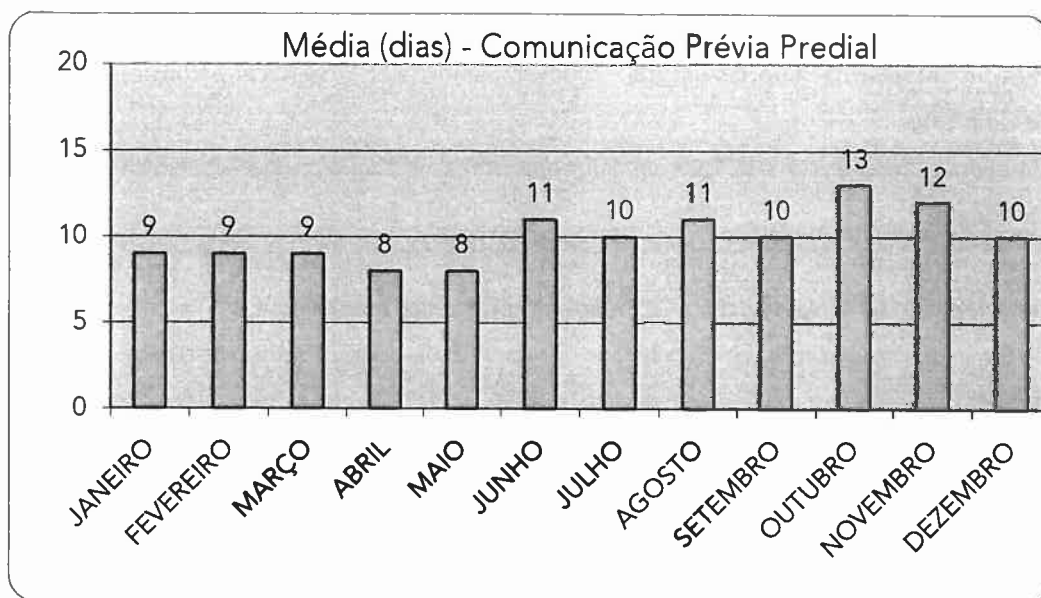
43 pedidos de projectos simplificados;

16 pareceres sobre informações prévias prediais;

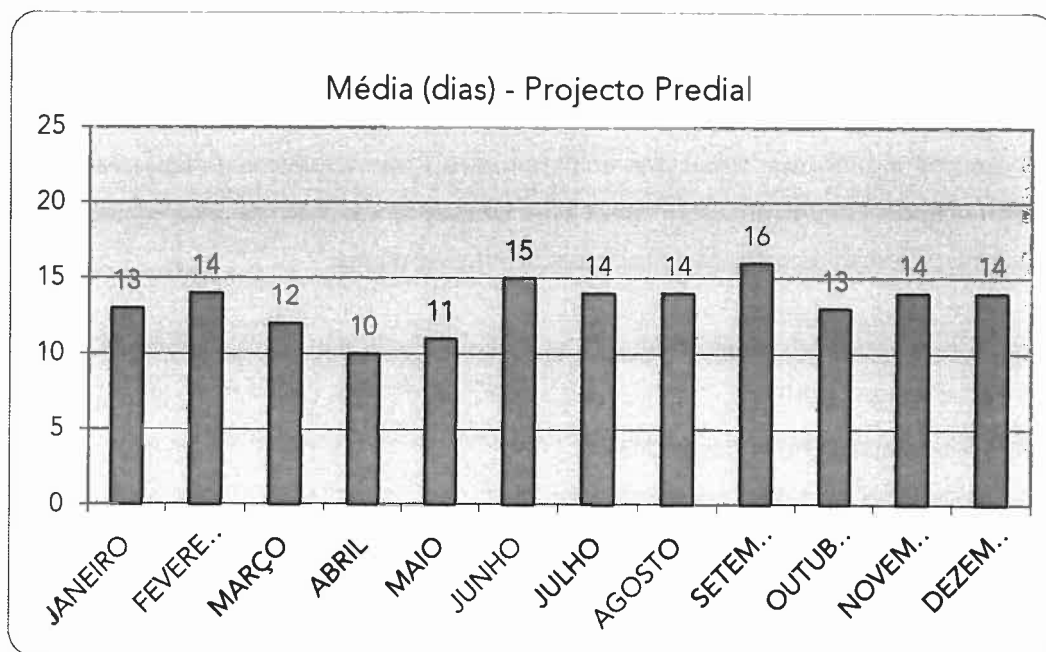
316 comunicações de início de obra;

321 comunicações de fim de obra;
 363 vistorias de final de obra aprovadas;
 1362 novas instalações aprovadas para colocação de contadores;
 76.280,30€ de tarifas de vistorias finais.

O tempo médio desde a recepção da comunicação prévia predial, devidamente instruída, até à emissão de parecer, foi de dez dias úteis, superando o objectivo inicial de 12 dias, conforme demonstra o seguinte gráfico:



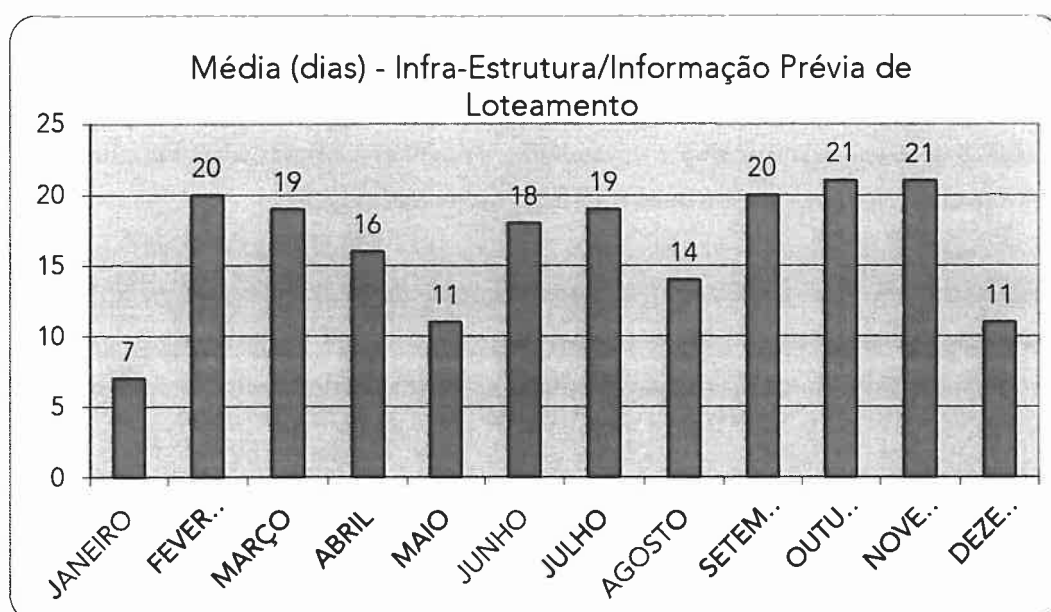
O tempo médio desde a recepção do projecto predial, devidamente instruído, até à emissão de parecer, foi de 13 dias úteis, superando o objectivo inicial de 14 dias, conforme demonstra o seguinte gráfico:



Sobre os Processos de Loteamentos as actividades realizadas foram as seguintes:

- 66 pareceres sobre projectos de infra-estruturas;
- 11 informações prévias de loteamentos;
- 32 obras fiscalizadas de execução de infra-estruturas;
- 17 recepções provisórias de obras infra-estruturas.

O tempo médio desde a recepção das informações prévias e dos projectos de infra-estruturas dos loteamentos, devidamente instruídos, até à emissão de parecer foi de 16 dias úteis, superando o objectivo inicial de 18 dias, conforme demonstra o seguinte gráfico:



Os trabalhos de gestão da execução de prolongamentos e ramais solicitados pelos particulares resumem-se nos seguintes quadros:

RAMAIS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DRENAGEM DOMÉSTICA	DRENAGEM PLUVIAL
Executados empreitada	39	53	12
Executados adm. directa	172	167	34
Anulados	154	175	94
Arquivados	35	31	7

PROLONGAMENTOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DRENAGEM DOMÉSTICA	DRENAGEM PLUVIAL
Executados empreitada	671 m	394 m	208 m
Executados pelos requerentes	395 m	136 m	1.178 m

Foram elaborados ou alterados internamente os 27 projectos cujo valor total de obras foi orçado em 3210 913,38 €. Foram igualmente elaborados 22 estudos relativos a abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de águas pluviais

Foram também analisados diversos projectos e estudos relacionados com as interferências nas infra-estruturas geridas pela AC, de grandes obras como a Rede de Alta Velocidade (RAV), os diversos troços do Sistema de Mobilidade do Mondego, e a Subconcessão do Pinhal Interior.

Foi ainda realizado o acompanhamento das seguintes empreitadas promovidas por outras entidades, que envolveram execução ou remodelação de infra-estruturas geridas pela AC:

Rectificações/desvios das nossas infra-estruturas resultantes dos trabalhos da REFER (eliminação de passagens de nível);

Acompanhamento dos trabalhos de infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem na via estruturante de Santa Clara - S. Martinho /Troço rotunda Quinta do Lagar - Centro de Saúde - Câmara Municipal de Coimbra;

Acompanhamento de infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem na via de acesso ao Centro de Saúde de Almalaguês.

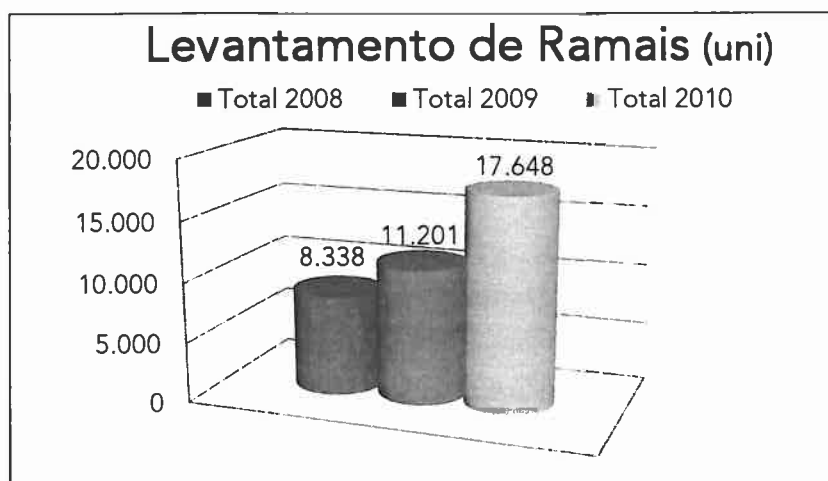
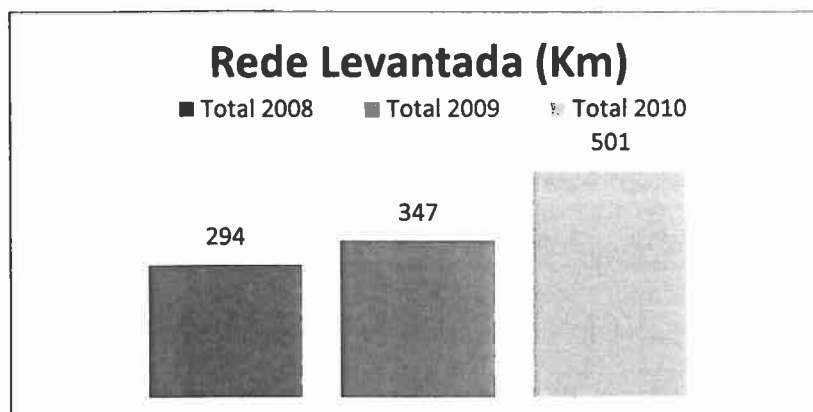
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CADASTRAL - SIC

Tem como principal objectivo dar apoio a todos os serviços que necessitem de informação cadastral, elementos cartográficos e projectos CAD, assegurando a fiabilidade e rigor da informação cadastral das infra-estruturas geridas pela AC, o que inclui as instalações dos contadores no âmbito do sistema UBS.

Desde 2008 que a AC dispõe de um Sistema de Informação Geográfica (SIG): uma aplicação que disponibiliza informação de suporte às actividades de planeamento e de exploração e manutenção das infra-estruturas de água e saneamento.

A informação disponibilizada pelo SIG tem vindo a ser melhorada com um enfoque nos levantamentos de campo, e respectiva actualização informática, dos elementos de cadastro das infra-estruturas e localização das instalações.

No âmbito da implementação do SIG e actualização de todo o cadastro, em 2010 ficaram concluídas todas as Zonas de Medição e Controlo (ZMC), com a excepção de 33km relativos à ZMC do Sistema Inferior. A extensão de rede de água levantada foi de 501 Km e o número de ramais levantados foi de 17.648. Nas figuras seguintes apresentam-se os resultados obtidos entre 2008 e 2010.

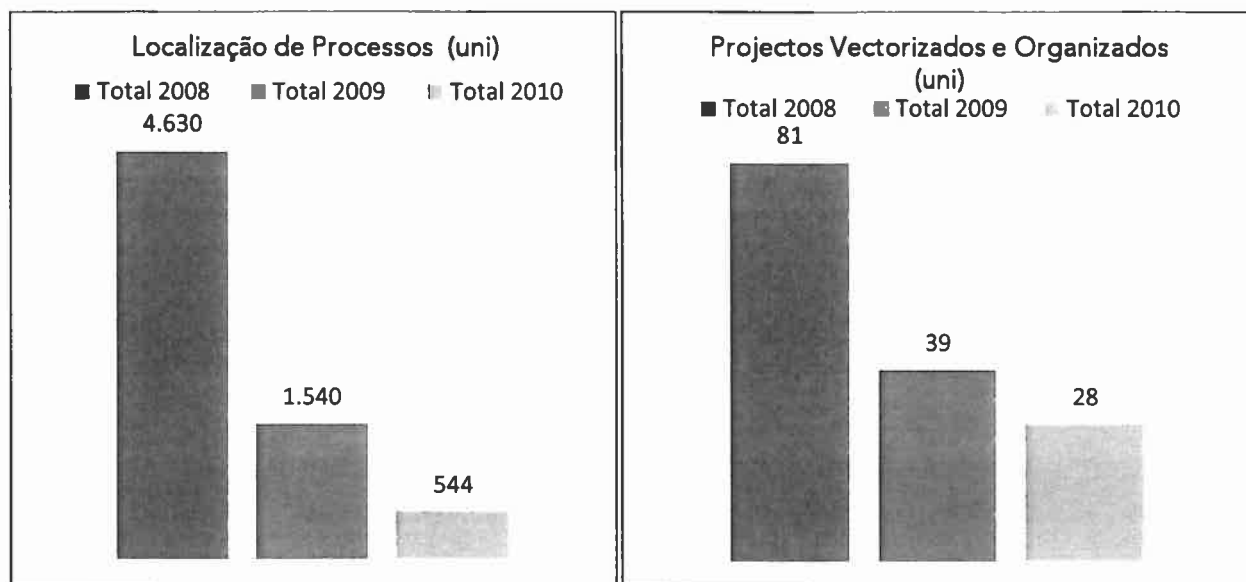


Em relação à rede de drenagem, por ser um trabalho que exige recursos humanos e materiais que este serviço não dispõe, optou-se por realizar uma segunda prestação de serviços externa para levantamento cadastral. Foram levantados elementos relativos à extensão de 206 Km.

Na tentativa de aproximação de todos os colaboradores ao desenvolvimento do SIG, realizaram-se várias acções de formação e de informação, para que todos pudessem dar o seu contributo à recolha de informação cadastral. Novos procedimentos continuam a ser implementados no âmbito do SIG, nomeadamente, a colocação das ocorrências, fugas, roturas e obstruções, para suporte a futuras análises e decisões de remodelação de rede.

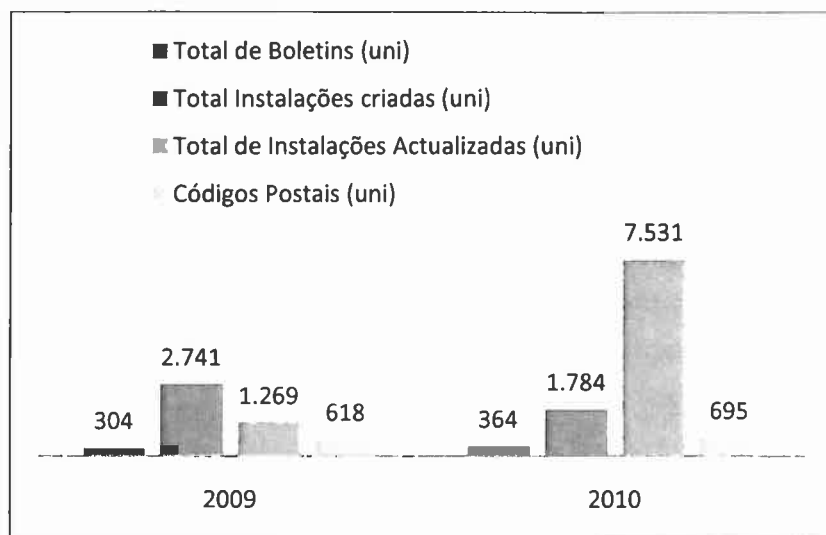
Paralelamente ao trabalho realizado no âmbito do SIG, este serviço foi desenvolvendo outro tipo de actividades, nomeadamente:

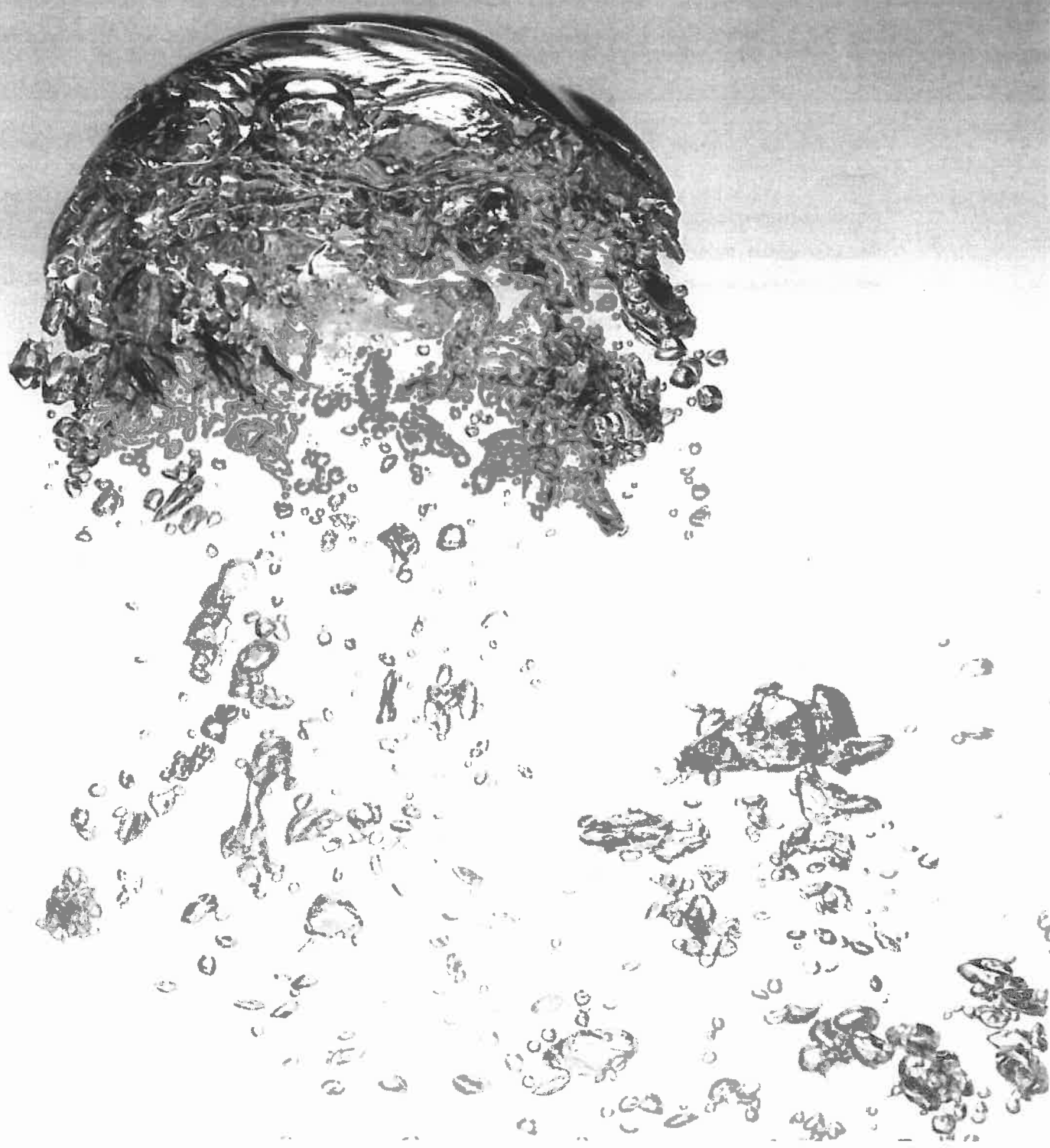
Vectorização e organização de projectos de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, tendo em vista a preparação de dados para concursos;
Criação de desenhos técnicos e plantas temáticas;
Levantamentos topográficos, para actualização cadastral e para apoio a projectos;
Impressões e cópias de grandes formatos;
Actualização do ficheiro de localização de processos particulares, para apoio ao SEPVP.



Relativamente ao sistema UBS e apoio à área comercial, o SIC registou a criação de 1784 instalações relativas a boletins de fiscalização, processos e instalações não migradas. Em relação à gestão de instalações, prestando apoio ao atendimento, foram criados cerca de 618 códigos postais e foram actualizadas, aproximadamente, 7531 instalações.

No âmbito do programa de controlo de perdas de água foram criadas mais 17 ZMC, totalizando agora um número de 52.





Direcção de Exploração e Manutenção de Sistemas (DEMS)

A exploração e a manutenção das infra-estruturas da AC, de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais, bem como a manutenção das linhas de água urbanas, são competências da DEMS.

Numa perspectiva de continuidade dos objectivos estratégicos definidos pela Administração, no ano de 2010, a DEMS manteve as acções implementadas anteriormente, das quais destacamos o Plano de Redução de Perdas de Água, pelos resultados obtidos. A prestação de serviços de implementação da Telegestão foi concluída e já é possível extrair dados desta ferramenta, o que permitirá melhorar a eficiência de todos os recursos existentes e a optimização do consumo energético.

No ano de 2010, a DEMS deu continuidade à execução dos planos de manutenção já implementados, nomeadamente:

Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) e o Programa de Controlo Operacional (PCO);

Plano de Higienização e Limpeza de Reservatórios;

Recuperação e Impermeabilização de Reservatórios;

Planos de Manutenção Preventiva de Estações Elevatórias de Água e de Águas Residuais;

Plano de Descargas na Rede de Distribuição de Água;

Plano de Controlo de Perdas de Água;

Plano de Gestão do Parque de Contadores;

Plano de Manutenção de Hidrantes.

A estrutura organizacional da DEMS encontra-se dividida em três serviços distintos: Serviço de Água e Saneamento (SAS); Serviço de Oficinas, Viaturas e Equipamento (SOVE); Serviço de Instalações e Linhas de Água (SILA). Por sua vez, o SAS subdivide-se em Sector de Água (SEAG), Sector de Saneamento (SESA) e Sector de Equipamentos Electromecânicos (SEEE); o SOVE subdivide-se em Sector de Viaturas e Equipamentos (SEVE), Sector Laboratório de Contadores (SELAB) e Sector de Oficinas Gerais (SEOF); e o SILA subdivide-se em Sector de Pavimentos e Instalações (SEPI) e o Sector de Prolongamentos e Ramais (SERP). Além dos serviços mencionados, a DEMS conta ainda com o Gabinete dos Sistemas Municipais (GSM), o Gabinete de Controlo de Perdas de Água (GCPA) e o Gabinete de Ordens de Trabalho de Água e Saneamento (GOTAS).

SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SAS

Todas as intervenções de manutenção (preventiva e curativa) necessárias à conservação das infra-estruturas da AC são responsabilidade do SAS, tendo como objectivo final a prestação de um serviço de elevada qualidade aos clientes da empresa

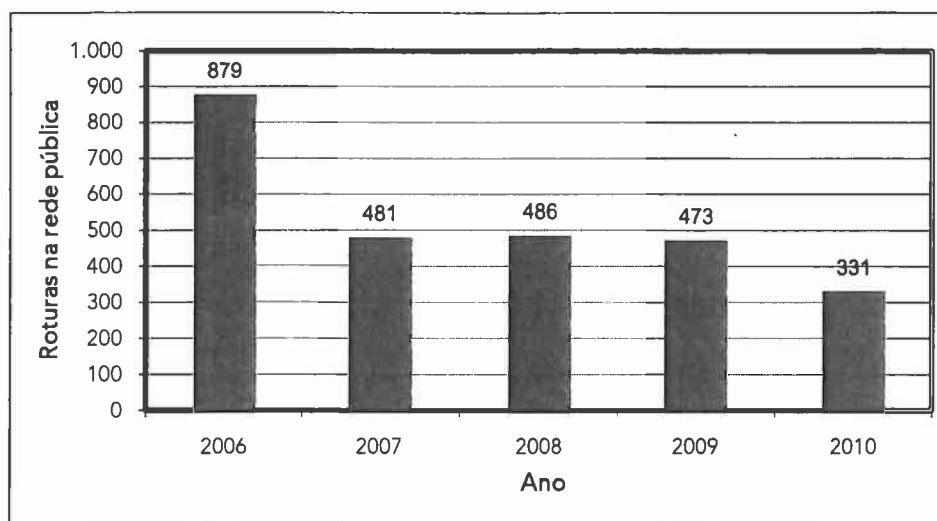
SECTOR DE ÁGUA – SEAG

O SEAG é o sector responsável pela exploração e pela manutenção do sistema de abastecimento de água.

O Quadro seguinte resume a actividade do SEAG entre 2006 e 2010, separada por tarefas previsíveis e tarefas imprevisíveis.

Grupo Tarefas		2006	2007	2008	2009	2010	
		Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Variação 2010/2009 (%)
Previsíveis	Na rede pública	4026	3648	4858	4940	4600	-6,9%
	Nos ramais domiciliários	1453	208	168	127	126	-0,8%
	Movimentação de contadores	10917	10845	24164	14508	10563	-27,2%
	Total	5479	3856	5026	5067	4726	-6,7%
Imprevisíveis	Na rede pública	878	481	483	473	331	-30,0%
	Nos ramais domiciliários	1869	1797	1704	1969	2056	4,4%
	Total	2747	2278	2187	2442	2387	-2,3%

O número de intervenções imprevisíveis diminuiu relativamente ao ano anterior devido à redução significativa das reparações na rede pública. Esta redução de 30% resulta das empreitadas de remodelação das redes de água em vários locais da cidade que têm sido executadas nos últimos anos. Por outro lado, ao nível dos ramais ocorreu um ligeiro aumento, relativamente a 2009, que justificamos pela acção permanente do GCPA na detecção de fugas. No gráfico que se apresenta de seguida ilustra-se a evolução temporal do número de roturas em condutas da rede pública de abastecimento de água.



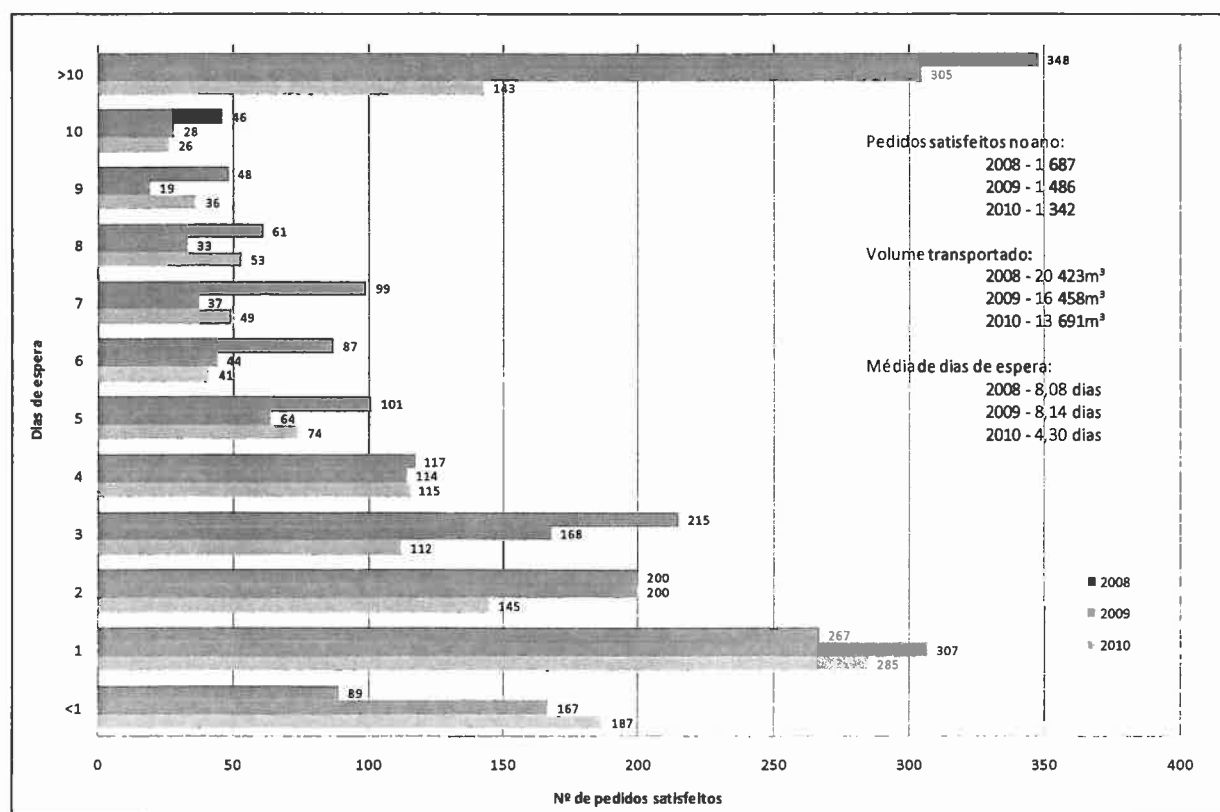
Relativamente aos números das intervenções previsíveis, ocorreu um decréscimo porque o número de solicitações foi inferior e as necessidades de movimentação de contadores, no âmbito do Plano de Controlo das Perdas de Água, previa uma redução do número de substituições a executar comparativamente ao ano anterior.

A continuidade de implementação de novas empreitadas de remodelação da rede de água, com principal incidência nos locais onde as ocorrências são significativas, será importante para diminuir ainda mais o número de intervenções imprevisíveis.

SECTOR DE SANEAMENTO – SESA

O SESA é o sector responsável pela exploração e manutenção dos sistemas de drenagem de águas residuais e de águas pluviais. O número de solicitações urgentes, produzidas pelos clientes e que requerem a intervenção imediata da equipa de piquete de saneamento, foi de 2234 que é um valor semelhante ao ano anterior.

O SESA recebeu 1342 pedidos de limpeza e vazamento de fossas sépticas particulares. Destes, apenas 1266 foram efectivamente satisfeitos que correspondeu um volume de 13.691m³ de efluente transportado e vazado. Relativamente ao tempo de resposta, em 2010 cerca de 80% dos pedidos foram satisfeitos em menos de sete dias, um acréscimo de 6% face aos resultados alcançados em 2009. Como era expectável, a diminuição do número de pedidos é o reflexo das obras de ampliação da rede de drenagem de águas residuais e da fiscalização das ligações ao sistema público.



Relativamente ao Plano de Manutenção e Limpeza das Sarjetas e Sumidouros e apesar do acréscimo do número total de dispositivos das 17 zonas, manteve-se a frequência média de limpeza, ou seja, cada dispositivo foi limpo duas vezes no ano.

SECTOR DE EQUIPAMENTOS ELECTROMECAÑICOS - SEEE

Compete à SEEE garantir a fiabilidade de funcionamento de todos os equipamentos instalados nas diversas centrais elevatórias de água e de saneamento, seja pela execução do plano de manutenção preventiva em curso ou pelas acções de manutenção correctiva com carácter de urgência.

Foi finalizada a prestação de serviços de Concepção, Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Supervisão das Redes de Abastecimento de Água e Saneamento.

Nas 38 EEA que compõem o sistema, foram consumidos cerca de 1 115 MWh de energia eléctrica (-11% do que em 2009). Já nas EEAR foram consumidos cerca 205 MWh de energia eléctrica, valor que representa um acréscimo de cerca de 19,6% relativamente ao ano de 2009, que justificamos pelo facto de ter sido o primeiro ano completo de funcionamento das cinco novas EEAR: duas em S. João do Campo, duas em Cioga do Campo e uma em S. Facundo.

Com base nos resultados da exploração de 2010, calcularam-se os indicadores de desempenho relacionados com bombeamentos (distribuição de água e drenagem de águas residuais), cujos valores se apresentam nos quadros seguintes.

Nome da variável	Código	Valor da variável		
		2008	2009	2010
Capacidade máxima de bombeamento das estações elevatórias (kW)	C7	550	550	580
Consumo de energia para bombeamento (kWh)	D1	1 003 659	1 233 905	1 115 232
Consumo máximo diário de energia para bombeamento (kWh)	D2	4 148	4 871	4 295
Factor de uniformização (m ³ x 100m)	D3	2 207 123	2 862 593	2 330 655
Consumo de energia reactiva (kVar)	D4	65 088	62 845	51 450
Potência nominal de bombeamento instalada na rede de drenagem (kW)	WC10	177	177	200
Energia consumida pelas bombas da rede de drenagem (kWh)		120 445	164 709	205 270
Energia consumida pelas bombas da rede de drenagem (potência nominal x horas de bombagem - kWh)	WD15	159 660	217 062	207 838
Duração do período de referência (dias)	WH1	366	365	365

Indicador de desempenho	Valores de referência			Valores calculados		
	Mín.	Méd.	Máx.	2008	2009	2010
Ph4 - Utilização da capacidade de bombagem (%)	—	---	---	31.42	36.90	30.78
Ph5 - Consumo de energia normalizada (kWh/m ³ /100m)	0.3	0.5	0.9	0.45	0.43	0.47
Ph6 - Consumo de energia reactiva (%)	0	15	38	6.49	5.09	4.61
wPh8 - Potência de bombagem utilizada no sistema de drenagem (%)	0	5.2	26.7	10.27	14.00	11.83

Da análise dos valores obtidos, conclui-se que, de 2009 para 2010, houve uma ligeira diminuição de desempenho em termos de consumo de energia activa (Ph5) e, em contradição, uma melhoria de desempenho em termos de consumo de energia reactiva (Ph6). Apesar da diminuição de 11% no consumo de energia, verificamos que esta foi utilizada com menor eficiência. Consta-se que, tanto na distribuição de água (Ph4) como na drenagem de águas residuais (wPh8), a utilização de bombagem fica aquém da capacidade instalada. No entanto, estes valores que representam uma diminuição relativamente ao ano de 2009 podem-se justificar pelas novas instalações que ainda não completaram um ano de actividade. Além destes consumos de energia, relativos à operação dos sistemas, existem ainda os consumos dos edifícios da Rua da Alegria e do Estaleiro de Eiras, onde se registaram cerca de 335 MWh, menos 8% do que em 2009.

SERVIÇO DE OFICINAS, VIATURAS E EQUIPAMENTO - SOVE

O SOVE é o sector responsável pelas Oficinas, onde se executam trabalhos de apoio à exploração e à manutenção, mas também de apoio à aquisição, manutenção e reparação das viaturas e equipamentos usados diariamente em todas as actividades da AC.

SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS – SEVE

As 64 viaturas ligeiras da AC, assim como os 48 equipamentos de apoio às equipas operacionais, estão sob a responsabilidade do SEVE na aquisição e no desenvolvimento dos processos de manutenção e reparações.

No ano de 2010, observou-se um decréscimo significativo do número total de quilómetros percorridos (1.171.606 km) relativamente ao ano de 2009 (1.245.401 km) e uma diminuição nas horas de serviço dos equipamentos (8868 horas, em 2010, face às 9228 horas observadas em 2009).

Os serviços desenvolvidos pelo sector na manutenção dos equipamentos e viaturas resumem-se às lavagens simples a ligeiros, verificação de níveis e manutenção a pesados, lavagens específicas das viaturas afectas ao SESA e lavagens e manutenção de máquinas retroescavadoras e mini-escavadoras.

SECTOR LABORATÓRIO DE CONTADORES - SELAB

O Laboratório de Contadores efectuou 12.896 movimentações de contadores (menos 4263 do que em 2009) que se resumem a: 3662 contratos novos (mais 146 do que em 2009), 6901 substituições (menos 4091 do que em 2009) e 3143 levantamentos (mais 492 do que em 2009). Dos 9234 contadores que deram entrada no Laboratório (menos 4409 do que em 2010), 7656 foram sujeitos a ensaios metrológicos de 1.^a verificação (menos 2540 do que em 2009). Todos os restantes contadores que não foram alvo de reparação foram abatidos e substituídos por novos modelos de contadores.

O número de substituições de contadores diminuiu significativamente relativamente ao ano anterior porque, no âmbito do Plano de Redução de Perdas de Água que prevê a substituição de todos os contadores instalados há mais de 10 anos, o número de contadores a substituir, em 2010, foi cerca de 30% inferior a 2009

SECTOR DE OFICINAS GERAIS - SEOF

O SEOF tem por objectivo o apoio a todos os sectores na realização de trabalhos de serralharia mecânica e manutenção preventiva de todas as 205 instalações identificadas no Plano de Manutenção das Infra-estruturas de Água e Saneamento. Pretende-se garantir a fiabilidade de funcionamento de todos os equipamentos instalados em Elevatórias de Água e Saneamento, Reservatórios, Câmara de Perda de Carga e Válvulas Redutoras de Pressão, pela execução do plano de manutenção preventiva com diminuição das acções de manutenção correctiva.

SERVIÇO DE INSTALAÇÕES E LINHAS DE ÁGUA - SILA

O SILA compreende dois sectores, como atrás foi referido, que têm como principais áreas de intervenção na manutenção de instalações (edifícios, reservatórios, estações elevatórias e linhas de água), na reposição de pavimentos e na execução de ramais domiciliários de água e de saneamento e prolongamentos de rede.

SECTOR DE PAVIMENTOS E INSTALAÇÕES - SEPI

Inserido também no Plano de Redução de Perdas de Água, efectuaram-se trabalhos de reabilitação e impermeabilização de reservatórios e câmaras de perda de carga, com grande incidência nestas últimas porque existem em grande número no sistema.

No que respeita à reparação e impermeabilização, as intervenções em reservatórios mantiveram-se no ano de 2010, mas em câmaras de perda de carga ocorreu um aumento muito significativo. Lembramos que estas intervenções são feitas na sua totalidade por administração directa e as infra-estruturas a intervir são

seleccionadas em função do seu estado de conservação, do grau de deterioração e da sua importância no sistema de distribuição de água potável.

Reservatórios	Ano 2009	Ano 2010
Alto dos Cinco Reis	•	
Castanheira		
Sobral Cid		•
Flor da Rosa	•	•
Lordemão Torre	•	
Antuzede		•
Palheiros	•	
Torres Mondego		•
Aeródromo Cernache		•
Vila Verde	•	
TOTAL	5	5

Câmaras de Perda de Carga	Ano 2009	Ano 2010
Sereia	•	•
Espírito Santo Touregas I		•
Espírito Santo Touregas II		•
Portela do Casal Novo	•	
Cidreira	•	
Cioga Cabeleira		•
S. Frutuoso I		•
S. Frutuoso II		•
Bordalo	•	
Castelo Viegas		•
Trémoa	•	•
Lôgo de Deus	•	
Santa Luzia		•
Torre de Bera	•	
Banhos Sêcos	•	
Rocha Velha		•
Rocha Nova I		•
Rocha Nova II		•
Paredes		•
Rocha Velha I		•
Rocha Velha II		•
Lordemão		•
Abelheira		•
Várzeas		•
TOTAL	8	18

Para além dos trabalhos referidos, ao longo de 2010, o SEPI efectuou 104 intervenções de manutenção das áreas exteriores e limpeza das infra-estruturas de abastecimento de água e promoveu a prestação de serviços de limpeza e desmatização em reservatórios efectuando, simultaneamente, a limpeza e lavagem dos espaços interiores das instalações.

Relativa manutenção das linhas de água do Gorgulão e Arregaça foram efectuadas oito intervenções durante o ano de 2010.

Em 2010, a equipa de reposição de pavimentos betuminosos aplicou 5015 m² de pavimentos (2643 m² de pavimentos a quente e 2372 m² de pavimentos a frio), valor cerca de 11% inferior ao correspondente a 2009 (5649 m²). A reposição de calçadas (576 m² de pavê, 1175 m² de calçada portuguesa, 1170 m² de vidro e 261 m² de vidro com desenho, totalizando 3182 m²) sofreu um decréscimo de 38% comparativamente ao ano anterior (5130m²).

No global as intervenções em pavimentos diminuíram face ao esforço de renovação das infra-estruturas existentes

SECTOR DE PROLONGAMENTOS E RAMAIS – SERP

O SERP é o sector que executa por administração directa os ramais domiciliários e prolongamentos de rede pública de água e saneamento que a DPO atribui. Relativamente ao ano de 2010, foram executados 210 ramais de água e 206 ramais de saneamento.

Foram ainda executados prolongamentos de rede/alteração numa extensão de 160 metros.

GABINETE DOS SISTEMAS MUNICIPAIS - GSM

O GSM tem à sua responsabilidade a garantia da qualidade da água distribuída aos clientes da AC, a análise às situações de insalubridade e o licenciamento e acompanhamento das autorizações de descarga de água residuais industriais na rede pública de drenagem de águas residuais.

Qualidade da Água

O Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), previa, para o ano de 2010, a realização de 438 amostras em torneiras de consumidores, nas três Zonas de Abastecimento (ZA) existentes – Boavista, Olhos de Fervença, Quinta dos Cunhas -, num total de 3315 análises. Este programa foi cumprido na íntegra no que diz respeito à frequência de amostragem.

Para além deste programa, obrigatório e legislado pelo Decreto-Lei n° 306/2007, de 27 de Agosto, a AC preparou e colocou em prática um Plano de Controlo Operacional (PCO) com o objectivo de avaliar e controlar a qualidade da água na rede geral de distribuição de água e implicou a realização de amostras em diversos locais da rede pública de abastecimento de água (bocas de incêndio e reservatórios) e também em torneiras de consumidores.

Para além das amostragens e análises planeadas foram ainda realizadas outras por vários motivos, nomeadamente acompanhamento e verificação de resolução de incumprimentos e valores anómalos,

solicitações e reclamações de qualidade da água, verificação de eficácia de desinfecção de condutas de abastecimento de água antes da sua colocação em serviço

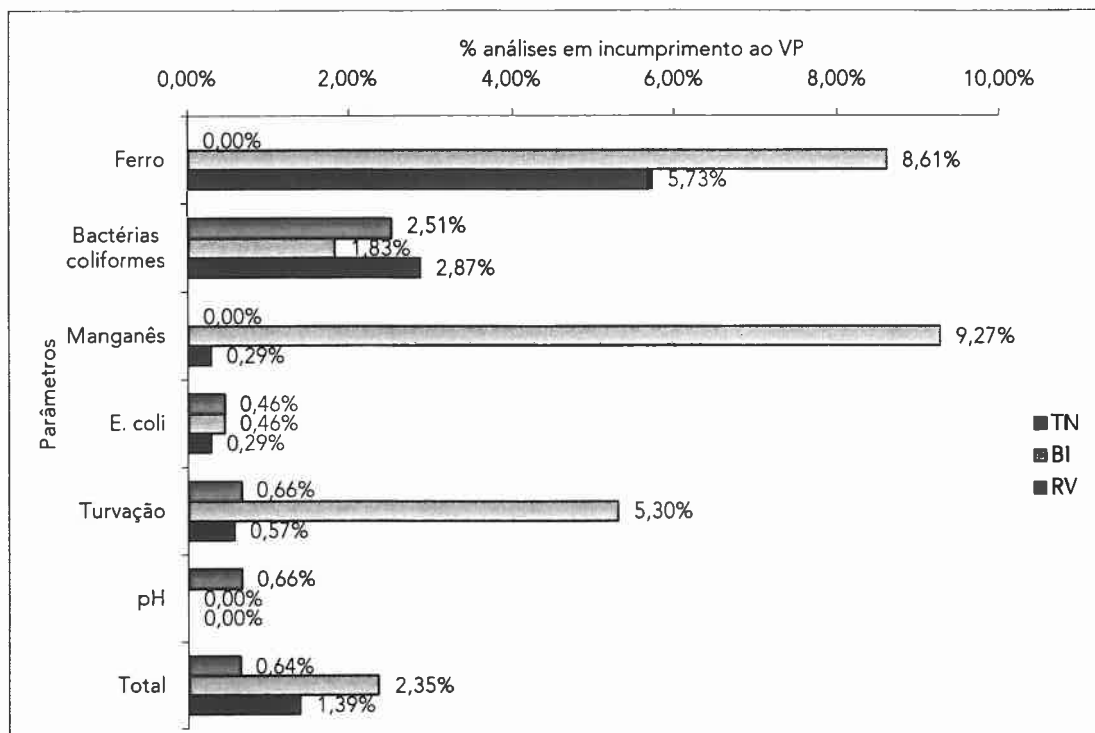
	PCQA	PCO	
	Torneiras	Bocas-de-incêndio	Reservatórios
Nº total de pontos planeados	435	435	62
Nº de amostras planeadas	438	438	372
Nº de amostras efectuadas no âmbito do PCQA e PCO	438	438	349
Nº de amostras efectuadas extra PCQA e PCO	68	382	62
Nº de análises exigidas pela legislação	3115	0	0
Nº de análises efectuadas no âmbito do PCQA e PCO	3410	2658	4886
Nº de análises efectuadas no âmbito do PCQA e PCO com VP	2337	1918	2443
Incumprimentos / Valores Anómalos	15	45	34
Percentagem de Cumprimento	99,36%	97,65%	98,61%

De acordo com o método de cálculo preconizado pela ERSAR, para a obtenção do valor de cumprimento de Valores Paramétricos (VP) da norma de qualidade da água para consumo humano, a AC obteve, em 2010, 99,36% de análises (efectuadas em torneiras de consumidores) em conformidade com o Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto (Indicador ERSAR QS18 – Qualidade da água fornecida – bom desempenho).

As causas dos incumprimentos e valores anómalos foram, na sua maioria, contaminações associadas à rede predial dos clientes (a AC não é responsável por estas ocorrências), ou a desinfectante residual insuficiente na rede geral de distribuição de água.

As extremidades de rede e pontos de cota baixa na rede geral de distribuição de água, onde por vezes ocorrem acumulações de biofilme e sedimentos, foram também identificadas como causas de anomalias e, portanto, para evitar a degradação dos níveis de qualidade e promover a renovação da água, a AC realizou o seu Plano de Descargas de Água, num total de 611 Pedidos de Serviço realizados no período em análise.

No gráfico que se apresenta de seguida ilustra-se a percentagem de análises em incumprimento a Valor Paramétrico por parâmetro (PCQA/PCO).



(TN - Torneiras; BI - Bocas de Incêndio; RV - reservatórios)

Tarifa de saneamento - reclamações

Em 2010, o número de reclamações de tarifa de saneamento foi praticamente o mesmo do ano anterior (55 reclamações, face às 53 recebidas em 2009). Este valor é indissociável do trabalho de verificação dos novos contratos de água para efeitos de lançamento da tarifa volumétrica de saneamento e resulta, na maioria dos casos, nas freguesias onde decorreram recentes empreitadas de alargamento da rede de saneamento.

Situações de insalubridade

Verificou-se um ligeiro decréscimo do número de situações, quando comparado com o ano de 2009, correspondendo a uma diminuição de 5%. Em 2009, registaram-se 62 situações de insalubridade e, em 2010, verificaram-se 59. Curiosamente, é na freguesia de Sto. António dos Olivais que se verifica uma continuidade no número de situações de insalubridade, que espelha a dimensão da freguesia com características citadinas onde as redes prediais são antigas e sem grande manutenção.

Autorizações de descargas de águas residuais industriais - ADARI

No final do ano de 2010, verificavam-se 100 indústrias autorizadas a descarregar o efluente produzido no sistema público de drenagem conforme os limites impostos nos parâmetros definidos no contrato celebrado entre a unidade industrial e a AC.

Relembramos que este processo iniciou-se em 2007 com o levantamento cadastral das empresas/indústrias produtoras de águas residuais industriais susceptíveis de causar danos ao ambiente ou ao bom funcionamento da rede pública de drenagem de águas residuais e, no final do ano de 2008 e em 2009, foram oficiadas mais de 350 empresas/indústrias, das 1250 identificadas, informando-as de que deveriam proceder ao pedido da respectiva autorização de descarga.

VIVO – Veículo de Inspeção Vídeo

Continuaram a ser efectuados serviços para os sectores da área de acompanhamento de obras e elaboração de projectos. Porém, relativamente ao ano anterior, verificou-se um decréscimo acentuado nas solicitações oriundas das Obras/Projectos que foi amenizado pelas solicitações da Exploração. Nestas, houve um incremento de 32% de extensão de rede inspeccionada.

Globalmente, verificou-se um decréscimo de 11% de rede inspeccionada, relativamente ao ano de 2009, que se justifica pelo menor número de obras efectuadas. Salientamos ainda a continuidade do aumento de solicitações externas em 65% que se verificou relativamente ao ano anterior.

Serviços	Externo	Obras / Projectos				Exploração				Total
		DPO	SAFO	SEPVP	GTI	DEMS	SESA	GSM	SIC	
(m)	5086	549	17443	6102	1260	496	15214	1751	325	48226
25354						17786				

Gabinete de Controlo de Perdas de Água (GCPA)

No seguimento do trabalho desenvolvido nos últimos anos e, com base no Plano de Redução de Perdas de Água (PRPA) do sistema público de distribuição de água do concelho de Coimbra, durante o ano de 2010 foram implementadas medidas activas de redução de água não facturada que incidiram na gestão do parque de contadores e campanhas de detecção de roturas não reportadas.

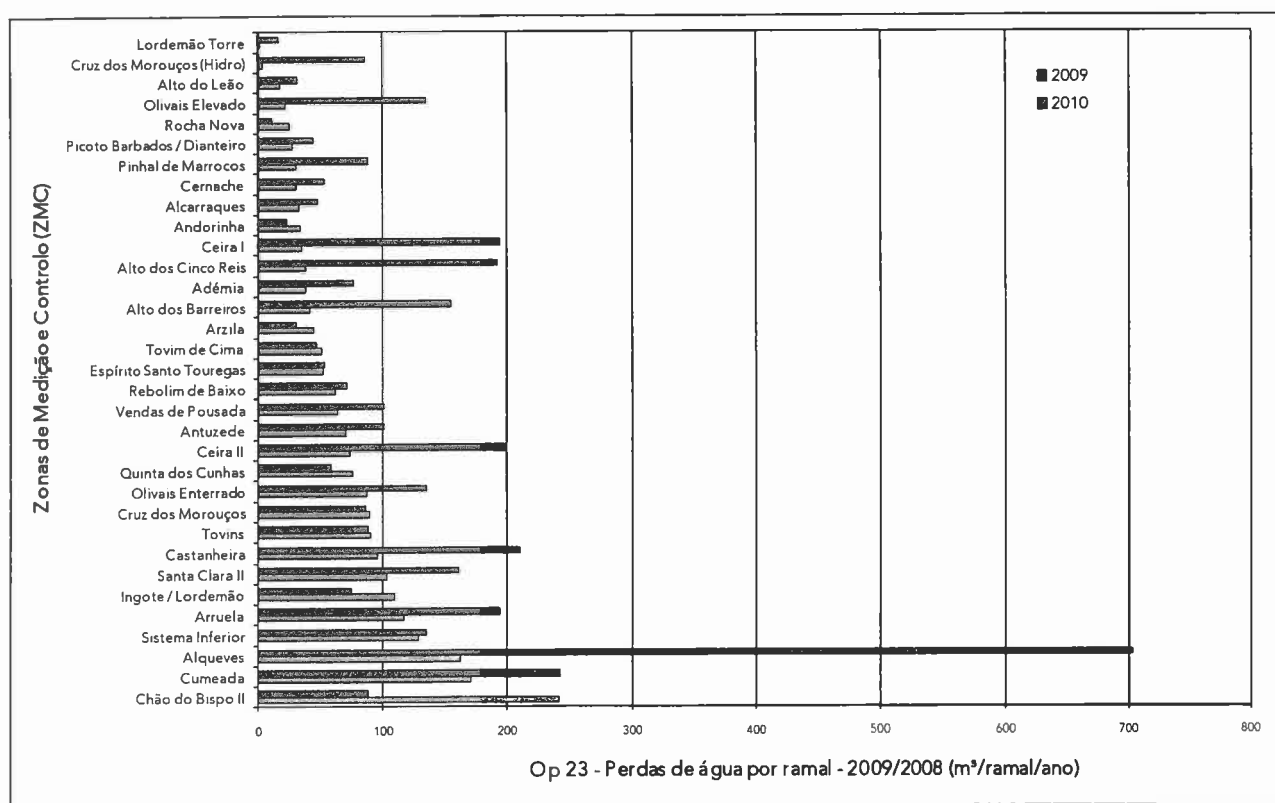
No âmbito da gestão do parque de contadores, que consistiu na realização de campanhas de substituição de contadores, colaborou-se na identificação dos contadores a substituir, tendo-se substituído 6901, em 2010.

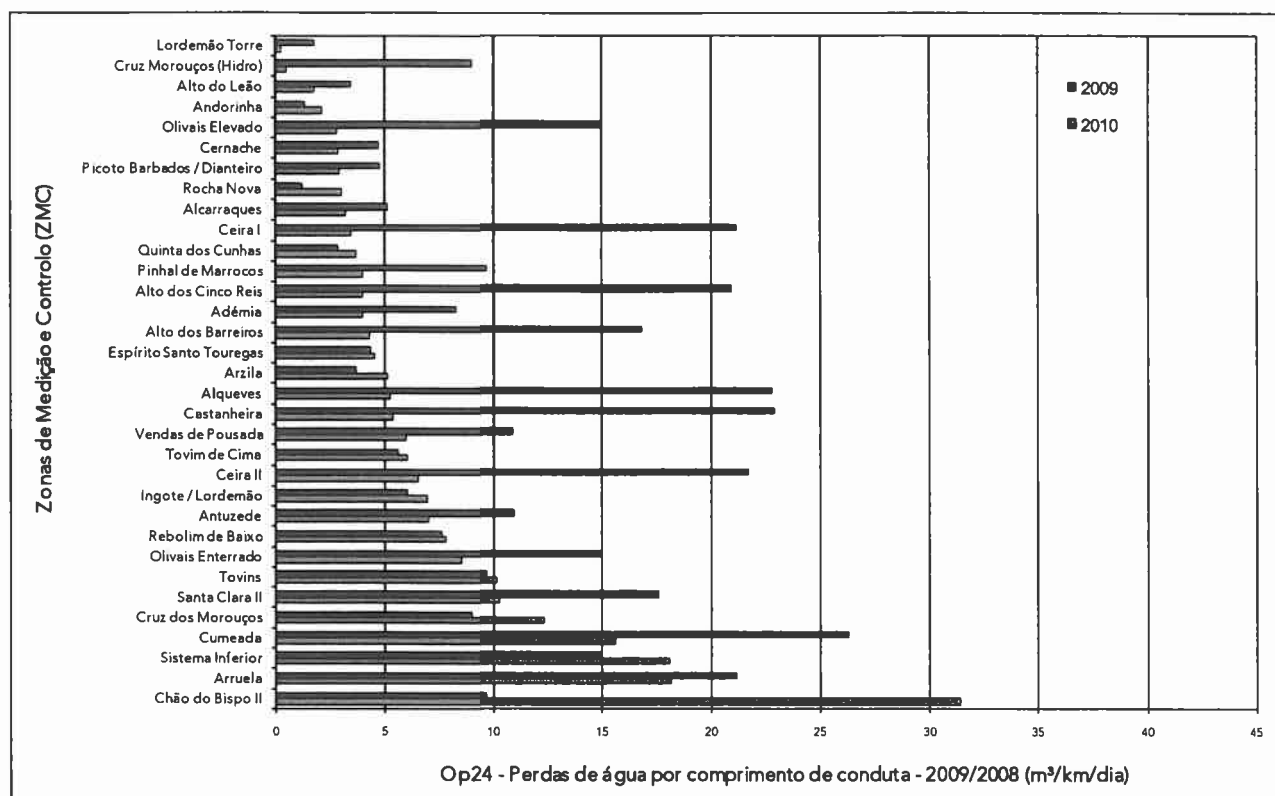
Relativamente ao PRPA, durante o ano de 2010 foram criadas 20 novas zonas que resultaram da divisão das ZMC já existentes e/ou criação de novos pontos de entrega da Águas do Mondego, que permitiram perceber melhor a distribuição espacial das perdas de água.

Salienta-se, também, o trabalho de inspecção nocturna, iniciado em 2008, às ZMC monitorizadas, efectuado pela equipa de detecção de fugas. Esta equipa realizou ensaios de sectorização de rede e inspeccionou condutas e ramais com o recurso a acelerómetros, hidrofones e geofone. Durante os trabalhos realizados, e sempre que detectadas, foram comunicadas à DEMS as alterações de cadastro do sistema de distribuição de água, bem como as situações anómalas na rede (fraudes ou fugas de água).

Foram ainda realizadas auditorias às perdas de água nas ZMC implementadas. Em resultado destas auditorias, apresentam-se de seguida alguns indicadores de desempenho (in *International Water Association*), relativos a perdas de água que evidenciam claramente os resultados alcançados com as medidas implementadas, nomeadamente: WR1 - Ineficiência de utilização dos recursos hídricos (perdas reais em % da água entrada no sistema), Op25 - perdas aparentes (%), Op27 - Perdas reais por ramal (l/ramal/dia com sistema em pressão), Op28 - Perdas reais por comprimento de conduita (l/km/dia com sistema em pressão).

	2007	2008	2009	2010
WR1 (%)	26,11	21,28	21,93	18,41
Op25 (%)	7,00	3,85	3,93	3,99
Op27 (l/ramal/dia)	243	186	185	150
Op28 (l/km/dia)	10.563	7.331	7.351	5.973





Com base no Plano Nacional da Água que determina, até 2012, o valor de referência de 20% de perdas, e em resultado das medidas implementadas, concluímos o ano de 2010 com uma taxa de perdas de 18.41%.

O balanço hídrico do exercício relativo ao ano de 2010 é o que se apresenta no próximo quadro. Para a obtenção desse balanço assumiu-se o seguinte:

Consumo não autorizado – assumiu-se 0.25% do consumo facturado medido (consumo médio equivalente a cerca de 200 clientes);

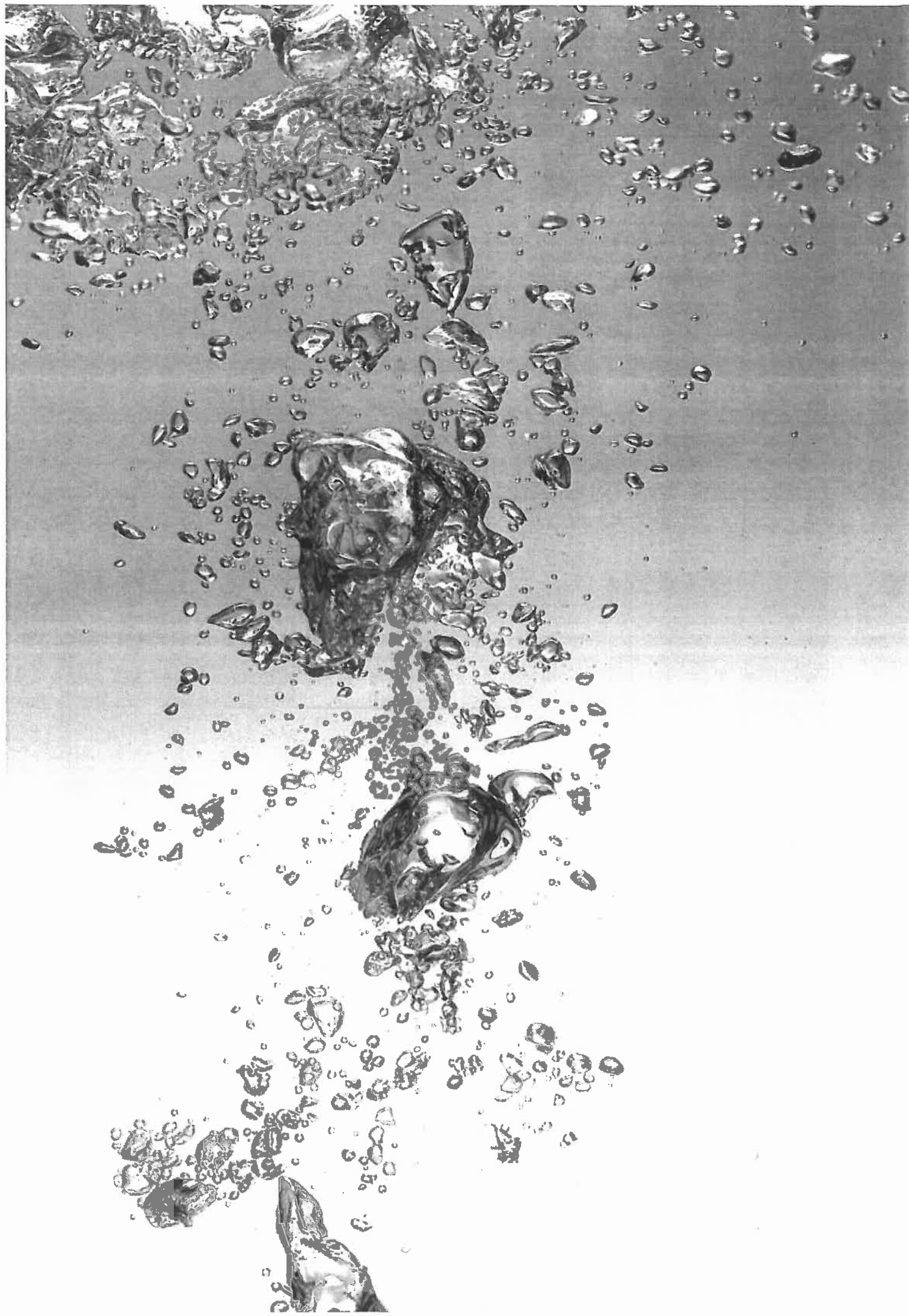
Perdas de água por erros de medição – assumiu-se 5% do consumo facturado medido (valor que se julga razoável face ao estado do parque de contadores);

Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição – assumiu-se que representam 25% das perdas reais (valor assumido face à experiência que se tem adquirido no âmbito da detecção de roturas);

Fugas nos ramais (a montante do ponto de medição) - assumiu-se que representam 75% das perdas reais (valor assumido face à experiência que se tem adquirido no âmbito da detecção de roturas).

BALANÇO HÍDRICO 2010				
Água entrada no sistema 14.367.240 [m ³ /ano]	Consumo autorizado 11.147.563 [m ³ /ano]	Consumo autorizado facturado 10.928.983 [m ³ /ano]	Consumo facturado medido 10.928.983 [m ³ /ano]	Consumo facturado 10.928.983 [m ³ /ano]
			Consumo facturado não medido 0 [m ³ /ano]	
		Consumo autorizado não facturado 218.580 [m ³ /ano]	Consumo não facturado medido 14.605 [m ³ /ano]	Água não facturada (perdas comerciais) 3.438.257 [m ³ /ano]
			Consumo não facturado não medido 203.975 [m ³ /ano]	
	Perdas de água 3.219.677 [m ³ /ano]	Perdas aparentes 573.772 [m ³ /ano]	Consumo não autorizado 27.322 [m ³ /ano]	
			Perdas de água por erros de medição 546.449 [m ³ /ano]	
		Perdas reais 2.645.906 [m ³ /ano]	Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição 661.476 [m ³ /ano]	
			Fugas e extravasamentos nos reservatórios de adução e/ou distribuição 0 [m ³ /ano]	
			Fugas nos ramais (a montante do ponto de medição) 1.984.429 [m ³ /ano]	

Do exercício referente ao ano de 2010, com base nos volumes de água entrada neste período, e por comparação com os valores de 2009, podemos concluir que a água que entrou no sistema reduziu cerca de 575.914 m³, com um acréscimo de volume facturado de 51.625 m³, e que se traduz numa redução das perdas comerciais de 27,21%, em 2009, para 23,93%, em 2010 (redução de 627.539 m³ nas perdas acumuladas).



Direcção Administrativa, Financeira e Comercial (DAFC)Perspectiva global

No plano de actividades para 2010 esta direcção de serviços definiu como actividade prioritária consolidar processos e procedimentos, iniciados em anos anteriores, que se destinavam, por um lado, a eliminar tarefas que não acrescentam valor e, por outro, a desenvolver práticas economizadoras de meios humanos e materiais, bem como a gerar melhor informação para a gestão.

Neste âmbito, ao nível da gestão de compras e de existências, salientamos:

- o A elaboração de um plano anual de compras para bens e serviços de consumo corrente, celebrando contratos de fornecimento contínuo para 94 artigos. Este procedimento visa, sobretudo, reduzir o custo unitário de compra, assim como os custos administrativos e de armazenagem dos bens necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais;
- o Consolidação de procedimentos internos para a aquisição de bens e serviços, de acordo com o definido no Novo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro;
- o A utilização corrente da plataforma electrónica de compras, proporcionando uma maior simplificação e transparência no âmbito da contratação pública, modernização e maior rapidez de aquisição de bens e serviços. Foram desencadeados 25 processos de aquisição por ajuste directo e 2 por concurso público;
- o A avaliação e qualificação de fornecedores, realizada no âmbito do projecto de implementação do sistema de gestão integrado na vertente Qualidade - ISO: 9001: 2008;
- o A conclusão das obras de reorganização do armazém na Rua da Alegria, que permitiu gerir as existências com maior simplicidade, rapidez e controlo;
- o Manter o valor das existências em armazém continuou a ser um dos objectivos definidos e monitorizados ao longo de 2010. O valor destas no final do ano é 1,6% inferior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior;
- o Ao nível do projecto do Sistema de Informação para a Gestão - *Enterprise Resource Planning* (ERP) deu-se continuidade à análise de processos para a implementação do módulo financeiro (contabilidade e património).

No âmbito da gestão de clientes, a DAFC focaliza-se na qualidade do atendimento presencial (atendimento geral e de tesouraria). Neste contacto presencial os clientes são incentivados a recorrer à linha verde e ao sítio da empresa para obtenção de esclarecimentos e informações diversas.

No sistema de *Customer Relationship Management (CRM)*, no que diz respeito à área de gestão de reclamações, procedeu-se, em 2010, a um controlo sistemático de cumprimento dos prazos de resposta ao cliente.

Perspectiva económica

Subsídios à exploração e resultado líquido em 2010

Em 2010, os subsídios à exploração, no montante de 1.591.966 € dizem respeito, exclusivamente, à indemnização por perda de negócio, prevista no contrato celebrado em 25 de Maio de 2005, entre o Município de Coimbra e a Águas do Mondego.

Nos documentos previsionais para 2010, o montante dos subsídios à exploração a receber da Águas do Mondego, previram, ainda, o montante de 1.559.966 €. Esta importância resulta da integração de novas infra-estruturas “em alta” na Águas do Mondego, não previstas no contrato de concessão inicial e autorizada pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do desenvolvimento Regional em 06/ 07/ 2009.

Assim, se tivesse ocorrido o citado pagamento, o resultado líquido apresentado em 31 de Dezembro de 2010 passaria de resultado negativo de 1.469.834 € para um resultado positivo. Consequentemente, a rentabilidade das vendas e prestações de serviços, a rentabilidade dos capitais próprios e a rentabilidade do activo passariam a ser positivas.

No período de 2005 a 2010 os subsídios à exploração, relativos a rendas e indemnização por perda de negócio, no âmbito do contrato de adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal Baixo Mondego – Bairrada, foram os indicados:

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rendas	2.340.000,00€	7.200.000,00€	6.900.000,00€	3.200.000,00€	2.360.000,00€	0,00€
Indemnização por perda de Negócio	1.236.363,56€	2.678.787,74€	1.442.424,20€	4.945.452,40€	5.753.215,47€	1.591.965,66€
Total	3.576.363,56€	9.878.787,74€	8.342.424,20€	8.145.452,40€	8.113.215,47€	1.591.965,66€

De salientar o crescimento significativo do *Cash flow* operacional - EBITDA (excluindo os subsídios à exploração), que, de acordo com o SNC, em vigor desde 1 de Janeiro de 2010, é de 2.656.880 € em 2009 e de 5.752.462 €, em 2010.

Merece ainda relevância a evolução positiva do rácio (vendas e prestações de serviços) /nº médio de efectivos que apresenta um aumento percentual de 19%.

Na tabela seguinte apresentam-se alguns dos principais indicadores de desempenho da empresa, na área económica e financeira nos anos de 2009 e 2010.

Indicadores Económicos e Financeiros

(Calculados de acordo com o SNC – Sistema de Normalização Contabilística)

	2009	2010
<i>Indicadores de Produtividade:</i>		
Volume de emprego (nº de efectivos médio anual)	317	306
Valor Acrescentado Bruto (VAB) €	14 876 596	11 216 124
VAB / Custos com pessoal	2,20	1,80
VAB / Nº médio anual de efectivos (€)	46 929	36 654
(Vendas+Prestação de Serviços) / Custos com Pessoal	3,15	3,93
(Vendas+Prestação de Serviços) / Nº médio de efectivos	67 174	79 887
<i>Outros Indicadores Económicos:</i>		
Rentabilidade das Vendas e Prestações de Serviços	3,1%	-6,01%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1%	-2,24%
Rentabilidade do Activo	0,7%	-1,66%
EBITDA- Cash flow operacional c/ subsídios à exploração	10 770 095	7 344 427
EBITDA- Cash flow operacional excluindo os subsídios à exploração	2 656 880	5 752 462
<i>Indicadores Financeiros:</i>		
Liquidez Geral	1,75	1,49
Solvabilidade	2,57	2,68
Autonomia Financeira	0,71	0,74
Grau de Cobertura do Imobilizado por capitais permanentes	1,08	1,08

SERVIÇO FINANCEIRO, CONTABILÍSTICO, PATRIMONIAL E DE APROVISIONAMENTO - SFCPA

Ao nível do novo normativo contabilístico, obrigatório a partir de 1 de Janeiro de 2010, foram desenvolvidas acções de reconversão de conceitos e do plano de contas (POC) adequando-os ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

De acordo com o previsto no Plano de Actividades e Orçamento, o Serviço procurou cumprir os prazos de pagamento definidos.

Foram elaborados, periodicamente, os relatórios de gestão contabilística e de tesouraria, para informação e aprovação pelo Conselho de Administração, pelo Revisor Oficial de Contas e pela Câmara Municipal de Coimbra.

Deu-se resposta aos inquéritos do Instituto Nacional de Estatística, de carácter obrigatório, bem como foram devidamente cumpridas todas as obrigações de carácter fiscal.

O Serviço foi ainda responsável pela recolha e tratamento de informação, de natureza económica e financeira, para a construção de indicadores de desempenho no abastecimento de água e no serviço de águas residuais, nos termos do definido pela ERSAR e pela *International Water Association* (IWA).

SERVIÇO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL – SAC

Continuou a dar-se especial relevo ao relacionamento da AC com os seus clientes, sendo de destacar os 91.706 contactos presenciais, distribuídos pelas zonas de atendimento da Rua da Alegria e pelo posto de atendimento da Câmara Municipal de Coimbra, na Loja do Cidadão.

O Serviço dispõe ainda da linha telefónica de atendimento para assuntos comerciais, a funcionar de forma contínua, das 9H00 às 17H00.

Atendimento presencial em 2010

	Atendimento Geral	Atendimento para Pagamentos	Total
Atendimento na sede da Águas de Coimbra	19.214	21.650	40.864
Atendimento na Loja do Cidadão		50.842	50.842
TOTAL de Atendimentos presenciais	19.214	72.492	91.706

No âmbito da actividade do Serviço Administrativo e Comercial há a salientar os seguintes aspectos:

- o O incremento gradual da utilização do sítio da AC para resolução de assuntos diversos, nomeadamente, a celebração de contrato, a alteração ou rescisão de contrato, a comunicação de leituras, os pagamentos por transferência bancária e informações sobre regulamentos e tarifários;
- o A emissão de cerca de um milhão de facturas;
- o Ao nível do controlo das cobranças, emitimos 61.036 avisos de corte, 1.581 avisos de dívida e 2.245 certidões de dívida;
- o Efectuámos cerca de 500 000 leituras de contadores instalados;
- o Recepcionámos e tratámos 530 reclamações escritas, proporcionando, aos clientes, um prazo médio de resposta de 17 dias;
- o Continuamos ainda a dedicar especial atenção aos clientes que se deparam com excesso de consumo de água, face a deficiências nas canalizações interiores. Em 2010, foram registados 295 processos de roturas.
- o O tratamento, no âmbito do sector de expediente, de 71.501 documentos;
- o No âmbito da organização em curso do arquivo geral da empresa, foram destruídos documentos redundantes, actualizado o ficheiro respeitante aos contratos activos e iniciada a informatização do processo de entrada e saída de documentos.

No que respeita à evolução do número de clientes da AC e ao volume de água facturada, são esclarecedoras as duas tabelas que se seguem.

Nº de clientes de água e saneamento

	2008	2009	2010
Clientes de água (n.º)	81.357	82.323	82.960
Estado*	374	386	384
Autarquias	582	608	593
Instituições **	143	160	166
Comércio, Indústria e Serviços	8.447	8.310	8.305
Domésticos	71.811	72.859	73.512
Utilizadores da rede de saneamento (n.º)	74.050	76.193	78.009

* Escolas Públicas do Ensino Básico e Secundário, Hospitais e Centros de Saúde e Restantes Serviços Públicos;

** Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Água facturada por tipo de cliente (m3)

Água facturada por tipo de cliente (m3)	2008	2009	2010
Estado	1.205.432	1.166.645	1.153.797
Autarquias	390.737	441.086	344.333
Instituições	140.208	143.832	164.345
Comércio, Indústria e Serviços	1.667.202	1.605.358	1.656.140
Domésticos	7.793.443	7.520.437	7.610.368
Total de água facturada (m3)	11.197.022	10.877.358	10.928.983

O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água ascendia, no final de 2010, a 82.960, tendo crescido ligeiramente relativamente ao ano anterior (0,77%). O número de utilizadores da rede de drenagem de águas residuais aumentou 2,38%, fruto da entrada em funcionamento de novas redes de saneamento.

Em relação ao volume de água facturada em 2010, constatamos um acréscimo de 0,47% em relação ao ano anterior (mais 51.625 m3).

O acréscimo ocorreu na facturação a Clientes Domésticos, na ordem dos 1,2%, no Comércio, Indústria e Serviços na percentagem de 3,16% e nas Instituições (+14,26%).

Ao invés, o consumo de água facturado a Instituições Autárquicas teve um decréscimo de 21,94% e o Estado diminui 1,1%.

O volume de águas residuais facturado em 2010 ascendeu a 9.992.810 m3 (+1,73%).

Deve também realçar-se o esforço que está a ser desenvolvido para combater as situações de consumo fraudulento de água. Em 2010, foram efectuadas 144 intervenções e instaurados 45 processos de contra-ordenação.

Por último, e como corolário do esforço que temos vindo a desenvolver, ao nível da melhoria contínua do serviço que prestamos aos nossos clientes, cumpre-nos realçar que, em 2010, esta Empresa Municipal foi distinguida com um prémio muito importante ao nível de satisfação dos clientes. A Águas de Coimbra foi considerada a empresa melhor posicionada do sector da água, no Índice Nacional de Satisfação de Clientes - ECSI Portugal - cujos resultados foram divulgados em Julho de 2010.

O modelo de avaliação ECSI (*European Customer Satisfaction Index*) foi aplicado a vários sectores de serviços: Águas, Banca, Comunicações, Transportes de Passageiros, Gás, Combustíveis e Seguros, pela realização de cerca de 17.000 entrevistas (com cerca de 50 questões), realizadas no primeiro semestre de 2010, na totalidade das empresas apreciadas. O sector da Água foi o que contou com o maior número de empresas avaliadas, sendo que a Águas de Coimbra foi aquela que apresentou os melhores indicadores de satisfação dos consumidores, entre 14 entidades gestoras, de Norte a Sul do país.

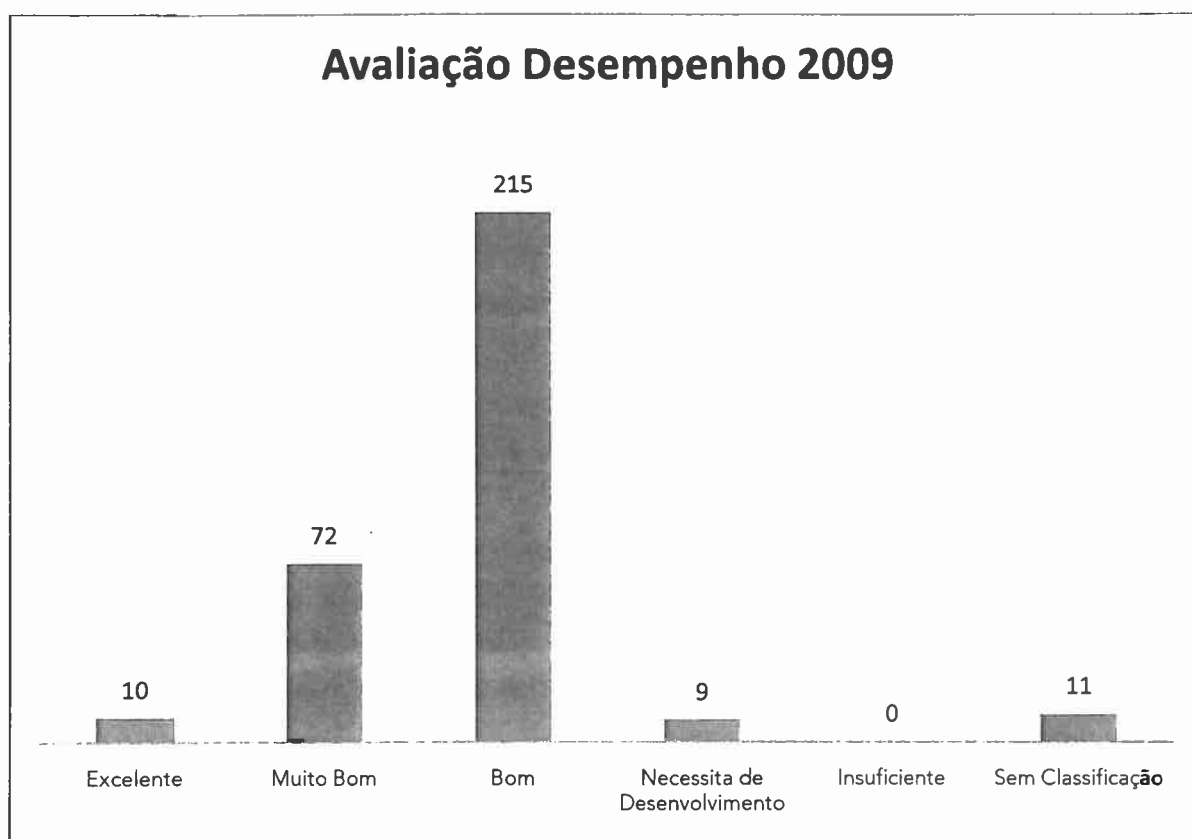


Direcção de Recursos Humanos (DRH)SERVIÇO GESTÃO DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS – SGPRH

O ano começou com formação interna, ministrada pelo SGPRH, sobre o SIADAP 1 2 3, Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro e Decreto Regulamentar n.º 18/2009 de 4 de Setembro, de forma a dotar os colaboradores, com papel de avaliadores, de conhecimento suficiente sobre as novas alterações legais com impacto na avaliação de desempenho de 2010.

Na sequência desta formação, os objectivos foram definidos, bem como as competências de acordo com a lista de competências por cada grupo profissional e com orientações definidas pelo CA.

A Avaliação de Desempenho do ano 2009 ocorreu nos primeiros meses do ano, de acordo com a legislação vigente, fazendo-se o seguinte balanço:



A AC entende a Avaliação do Desempenho como fundamental para desenvolver a gestão da qualidade, uma vez que só através da participação das pessoas, se pode alcançar a melhoria contínua dos processos e procedimentos da empresa. Os colaboradores devem entender qual o seu papel no processo, serem encorajados a gerir e a desenvolver a qualidade e a receber *feedback*, através da comunicação activa dos resultados das suas actividades. Os benefícios organizacionais são compensadores, nomeadamente quanto aos factores: promoção de uma cultura mais aberta, identificação das necessidades a desenvolver na força laboral, melhoria da comunicação, eficácia e eficiência pessoal e organizacional. O processo inicia-se com a

definição dos objectivos, e respectiva comunicação, e termina com o *feedback* e reconhecimento. Na AC, o reconhecimento assumiu duas formas, em 2010:

Como consequência da Avaliação de Desempenho, 49 colaboradores subiram de posição remuneratória – onze colaboradores em regime de contratação ao abrigo do código do trabalho e os restantes 38 em regime de cedência de interesse público -, passando para a letra seguinte; 297 colaboradores tiveram direito ao Prémio de Produtividade, tendo o valor de 175.000€ sido distribuído por rateio aos colaboradores que tiveram acima de Bom – avaliação quantitativa superior a 3.00.

Os Indicadores de Desempenho foram também uma das prioridades dos Recursos Humanos da AC, em conjunto com a Comissão Especializada de Recursos Humanos da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), de forma a uniformizar a informação e a comparar dados obtidos com as empresas congéneres.

Os indicadores definidos têm a seguinte categorização:

- Demográficos;
- Gestão de recrutamento, selecção e acolhimento;
- Gestão de vínculos contratuais;
- Gestão de acidentes de trabalho;
- Gestão de remunerações;
- Gestão de tempos de trabalho;
- Gestão de emprego e mobilidade;
- Gestão de qualificação.

No que concerne a indicadores, a Taxa de Absentismo situou-se nos 4,96%, tendo assim diminuído consideravelmente relativamente à de 2009, que foi de 6,47%. Outro aspecto que foi identificado como potencialmente favorável à redução e à prevenção do absentismo foi a definição das tarefas e responsabilidades de forma clara, através da definição dos objectivos, competências e descritivos funcionais, em que os colaboradores participaram.

Em 2010, doze foram os colaboradores que saíram: sete por motivo de aposentação, quatro por motivo de baixa e um por caducidade do contrato.

Uma das preocupações da AC foi a diminuição do Trabalho Suplementar ou Extraordinário. Assim, após o SGPRH ter ministrado formação sobre as questões legais relativas a este assunto e se ter pedido rigor aos diversos serviços, registou-se uma diminuição de trabalho suplementar no 2.º semestre do ano.

- o Total de horas de trabalho suplementar 1.º semestre de 2009 – 4.590 horas
 - o Total de horas de trabalho suplementar 1.º semestre de 2010 – 4.788 horas
 - o Total de horas de trabalho suplementar 2.º semestre de 2009 – 5.445 horas
 - o Total de horas de trabalho suplementar 2.º semestre de 2010 – 4.486 horas

- o Total de horas de trabalho suplementar em 2009: 10.035 horas
- o Total de horas de trabalho suplementar em 2010: 9.724 horas

- o Custo total com horas de trabalho suplementar em 2009: 92.764,61€
- o Custo total com horas de trabalho suplementar em 2010: 87.592,87€

Com as alterações legais que surgiram no ano de 2009, o Acordo de Empresa ainda não tinha sofrido alterações que as reflectissem. No final de 2009, decorrente das reuniões tidas com o sindicato – SINTAP -, tinha ficado definido um grupo para discutir e propor um novo Acordo. Após análise e estudo, a AC apresentou, quer ao SINTAP quer ao STAL, a sua proposta que integrava as recentes alterações legais.

Ainda com o intuito de promover a motivação, em 2010, foi entregue um prémio relativo às melhores Sugestões apresentadas nos anos de 2008 e 2009 a cada um dos três colaboradores:

- o Irene Alexandra Cardoso Marques, secretária ao serviço do Conselho de Administração
- o Paulo Jorge Figueiredo Santos, pedreiro afecto ao SAS - saneamento
- o João Carlos dos Santos Lopes Seco, Técnico Superior integrado no Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)

As sugestões eram de cariz ambiental e foram todas implementadas pela empresa.

A empresa ainda premiou João António Costa de Almeida, assistente operacional do SAS, por ter ganho o Concurso de Fotografia promovido pelo GCI em conjunto com o SGPRH.

SERVIÇO DE FORMAÇÃO, SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO – SFSHST

O presente relatório pretende ser um documento de análise e avaliação final do desempenho das actividades desenvolvidas, no contexto da concretização do Plano de Actividades de 2010. A estrutura assenta na enumeração das acções e a sua articulação em áreas de actividade, no quadro dos objectivos e de grandes prioridades, traçadas para a área da formação e da saúde e higiene e segurança no trabalho.

Tal como foi identificado no Plano de Actividades da AC, para 2010, e à luz do qual foram definidas as suas prioridades de actuação, a saber:

Melhorar os conhecimentos e as competências de forma a assegurar a valorização e o desenvolvimento das pessoas;

Garantir os níveis de desenvolvimento de competências nas áreas e funções chave;

Reforçar as condições de trabalho de forma a garantir a segurança dos trabalhadores;

Promover a vigilância da saúde dos trabalhadores;

Melhorar o ambiente psicossocial e a qualidade de vida das pessoas.

Assim, a fim de facilitar a leitura dos resultados apresentados, inscreve-se, junto dos títulos das principais actividades, o texto das prioridades que orientaram a sua execução.

1. Melhoria dos conhecimentos e competências individuais:

Organizaram-se 17 sessões de esclarecimento de grupo e individuais, em conjunto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para apresentação e implementação da 2ª fase do projecto Novas Oportunidades, que tinha como objectivo aumentar o n.º de trabalhadores com escolaridade ao nível do 12º ano;

Estabeleceram-se, com o Centro de Formação Profissional de Coimbra, as melhores estratégias com vista à participação dos 31 trabalhadores que preenchiam as condições para participar no processo RVCC;

Foram asseguradas as condições organizativas dos cursos Inglês, Preocupações do Mundo Actual e Microbiologia, que permitiram a participação dos formandos nestes cursos, para além da organização das sessões de trabalho semanais, relativas à preparação dos processos individuais conducentes à formação e certificação destes trabalhadores;

Foram realizadas provas de validação de competências, que permitiram certificar 14 trabalhadores que concluíram com êxito o 12º ano de escolaridade.

2. Desenvolvimento de competências nas áreas e funções chave:

De acordo com o previsto no plano de formação para este ano, foram realizadas, na modalidade de formação "intra-empresa", mais de 23H de formação e, na modalidade de formação "inter-empresa", mais de 900H, totalizando nas duas situações mais 32H, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Horas de Formação		
Intra-empresa	Inter-empresa	Total
2316	926,5	3242,5

Relativamente ao n.º de participantes, no ano de 2010, houve mais de 850 participações em acções de formação que foram asseguradas pela AC. Estas foram repartidas por 785 participações em "formação dentro da empresa" e 77 participações em "formação fora da empresa", o que totalizou 862 participações. Comparativamente ao ano anterior foi ligeiramente mais baixo (962 participações), mas também foi ligeiramente superior ao n.º registado em 2008 (838).

Nº de participações		
Intra-empresa	Inter-empresa	Total
785	77	862

Se atendermos ao n.º de cursos de formação e acções de sensibilização e informação realizados, verificamos que, este ano, conseguiram-se organizar 20 acções formativas e que os colaboradores participaram em 34 cursos organizados por entidades externas. Assinale-se que o n.º de cursos e acções de sensibilização e informação em que os trabalhadores participaram, manteve-se idêntico nos três anos últimos.

Nº de cursos								
Dentro da empresa			Fora da empresa			Total dentro e fora da empresa		
2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
12	14	20	42	43	34	54	57	54

Formação 2008/2010

	Formação dentro da empresa			Formação fora da empresa			Total dentro e fora da empresa		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Nº total de horas de formação	5 697	5068	2316	1 193	1043	926,5	6 890	6111	3242,5
Nº de participantes	755	872	785	83	90	77	838	962	862
Nº de cursos/acções	12	14	20	42	43	34	54	57	54
Horas médias de formação por trabalhador	NA	NA	NA	NA	NA	NA	22h	20h	11h

- o Embora seja expressiva a baixa no n.º de horas de formação realizada, comparativamente aos dois últimos anos, a mesma torna-se facilmente perceptível se tivermos em conta que, a grande parte destas horas de formação estava associada à formação decorrente do processo RVCC /9º ano de escolaridade e que envolveu mais de 100 trabalhadores;
- o O n.º de horas é inferior ao dos anos anteriores, contudo superior ao que o Código de Trabalho estabelece 35H de formação por ano, para 10% dos trabalhadores. Verifique-se que aos mesmos 10% exigidos por lei, neste caso 31 trabalhadores (n.º trabalhadores - 312), correspondem a 105 horas de formação, ou seja, um n.º bastante superior ao exigível legalmente;
- o Foi, deste modo, desenvolvida a formação aprovada, acompanhando e implementando a execução da formação (ver quadro resumo), aferindo a sua adequação ao desenvolvimento efectivo das competências dos trabalhadores.

Formação em 2010 por Direcção/Serviço e Gabinetes

		Participantes			Horas		
		Intra	Inter	Total	Intra	Inter	Total
	CA	0	1	1	0	14	14
	DG	3	1	4	10	7	17
	SCQ	3	0	3	52	0	52
DEMS	SAS	259	4	263	483	63	546
	SOVE	142	2	144	325	42,5	367,5
	DEMS	12	7	19	14	90,5	104,5
	SILA	97	3	100	146	7,5	153,5
DAFC	SFCPA	42	8	50	229	79	308
	DAFC	3	3	6	10	27,5	37,5
	SAC	52	2	54	411	5	416
DPO	DPO	10	1	11	74	13,5	87,5
	SAFO	28	6	34	60	85,5	145,5
	SIC	20	3	23	21	23	44
	SEPVP	42	4	46	146	15,5	161,5
RH	SGPRH	28	10	38	225	112	337
	SFSHS						
	T	16	6	22	72	20,5	92,5
Gabinetes	GAI	3	4	7	3	91	94
	GAT	2	2	4	2	34,5	36,5
	GCI	4	1	5	5	16	21
	GI	7	1	8	8	4	12
	GJC	4	0	4	10	0	10
	GTI	8	8	16	10	175	185
Total		785	77	862	2316	926,5	3242,5

3. Reforçar as condições de trabalho de forma a garantir a segurança dos trabalhadores

- o A promoção e a aplicação dos princípios, normas e instrumentos de Segurança e Higiene no Trabalho foram continuadas, designadamente, quanto à implementação das recomendações relativas às condições físicas das instalações. Assim, assistiu-se a um conjunto de remodelações e adaptações que respeitam a legislação de HST, nomeadamente, as que decorreram no Armazém Geral da AC;
- o Foi desenvolvido e posto em vigor o Plano de Emergência Interno para o edifício Central da AC;
- o Foi continuada a gestão e verificação da utilização correcta dos EPI's e EPC's, em articulação com os diferentes serviços. Por outro lado, prosseguiu-se com o trabalho de renovação e reforço dos equipamentos de protecção individual, sendo assegurado na medida das necessidades solicitadas;
- o Foi dada continuidade ao trabalho de análise das condições de trabalho, de molde a minorar os riscos corrigindo as condições de trabalho e de risco para colaboradores, tendo sido implementadas várias acções correctivas e preventivas, que contribuíram para esse objectivo;
- o A implementação do Regulamento do Controlo de Alcoolemia foi um dos pontos a destacar no trabalho desenvolvido este ano, com resultados muito positivos;
- o Durante o ano de 2010, efectuaram-se testes de alcoolemia a 243 colaboradores dos diversos Serviços da Empresa, correspondendo a 77% do total (312 trabalhadores). Dos 243 colaboradores rastreados, 6% apresentaram uma taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,50g de álcool no sangue. O registo dos testes positivos ocorreu nas fases precedentes à aplicação de medidas disciplinares, e foram orientados para consultas de medicina curativa e para consultas externas hospitalares. Actualmente, estes casos encontram-se a ser acompanhados;

No próximo quadro apresentam-se alguns dados e indicadores relevantes sobre Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

	2008	2009	2010
Nº de acidentes de trabalho com baixa superior a um dia	31	24	18
Nº acidentes de trabalho	34	32	25
Nº dias de trabalho perdidos	783	647	380
Nº de horas de trabalho contabilizadas na empresa	507 218	511 114	592 168
Nº médio de trabalhadores	314	317	306
Taxa de Frequência (frequência com que ocorrem acidentes trabalho por milhão de horas de trabalho)	61	47	30
Taxa de Incidência (nº de acidentes de trabalho por 100 trabalhadores)	10	10	8
Taxa de Gravidade (nº de dias de trabalho perdidos devido a acidente por milhão de horas de trabalho)	1 544	1268	642
Taxa de Duração (número médio de dias perdidos por incapacidade temporária devida a acidente de trabalho)	25	27	15

- o Da análise dos números apresentados acima, verifica-se uma quebra acentuada de acidentes de trabalho. Desde logo, o número de acidentes de trabalho passou de 32, em 2009, para 25, em 2010, representando menos 22% do que no ano anterior;
- o Os acidentes de trabalho com baixa superior a um dia regrediram de 24, em 2009, para 18, em 2010, ou seja, uma diminuição de 25%;
- o A Taxa de Gravidade (642) diminuiu quase 50%, comparativamente ao ano anterior (1268);
- o A Taxa de Incidência (TI) e a Taxa de Frequência (TF), que utilizam o número de acidentes de trabalho como indicador, tiveram consequentemente reduções bastante significativas. Assim, a TI situou-se em oito acidentes de trabalho por cada 100 trabalhadores, enquanto, nos dois últimos anos, foi de dez acidentes por cada 100 trabalhadores. A TF, que tem vindo a diminuir consecutivamente, passou de 61, em 2008, para 47, em 2009, e diminuindo, para 30 em 2010;
- o Os valores registados no indicador relativo à Taxa de Duração, que tinham aumentado de 25 (2008) para 27 (2009), sofreram uma redução acentuada, atingindo, neste ano, um número médio de 15 dias perdidos por incapacidade temporária, devido a acidente de trabalho.

4. Promover a vigilância da saúde dos trabalhadores

Foi mantida avaliação periódica da condição física dos trabalhadores no âmbito da Medicina do Trabalho, bem como a prevenção de doenças profissionais, através da realização de exames de saúde e do acompanhamento dos respectivos resultados, que este ano totalizaram 176 consultas, distribuídas conforme se apresenta abaixo:

	Periódicas	Ocasionais	Admissão
Nº de consultas de medicina do trabalho	157	18	1

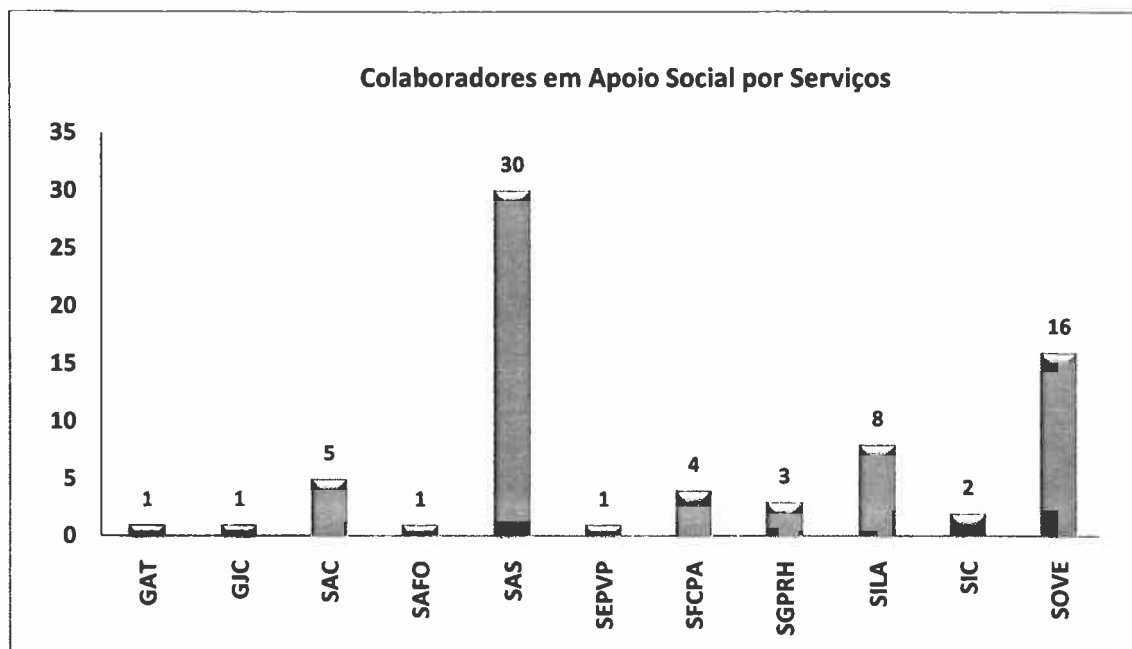
- o Iniciou-se a análise dos acidentes em serviço e das doenças profissionais, de que resultaram 16 investigações por acidente de trabalho;
- o A organização e a realização das consultas de medicina curativa continuaram a ser uma das funções do serviço, do qual se deve destacar o n.º elevado de consultas em relação aos anos anteriores. Este n.º evidencia um reconhecimento do valor desta assistência médica que a empresa presta e que se traduz, também, num benefício para a própria empresa, uma vez que reduz os tempos de ausência dos trabalhadores;
- o O apoio médico foi alargado ao domicílio dos trabalhadores que se encontram com incapacidade temporária, superior a dez dias. Estas visitas médicas permitem acompanhar e verificar as necessidades médicas, contribuindo para um melhor bem-estar e uma maior proximidade médica e vigilância da saúde dos trabalhadores;
- o A orientação e acompanhamento social estiveram sempre muito perto ou, em muitas situações, até à frente deste apoio médico. Assim, para além das visitas médicas que eram sempre acompanhadas pela Técnica de Serviço Social, foram realizadas onze visitas de ordem social, perfazendo um total de 27 visitas e casos que mereceram este acompanhamento.

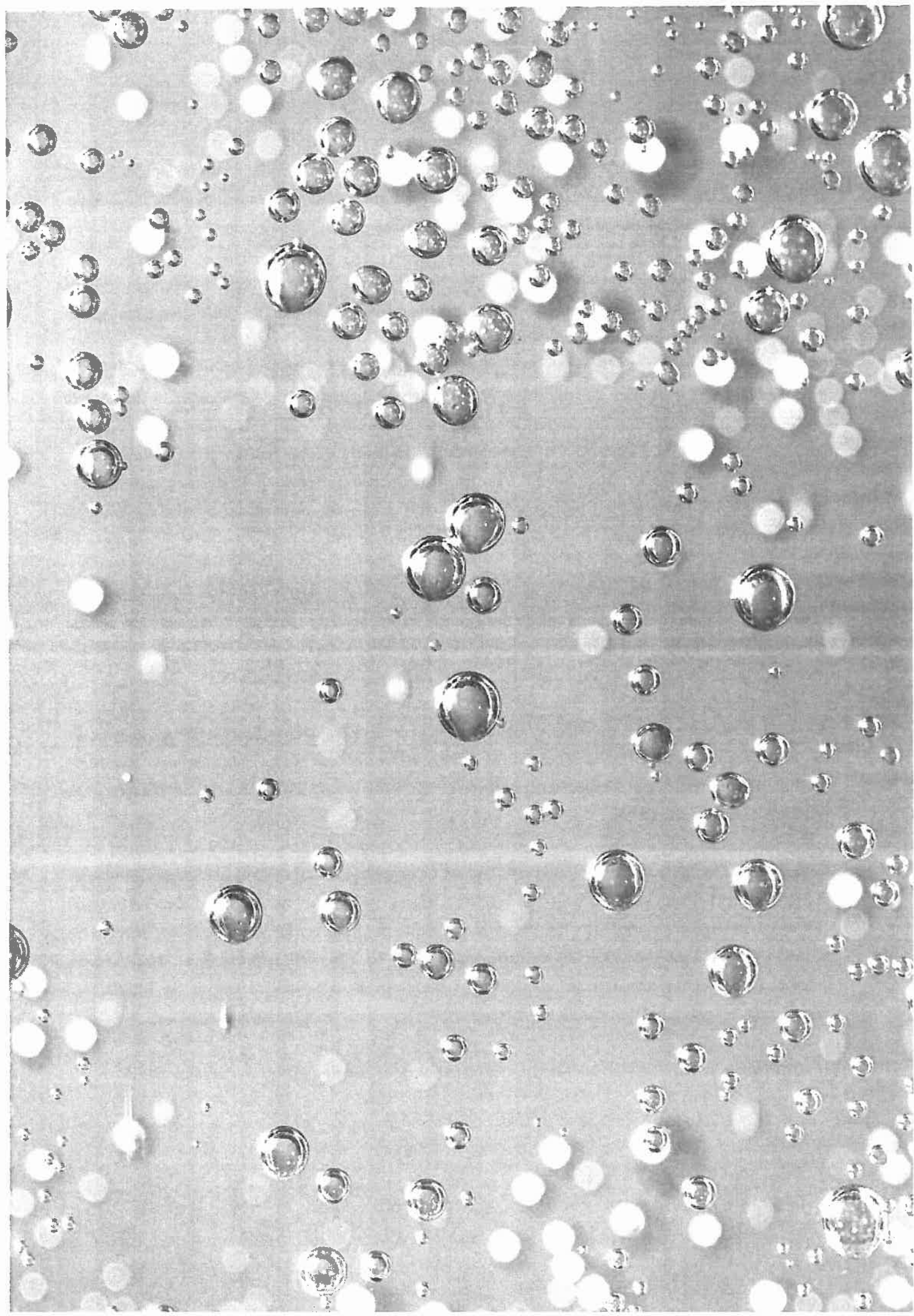
	2008	2009	2010
Nº de consultas de medicina curativa	565	676	700
Nº de consultas médicas domiciliárias	NA	NA	16
Nº de visitas domiciliárias médico-sociais	NA	NA	27

5. Melhorar o ambiente psicossocial e a qualidade de vida das pessoas

- o No âmbito do Programa de Acompanhamento Psicossocial foi preocupação do Serviço apoiar e orientar os trabalhadores que, após deliberação da Junta Médica para iniciarem funções, tiveram que ser reintegrados nos serviços e preparados para as funções que lhes estavam destinadas. Durante este ano, tiveram que ter este apoio especial, cinco trabalhadores;

- o Foi, ainda, garantida uma articulação entre a intervenção dos serviços de acção social com a medicina do trabalho e a medicina curativa que permitiu obviar situações de saúde e auxiliar a preparação e a definição de estratégias de apoio social;
- o O desenvolvimento de estratégias de apoio aos trabalhadores da Águas de Coimbra, em situação pessoal, familiar e/ou profissional problemática, com vista à redução do absentismo, à indução de níveis superiores de desempenho e de uma maior produtividade, permitiu apoiar, neste ano, 72 trabalhadores, distribuídos conforme gráfico abaixo.





Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

Deu-se continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no domínio do Controlo de Gestão, Estudo do Tarifário, Indicadores de Desempenho e Implementação do Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social).

No âmbito do Controlo de Gestão foram apurados, mensalmente, os desvios entre a facturação gerada pelas tarifas volumétricas e de disponibilidade aplicadas na esfera dos serviços de água e de saneamento e a respectiva facturação prevista no Estudo do Tarifário.

Importa referir que, em termos globais, isto é, no conjunto das quatro tarifas, o desvio apurado, no final do ano de 2010, entre o valor processado e o valor previsto foi de apenas - 0,1 %, curiosamente, um desvio igual ao já obtido no final de 2008. Tal facto atesta a fiabilidade e o rigor do trabalho desenvolvido no quadro do Estudo do Tarifário, bem como a importância do modelo de cálculo que lhe está subjacente, que permite a previsão dos proveitos a gerar por estas quatro tarifas que respondem por mais de 96% dos proveitos próprios da empresa.

Quanto ao Estudo do Tarifário, é de salientar a manutenção da filosofia e estrutura tarifária que assentam no cumprimento dos princípios legalmente estabelecidos e recomendações da ERSAR, pelo que, de acordo com o modelo tarifário em vigor, foram elaborados os vários cenários técnica e conjunturalmente possíveis, de entre os quais foi superiormente escolhido o que foi aprovado para vigorar em 2011.

Ao nível dos Indicadores de Desempenho (ID), como se pode ver nos quadros que a seguir se apresentam, em 2010 foram apurados os indicadores relativos a 2009, de acordo com a *International Water Association* (IWA) e, pelo terceiro ano consecutivo, manteve-se a adesão voluntária ao sistema de avaliação de qualidade de serviço da ERSAR.

Neste contexto, apraz-nos referir o facto da AC ter sido distinguida com o prémio Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água Prestado aos Utilizadores, no âmbito da 4ª edição dos Prémios de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos, da iniciativa da ERSAR e do Jornal água&ambiente. No relatório do Júri, a par de outros argumentos, pode ler-se: "(...)Releva-se o facto de se tratar de uma empresa que aderiu voluntariamente ao sistema de avaliação de qualidade de serviço da ERSAR,"(...) "destacando-se ainda uma boa qualidade da informação fornecida no âmbito das auditorias".

Em 2010 não houve participação na iniciativa *The North European Benchmarking co-operation* (NEBC).

SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA																		
Indicadores	IWA								IRAR/ERSAR						NEBC			
Aplicáveis	2009		2008		2007		2006		2009		2008		2007		2008		2007	
Total	145		145		145		145		17		17		18		67		67	
Calculados	132	91,03%	138	95,17%	131	90,34%	123	84,83%	17	100,00%	17	100,00%	17	94,44%	67	100,00%	64	95,52%
Em falta	13	8,97%	7	4,83%	14	9,66%	22	15,17%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%	0	0,00%	3	4,48%

SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS																		
Indicadores	IWA								IRAR/ERSAR						NEBC			
Aplicáveis	2009		2008		2007		2006		2009		2008		2007		2008		2007	
Total	151		151		151		151		16		16		16		74		74	
Calculados	123	81,46%	142	94,04%	128	84,77%	102	67,55%	16	100,00%	16	100,00%	15	93,75%	74	100,00%	47	63,51%
Em falta	28	18,54%	9	5,96%	23	15,23%	49	32,45%	0	0%	0	0%	1	6,25%	0	0%	27	36,49%

Para além da assessoria ao Conselho de Administração que desenvolvemos ao longo do ano, destacamos ainda a resposta a 100% ao Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR), na Vertente Económico-Financeira, promovido pelo Instituto da Água, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE), cujos dados apurados no âmbito deste Inventário são publicados anualmente, desde 2006, no âmbito de produção de Estatísticas do Ambiente e constituem-se como instrumento de monitorização do PEAASAR II.

Gabinete Técnico e de Inovação (GTI)

No decorrer do ano de 2010, o GTI desenvolveu várias actividades que podem ser agregadas em duas áreas: Planeamento de Infra-estruturas e Optimização do Sistema Público de Distribuição de Água.

No âmbito do Planeamento de Infra-estruturas, o GTI deu continuidade ao projecto iniciado no ano de 2006, referente aos Planos de Drenagem para o concelho de Coimbra. Em 2010, foram elaborados os Planos de Drenagem das Bacias das Ribeiras de Chão do Bispo; Misarela; Vera Cruz e Vila Verde; Cioga; Reveles, Arneiro e Fonte; São Silvestre e São Martinho de Árvore; Torres do Mondego e Santa Clara. Para além da execução dos planos, foram desenvolvidos os respectivos modelos de simulação hidráulica dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais no *software Mike Urban*. A concepção dos Planos de Drenagem baseou-se em quatro aspectos fundamentais: as novas construções não devem aumentar o caudal para as secções de jusante, a análise e o planeamento devem ter em conta a totalidade da bacia, o horizonte do plano deve estar de acordo com o do Plano Director Municipal e os sistemas de drenagem de águas pluviais e residuais devem ser analisados de forma integrada com as outras infra-estruturas. O principal objectivo é a garantia de um sistema de drenagem sustentável, por integração das águas pluviais em ambientes urbanos e sua gestão ao longo do percurso com reutilização e recriação de ambientes naturais, levando naturalmente a uma melhor gestão do ciclo da água dentro das cidades, onde tende a ser restabelecido o seu ciclo natural. As soluções incluem muitas vezes a reformulação de colectores e aquedutos existentes, a reformulação de secções das linhas de água, a execução de novos colectores, a reutilização de colectores unitários de forma a integrarem sistemas separativos (caso se encontrem em boas condições estruturais), bem como a execução de soluções de retenção e de infiltração, como por exemplo bacias de retenção e de infiltração. Para além disso, nas novas construções, o próprio promotor é obrigado a prever soluções de controlo na origem, tais como: pavimentos porosos/permeáveis, valas de infiltração, trincheiras de infiltração, poços absorventes ou mesmo bacias de retenção e de infiltração. Este tipo de soluções tem como principal objectivo reduzir o impacto das superfícies impermeáveis das novas construções e, consequentemente, o aumento dos caudais de ponta de cheia. Esta medida é hoje comumente denominada por impacto zero.

O GTI apoiou a DPO na apreciação de processos de novos loteamentos, através da elaboração de alguns estudos de pormenor relativos à drenagem de águas pluviais, inseridos nos Planos de Drenagem das Bacias de: Ribeira de Eiras, Ribeira de Fala - Espadaneira, Ribeira de Cernache, Rio Ceira, Ribeira de Antanol, Ribeira de Ançã e da Vala de Vale Travesso, Ribeira dos Covões, Ribeira do Vale das Flores, Ribeira da Solum e Zona Central.

Em coordenação com a DPO, colaborou-se na análise do Estudo Prévio e Projecto da "Rede de Drenagem de Águas Residuais na parte sul da freguesia de Torres do Mondego-Carvalhosas, Palheiros e Zorro" e no Projecto de "Reforço do Abastecimento de Água ao Sector Noroeste do Concelho de Coimbra".

No âmbito da Optimização do Sistema de Distribuição de Água, elaboraram-se os Planos dos Sistemas de Abastecimento de Água: Alto dos Barreiros/Cruz dos Morouços/Cernache, Santa Clara II/Alqueves/Arruela,

Vendas de Pousada e respectivos modelos matemáticos de simulação do comportamento hidráulico do sistema de distribuição de água.

Procedeu-se à construção e exploração de modelos de simulação das redes de distribuição de água que permitam identificar situações que careçam de intervenções, para a melhoria do funcionamento, e analisar potenciais soluções para as mesmas.

No âmbito da colaboração com o Gabinete de Controlo de Perdas de Água foram efectuadas campanhas de medição de caudais à saída de reservatórios e de níveis, nas infra-estruturas onde a Telegestão não está disponível e onde se revelou serem necessárias as referidas campanhas, e apoiou-se o mesmo na detecção de infiltrações na rede de drenagem de águas residuais.

Gabinete de Informática GI)

Na área de Sistemas de Informação, no âmbito do ERP (*Enterprise Resource Planning*), concluiu-se a implementação do módulo Financeiro, nomeadamente no que concerne a Contabilidade Geral, Contabilidade Analítica, Património e Tesouraria, permitindo assim disponibilizar as funcionalidades Financeiras integradas com as Comerciais, Aprovisionamento, Fornecedores e Processamento de Vencimentos, automatizando a passagem de informação entre os respectivos módulos. Desse modo, é expectável que durante o ano de 2011 se inicie um período de fortalecimento e aprofundamento da capacidade tecnologia instalada, concretizando as alterações organizacionais analisadas e introduzidas com o projecto de Redesenho de Processos de Negócio e, mais recentemente, com a obtenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, implementado na empresa em conformidade com a norma internacional NP EN ISO 9001.

No âmbito da desmaterialização de processos iniciou-se e concluiu-se o estudo preliminar, decidindo sobre a metodologia de trabalho a utilizar para efeitos de levantamento de requisitos e definição de uma política de gestão de registos. Embora a abrangência do projecto seja global, a sua implementação será parcial, iniciando-se por processos com forte peso documental, de forma a englobar o maior número possível de características específicas, bem como o maior número de sectores da organização. Dois processos foram analisados, identificando-se cerca de uma centena de documentos passíveis de tramitação exclusivamente digital. O próximo passo será a implementação da solução tecnológica englobando não só a criação de fluxos digitais e respectiva distribuição (interna e externa, como também a assinatura electrónica e o consequente arquivo digital.

Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)

O Plano de Comunicação da AC focou a sua atenção na acção de Responsabilidade Social exercida pela dinamização do Museu da Água de Coimbra, com a execução de um programa cultural diversificado e inspirado no Ano Internacional da Biodiversidade, dando especial destaque ao serviço educativo e pedagógico dirigido à comunidade escolar.

Com efeito, o serviço educativo do Museu da Água tem desempenhado um papel muito relevante no âmbito da educação ambiental de crianças e jovens, recebendo visitas escolares, quase diariamente, e levando as acções pedagógicas às escolas, sempre que solicitado.

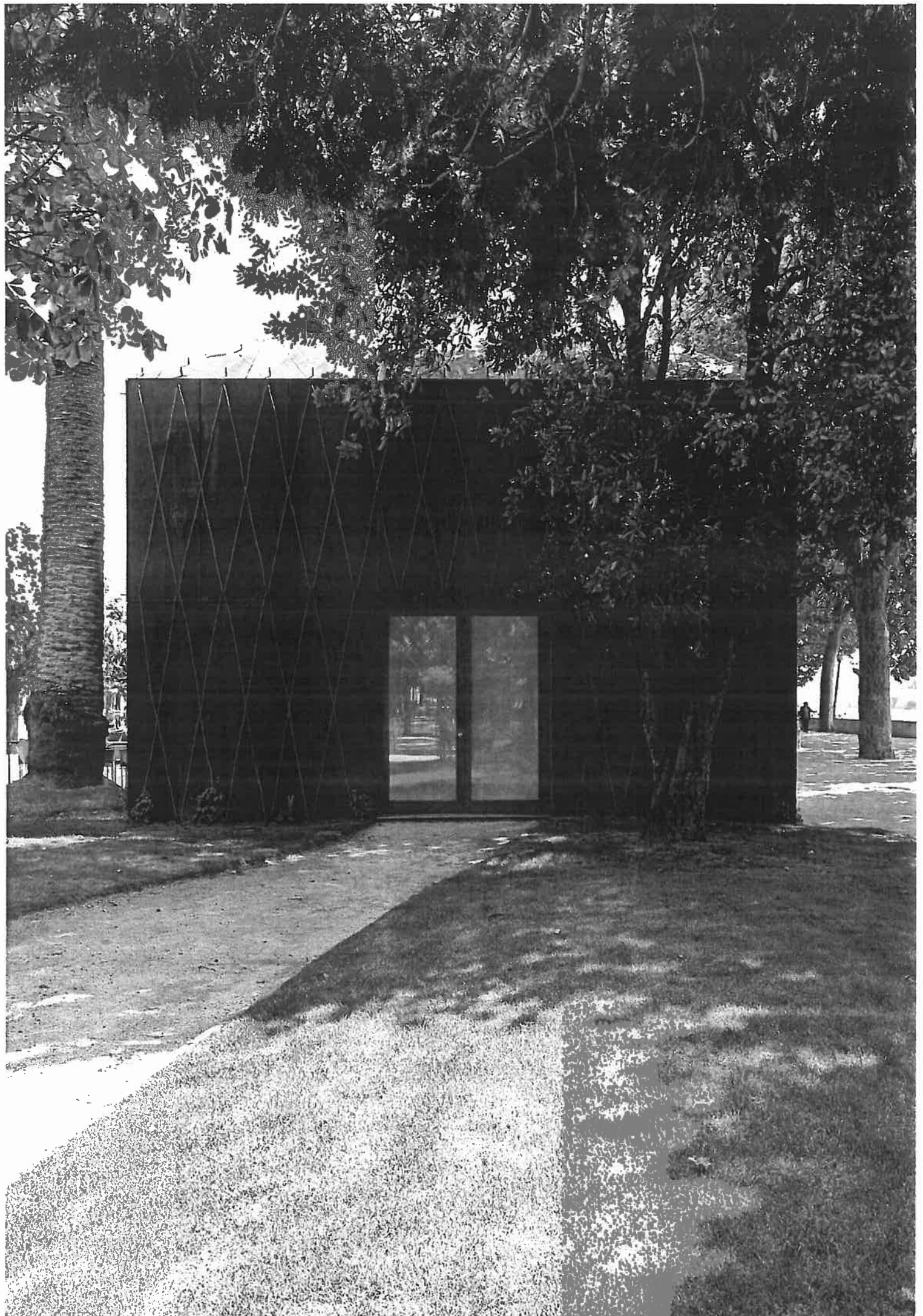
2010 foi também um ano de grande visibilidade e notoriedade para a marca Águas de Coimbra, que exigiu um maior cuidado na comunicação externa, na sequência da atribuição de importantes galardões a nível nacional. A saber: *European Customer Satisfaction Index* (ECSI) e Prémio de Qualidade de Serviço de Abastecimento de Água Prestado aos Utilizadores”, atribuído pela ERSAR e pelo jornal Água&Ambiente. A acrescentar a estas distinções, a AC obteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, o que veio reforçar a confiança que os seus 83 mil clientes depositam nos serviços que presta.

A comunicação directa ao cliente continuou a merecer prioridade, com o envio dos relatórios das análises à água e com a actualização de informação nos sítios www.aguasdecoimbra.pt e www.museudaagua.com. Ainda neste âmbito, e em colaboração com a DPO, foi intensificada a comunicação directa aos clientes afectados pela proximidade dos trabalhos de intervenção nas redes de água e saneamento.

Relativamente à política de Responsabilidade Social da AC, foram renovados os protocolos estabelecidos com algumas entidades da cidade, cuja actuação vai ao encontro da estratégia de comunicação da empresa: Orquestra Clássica do Centro, Secção de Desportos Náuticos da Associação Académica de Coimbra, Quercus e Exploratório - Centro de Ciência Viva.

Deu-se continuidade às campanhas publicitárias e de sensibilização ambiental na imprensa, que assinalaram as datas oportunas de comunicação para a Águas de Coimbra - Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água, Dia Nacional da Água, Festas da Cidade de Coimbra, Natal e Abertura do Museu da Água de Coimbra, embora obedecendo a uma redução de custos na ordem dos 20%, relativamente ao valor investido em publicidade em anos anteriores.

No âmbito da Comunicação Interna e seguindo a tradição da empresa, foi assinalado o Dia da Empresa, com a realização de actividades desportivas e lúdicas que estimularam o espírito de equipa entre todos os participantes.



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



Situação Económica e Financeira

Notas ao Balanço, à Demonstração de Resultados e aos Fluxos de Caixa

BALANÇO

Comparação com a situação em 31 de Dezembro de 2009

Activo

Activo não corrente

1 – Activos fixos tangíveis

Verifica-se, ao nível dos activos fixos tangíveis líquidos uma diminuição de 4,78%. A variação ocorrida nesta rubrica deve-se às seguintes razões:

- a) Depreciação dos activos. Regista-se o valor de 8 660 056, 99 euros de gastos de depreciação de activos fixos tangíveis;
- b) Execução do Plano de Investimentos. Em 31 de Dezembro regista-se o montante de 4 700 687, 64 euros em investimentos tangíveis, correspondendo a 54, 11% do valor previsto para 2010;
- c) Construção de ramais de água e saneamento, por administração directa em trabalhos para a própria entidade, no montante de 253 113, 44 euros.

2 – Activos intangíveis

Os activos intangíveis líquidos ascendem a 363 385, 85 euros e dizem respeito a software e licenças de software.

Activo corrente

3 - Inventários

Os materiais diversos de conservação em armazém apresentam o valor de 291 996, 04 euros, representando uma diminuição de 1, 63% em relação a Dezembro de 2009.

Os artigos para venda no Museu da Água apresentam o valor de 48 315, 74 euros.

4 - Clientes

O saldo líquido de clientes, no montante de 4 267 748, 66 euros regista uma diminuição de 6,58% em relação a Dezembro de 2009.

5 - Estado e outros entes públicos

Nesta rubrica constam os montantes de IRC e de IVA a recuperar: 119 007, 51 euros e 37 904, 47 euros, respectivamente.

6 – Outras contas a receber

Esta rubrica regista os seguintes valores a receber:

- Devedores por acréscimos de rendimentos: 106 012, 07 euros, dos quais, 87 095, 75 euros, dizem respeito a consumos de Dezembro de água e tarifas conexas da Câmara Municipal de Coimbra;
- Débito de consumos de energia eléctrica à Sociedade Águas do Mondego, S.A.: 71 683, 84 euros;
- Devedores por depósitos de garantia: 500, 00 euros;

7 – Diferimentos

O valor de 35 607, 27 euros, inscrito nesta rubrica, refere-se a gastos a reconhecer, em períodos futuros, de diversos contratos de prestação de serviços (seguros, renovação de assinaturas, publicações, etc.).

8 - Disponibilidades

As disponibilidades apresentam o montante de 9 613 494, 01 euros.

9 - Capital Próprio

As alterações ocorridas ao nível do Capital Próprio devem-se ao seguinte:

- Aumento das reservas legais e outras reservas, pela aplicação do resultado do período de 2009;
- Outras variações no capital próprio que registam uma diminuição de 8, 85% em relação a Dezembro de 2009, pela imputação de subsídios para investimentos e reconhecimento do rendimento respectivo.

De referir que, pela aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o valor do capital próprio sofreu um aumento significativo, devido à reclassificação dos subsídios para investimentos. Estes deixam de estar incluídos no passivo para passarem a ser registados em capital (outras variações no capital próprio).

Passivo

Passivo não corrente

10 - Financiamentos obtidos

A variação ocorrida diz respeito à amortização dos empréstimos obtidos, Linha de Crédito CGD/BEI e Contrato de Mútuo com o Dexia Sabadell.

Esta rubrica, de longo prazo, apresenta o montante de 11 072 491, 43 euros.

11 - Outras contas a pagar

Esta rubrica regista o valor de 3 701 307, 15 euros e diz respeito à dívida à Câmara Municipal de Coimbra, relativa a infra-estruturas de saneamento básico decorrentes de processos de loteamentos recepcionados em urbanizações e de outras executadas e custeadas pela Câmara Municipal de Coimbra, transferidas deste Município para o património da AC, Águas de Coimbra, E.M., ao abrigo do protocolo celebrado em 23 de Dezembro de 2004 e seu aditamento de 21 de Dezembro de 2007.

Passivo corrente

12 - Fornecedores

O valor de 4 880 506, 12 euros, constante nesta rubrica, diz respeito a facturação de fornecedores correntes, ainda não paga pela Águas de Coimbra. Destacamos a dívida à sociedade Águas do Mondego, S.A., no montante de 4 424 948, 22 euros, e que se divide da seguinte forma:

- a) Juros de mora de facturas pagas, após a data de vencimento, no valor de 931 742, 85 euros. Situação a resolver em processo negocial entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Águas do Mondego, S.A.;
- b) Taxa de recursos hídricos facturada no ano de 2008, cujo valor ainda não foi, totalmente esclarecido e que ascende a 191 179, 91 euros;
- c) Dívida não vencida, respeitante a facturas de Outubro, Novembro e Dezembro de 2010 no valor de 3 272 351, 27 euros;
- d) Dívida não vencida, respeitante a serviços de análise de água, no valor de 29 674, 19 euros;

13 - Estado e outros entes públicos

Esta rubrica regista os seguintes valores a pagar:

- a) De contribuições para a segurança social: 82 284, 77 euros;
- b) De tarifa do lixo a entregar à autarquia local: 134 652, 10 euros;
- c) De Retenção de IRS, trabalho dependente e independente: 37 639, 11 euros;
- d) Taxa de recursos hídricos, com o valor de 95 340, 00 euros.

14 – Financiamentos obtidos

Esta rubrica apresenta o exigível de curto prazo, referente à linha de crédito CGD/BEI e ao contrato de mútuo com o Dexia Sabadell, no montante de 821 980,10 euros.

15 - Outras contas a pagar

Esta rubrica é composta pelas seguintes contas a pagar:

- Fornecedores de investimentos: 867 017, 67 euros;

- Credores por acréscimos de gastos: 783 865, 36 euros, dos quais: 673 494, 55 euros dizem respeito a remunerações a liquidar;
- Depósitos de garantia: 445 769, 67 euros;
- Infra-estruturas transferidas pelo Município de Coimbra: 1 400 000, 00 euros;
- Outras contas a pagar: 228 183, 62 euros, dos quais 224 268, 22 euros dizem respeito a credores por responsabilidade de cobrança da tarifa do lixo.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

16 - Vendas e serviços prestados

Ao nível das vendas e serviços prestados, verifica-se um aumento conjunto de 14, 80% em relação ao ano anterior.

A venda de água (tarifa volumétrica) cresce 7,78%.

As prestações de serviços aumentam 20,82%.

17 - Subsídios à exploração

Regista-se o recebimento de 1 591 965, 66 euros relativo a indemnização por perda de negócio, no âmbito do Contrato de Adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal Baixo Mondego – Bairrada.

Quando comparado com o período de 2009, esta rubrica regista uma diminuição de 80, 38%.

18 - Trabalhos para a própria entidade

Ao nível de trabalhos para a própria entidade, regista-se o valor de 253 113, 44 euros, proveniente da construção de ramais de água e ramais de saneamento por administração própria.

19 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Ao nível do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, verifica-se um aumento de 1,11% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento é influenciado pelo aumento de 2,72% do preço do m3 de água comprado à Sociedade Águas do Mondego, S.A. e pela redução no custo dos materiais de conservação (-34,06%).

20 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos registam um aumento de 3,72%, influenciados directamente pelo crescimento conjunto do preço e do volume de efluentes contratualizados com a sociedade Águas do Mondego, S.A., (3,78%).

21 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal registam uma diminuição de 7,82%, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Esta diminuição deve-se, principalmente, aos valores mais baixos registados nas seguintes rubricas:

- a) Remuneração dos órgãos sociais (- 8,37%);
- b) Remunerações do pessoal (- 4,05%);
- c) Prestações sociais;
- d) Encargos sobre remunerações;
- e) Assistência na doença;
- f) Formação de pessoal;
- g) Vestuário e artigos pessoais.

22 – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Esta rubrica regista o montante de 175 047, 01 euros e é composta pelo seguinte:

- a) Perdas por imparidade de dívidas a receber de clientes: 227 844, 02 euros;
- b) Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber de clientes: 52 797, 01 euros.

23 – Outros rendimentos e ganhos

Desta rubrica destacamos os seguintes valores:

- a) Débito de consumos de energia eléctrica: 67 626, 26 euros à AdM;
- b) Correções relativas a períodos anteriores: 46 158, 34 euros, dos quais 45 986, 20 euros dizem respeito à correcção à previsão dos encargos com férias e subsídio de férias;
- c) Imputação de subsídios para investimentos: 2 495 554, 87 euros;

24 – Outros gastos e perdas

Esta rubrica é constituída pelo seguinte:

- a) Impostos: 28 567, 85 euros;
- b) Perdas em existências: 6 504, 93 euros;
- c) Correções relativas a períodos anteriores, 20 300, 11 euros, dos quais 16 401, 34 euros dizem respeito a encargos com a ADSE;
- d) Donativos: 7 500, 00 euros;
- e) Quotizações: 1 488, 75 euros;
- f) Ofertas: 2 151, 50 euros;
- g) Multas e penalidades: 250 euros;
- h) Outros gastos e perdas: 56 020, 08 euros.

25 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Ao nível das depreciações e amortizações, regista-se uma diminuição de 10,12%, em relação ao ano anterior, que se explica, sobretudo, pelo fim da depreciação de alguns equipamentos aos quais foram aplicadas as quotas decrescentes e pela aplicação da amortização por duodécimos, para os bens adquiridos

a partir de Janeiro de 2010, determinada a partir da quota anual de amortização e que corresponde ao número de meses contados desde o mês de entrada em funcionamento dos activos.

26 - Juros e rendimentos similares obtidos

Regista-se, nesta rubrica, o valor de 142 710, 13 euros, em que 113 604, 15 euros referem-se a juros de depósitos bancários e 29 061, 77 euros, a juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento de facturas. Os restantes 44, 21 euros respeitam a outros rendimentos similares.

27 - Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta o montante de 115 468, 95 euros e diz respeito a:

- a) Juros em empréstimos bancários: 109 109, 25 euros;
- b) Juros de contratos leasing: 2 596, 22 euros
- c) Serviços bancários diversos: 3 763, 48 euros

28 - Resultado líquido do período

O Resultado líquido do período, em 31 de Dezembro de 2010, é negativo no montante de -1 469 834, 22 euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

29 - Vendas e prestações de serviços

Nas vendas e prestações de serviços regista-se um crescimento de 8,18% no sector de abastecimento de água e 27,30%, no sector de saneamento.

30 - Custo das vendas e das prestações de serviços

À semelhança dos anos anteriores, optou-se pela imputação dos custos das actividades auxiliares e comuns às actividades principais de abastecimento de água e saneamento, na proporção dos respectivos custos directos observados. Assim, utilizando esse critério, os custos das citadas actividades auxiliares e comuns foram distribuídos pelas referidas actividades principais nas percentagens de 52%, para a água e 48%, para o saneamento.

31 - Resultado bruto

O resultado bruto para o período de 2010 foi o seguinte:

Sector de abastecimento de água: 886 656, 40 euros

Sector de saneamento: - 3 527 187, 00 euros

32 - Outros rendimentos

Os valores registados em outros rendimentos, de 2 752 988, 07 euros, sector de abastecimento de água e de 1 880 002, 11 euros no sector de saneamento, devem-se, sobretudo, aos subsídios à exploração

transferidos pela Câmara Municipal de Coimbra, pela adesão do Município ao Sistema Multimunicipal Baixo Mondego - Bairrada, relativos a indemnização por perda de negócio, à imputação de subsídios para investimentos e a trabalhos para a própria entidade.

33 - Gastos de distribuição

Os gastos de distribuição (gastos comerciais do sistema de gestão de clientes, incluindo a emissão, expedição e cobrança de facturas) são repartidos pelos sectores de abastecimento de água e de saneamento na razão do respectivo volume de negócios (vendas e prestações de serviços). Este situa-se em 63% para o sector de abastecimento de água e 37% para o sector de saneamento.

34 - Gastos administrativos

Os gastos administrativos foram imputados ao sector de abastecimento de água e ao sector de saneamento, à semelhança do procedimento seguido na distribuição dos gastos das actividades auxiliares e comuns, na proporção dos respectivos custos directos, ou seja, nas percentagens de 52% e 48%, respectivamente.

35 - Resultado operacional

Sector de abastecimento de água: 1 763 177, 02 euros;

Sector de saneamento: - 3 255 508, 12 euros.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

36 - Recebimentos de clientes

Regista-se um aumento nos recebimentos de clientes de 17, 45%.

37 - Pagamentos a fornecedores

O pagamento a fornecedores diminui 2,68%.

38 - Pagamentos ao pessoal

Observa-se uma diminuição de 5,39%, influenciada, directamente pelo decréscimo das seguintes rubricas de gastos:

- a) Remunerações do conselho de administração;
- b) Remunerações do pessoal;
- c) Prestações complementares;
- d) Encargos sobre remunerações;
- e) Assistência na doença;

- f) Formação de pessoal;
- g) Vestuário e artigos pessoais.

39 – Outros recebimentos

Nesta rubrica de recebimentos destacamos os recebimentos de subsídios à exploração no montante de 1 591 965, 66 euros.

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamentos respeitantes a:

40 – Activos fixos tangíveis

Regista-se, nesta rubrica, o valor de 6 562 093, 42 euros, que se justifica pelo pagamento de facturação a fornecedores de investimentos, representando um crescimento de 11,95% relativamente ao período anterior.

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Pagamentos respeitantes a:

41 – Financiamentos obtidos

Os valores registados nesta data, 821 850, 94 euros, dizem respeito a pagamentos de amortização de empréstimos (Linha Crédito BEI/CGD e Dexia Sabadell).

De referir que terminou, em 2009, o período de carência de amortização do empréstimo do Dexia Sabadell, contribuindo decisivamente para o crescimento desta rubrica no período de 2010;

42 – Juros e Gastos Similares

Esta rubrica regista o total de 114 726, 04 euros e diz respeito ao pagamento de juros dos empréstimos bancários, juros com equipamentos em locação financeira e pagamento de serviços bancários diversos.

43 – Outras operações de financiamento

O valor constante desta rubrica diz respeito ao pagamento das rendas relativas aos contratos de locação financeira.

44 – Variação de caixa e seus equivalentes

A variação observada, justifica-se pela disponibilidade de meios monetários que permitiu efectuar os pagamentos respeitantes às actividades de investimento e financiamento dentro dos prazos contratados.

45 – Caixa e seus equivalentes no fim do período

O saldo registado em 31 de Dezembro, de 9 613 494, 01 euros, reflecte ainda a disponibilidade de meios monetários que transitaram do exercício anterior.

DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no Artigo n.º 21 do Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de Outubro.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do artº 20º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para o Resultado Líquido negativo do período de 2010 no montante de - 1 469 834, 22 euros

Resultados Transitados	-1.469.834,22
------------------------	---------------

Coimbra, 04 de Março de 2011

O Conselho de Administração:

Dr. Marcelo Nuno Gonçalves Pereira
Presidente

Dr. Olinto Miguel Teodoro Vieira
Administrador

Engª Sandra Correia Tavares de Pina
Administradora

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do nº 3 do artigo 22º - Contabilidade e documentos de prestação de contas – dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço; Demonstração de Resultados por Naturezas; Demonstração de Resultados por Funções, Demonstração das Alterações no Capital Próprio; Demonstração de Fluxos de Caixa e seu desenvolvimento; Anexo às Demonstrações Financeiras; Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Amortizações de Empréstimos e Parecer do Fiscal Único.

Anexo n.º 1

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

BALANÇO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA (€)			
	Notas	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	1	73.839.177,16	77.545.433,07
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	2	363.385,85	172.314,12
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		74.202.563,01	77.717.747,19
Activo corrente			
Inventários	3	340.311,78	330.416,63
Activos biológicos			
Clientes	4	4.267.748,66	4.568.260,42
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	5	156.911,98	22.037,55
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	6	178.195,91	91.147,52
Diferimentos	7	35.607,27	38.180,00
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	8	9.613.494,01	11.378.995,03
		14.592.269,61	16.429.037,15
Total do activo		88.794.832,62	94.146.784,34
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		39.140.176,44	39.140.176,44
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	9	614.794,46	548.371,43
Outras reservas	9	4.393.540,21	3.970.732,90
Resultados transitados		52.282,91	43.995,64
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	9	21.512.835,72	23.602.211,86
Resultado líquido do período		-1.469.834,22	664.230,34
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		64.243.795,52	67.969.718,61

Anexo n.º 1

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

BALANÇO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (continuação)

UNIDADE MONETÁRIA (€)			
	Notas	31-12-2010	31-12-2009
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	10	11.072.491,43	11.914.655,47
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	11	3.701.307,15	4.898.578,15
		14.773.798,58	16.813.233,62
Passivo corrente			
Fornecedores	12	4.880.506,12	3.556.631,23
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	13	349.915,98	346.201,56
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	14	821.980,10	801.667,00
Outras contas a pagar	15	3.724.836,32	4.659.332,32
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		9.777.238,52	9.363.832,11
Total do passivo		24.551.037,10	26.177.065,73
Total do capital próprio e do passivo		88.794.832,62	94.146.784,34

Anexo n.º 2

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA (€)			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
Vendas e serviços prestados	16	24.445.289,79	21.294.073,97
Subsídios à exploração	17	1.591.965,66	8.113.215,47
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	18	253.113,44	248.783,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	7.840.955,17	7.755.103,91
Fornecimentos e serviços externos	20	7.318.044,89	7.055.304,95
Gastos com o pessoal	21	6.224.225,32	6.751.996,40
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	175.047,01	117.877,77
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	23	2.735.114,07	3.127.290,88
Outros gastos e perdas	24	122.783,22	332.985,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.344.427,35	10.770.095,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	8.836.758,45	9.831.850,43
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.492.331,10	938.244,71
Juros e rendimentos similares obtidos	26	142.710,13	71.337,32
Juros e gastos similares suportados	27	115.468,95	164.177,87
Resultado antes de impostos		-1.465.089,92	845.404,16
Impostos sobre o rendimento do período		4.744,30	181.173,82
Resultado líquido do período	28	-1.469.834,22	664.230,34
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a:		0,00	0,00
Detentores do capital da empresa mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,00	0,00

RUBRICAS	Notas	UNIDADE MONETÁRIA (€)			
		2010		2009	
		água	saneamento	total	total
Vendas e prestações de serviços	29	15.064.043,02	9.381.246,77	24.445.289,79	13.924.657,57
Custo da vendas e das prestações de serviços	30	-12.125.584,57	-11.014.462,65	-23.140.047,22	-10.676.928,55
1. directos		-2.051.802,05	-1.893.971,12	-3.945.773,17	-2.327.760,58
2. das actividades comuns					-1.982.907,16
Resultado bruto	31	886.656,40	-3.527.187,00	-2.640.530,60	-1.003.341,29
Outros rendimentos	32	2.752.988,07	1.880.002,11	4.632.990,18	8.465.602,48
Gastos de distribuição	33	-436.777,89	-256.520,35	-693.298,24	-493.071,72
Gastos administrativos	34	-1.387.728,79	-1.280.980,43	-2.668.709,22	-1.733.243,46
Gastos Investigação e Desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos		-51.960,77	-70.822,45	-122.783,22	-159.429,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	35	1.763.177,02	-3.255.508,12	-1.492.331,10	5.076.516,52
Gastos de financiamento (líquidos)					
Juros, Dividendos e Outros Rend Similares				-115.468,95	-164.177,87
Resultados antes de impostos				142.710,13	71.337,32
Impostos sobre o rendimento do período				-1.465.089,92	845.404,16
Resultado líquido do período				-4.744,30	-181.173,82
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				-1.469.834,22	664.230,34
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores do capital da empresa-mãe					
Interesses minoritários					

Anexo n.º 4
Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.
DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO, EM 2009

DESCRÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										Interesse minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período de 2009	1	39.140.176,44				504.072,32	3.747.040,88	297.291,20				442.991,13	44.131.571,97
Alterações no período													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-253.295,56			23.602.211,86		23.348.916,30
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0,00
Resultado Líquido do período	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-253.295,56	0,00	0,00	23.602.211,86	0,00	23.348.916,30
Resultado Integral	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-253.295,56	0,00	0,00	23.602.211,86	664.230,34	664.230,34
Operações com detentores de capital no período	4=2+3												
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão						44.299,11	223.692,02					-442.991,13	-175.000,00
Distribuições													0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
Posição no fim do período 2009	5	0,00	0,00	0,00	0,00	44.299,11	223.692,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-442.991,13	-175.000,00
6=1+2+3+5		39.140.176,44	0,00	0,00	0,00	548.371,43	3.970.732,90	43.995,64	0,00	0,00	23.602.211,86	664.230,34	67.969.716,61
													67.969.716,61

Anexo n.º 4

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO, EM 2010

DESCRICÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2010	6	39.140.776,44	0,00	0,00	0,00	548.371,43	3.970.732,90	43.995,64	0,00	0,00	23.602.211,86	664.230,34	67.969.718,61	67.969.718,61
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7 e 8												0,00	0,00
Resultado Líquido do período	7	0,00	0,00	0,00	0,00	66.423,03	422.807,31	8.287,27	0,00	0,00	-2.089.376,14	-664.230,34	-2.256.088,87	-2.256.088,87
Resultado Integral	8												-1.469.834,22	-1.469.834,22
Operações com detentores de capital no período	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	66.423,03	422.807,31	8.287,27	0,00	0,00	-2.089.376,14	-2.134.064,56	-3.725.923,09	-3.725.923,09
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão													0,00	0,00
Distribuições													0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00	0,00
Outras operações													0,00	0,00
Posição no fim do período 2010	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2010	6+7+8+10	39.140.776,44	0,00	0,00	0,00	614.794,46	4.393.540,21	52.282,91	0,00	0,00	215.283,72	-1.469.834,22	64.243.795,52	64.243.795,52

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) DE FLUXOS DE CAIXA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
<u>Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes	36	26.164.500,68	22.276.655,66
Pagamentos a fornecedores	37	15.577.535,77	16.006.497,48
Pagamentos ao Pessoal	38	6.315.386,84	6.675.388,67
Caixa gerada pelas operações		4.271.578,07	-405.230,49
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	108.032,77
Pagamento do imposto sobre o rendimento		215.012,52	78.341,74
Outros recebimentos	39	4.442.486,12	12.851.268,21
Outros pagamentos		3.035.691,15	4.308.295,99
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		5.463.360,52	8.167.432,76
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	40	6.562.093,42	5.861.725,78
Activos Intangíveis		355.708,59	206.078,70
Investimentos Financeiros			
Outros Activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.473,45	31.562,80
Activos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao investimento		756.188,40	1.565.937,52
Juros e rendimentos similares		120.550,44	82.397,12
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-6.036.589,72	-4.387.907,04
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			7.351.368,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	41	821.850,94	145.106,86
Juros e gastos similares	42	114.726,04	170.587,31
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento	43	255.694,84	308.785,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.192.271,82	6.726.888,68
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
	44	-1.765.501,02	10.506.414,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.379.826,78	873.412,38
Regularização Boletim Tesouraria Cheques s/Provisão enviados a Tribunal		-831,75	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	45	9.613.494,01	11.379.826,78

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) DE FLUXOS DE CAIXA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Desenvolvimento)

Unidade monetária (€)

RUBRICAS	NOTAS	2 010	2009
<u>Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES			
Venda de água e outras tarifas	36	26.164.500,68	22.276.655,66
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	37	15.577.535,77	16.006.497,48
PAGAMENTOS AO PESSOAL	38		
Remunerações do conselho de administração		131.209,62	144.060,87
Remunerações do pessoal		4.629.322,83	4.754.760,17
Remunerações adicionais		532.251,53	538.176,39
Prestações complementares		59.292,49	70.523,04
Gratificações e prémios de produtividade		166.712,73	174.999,94
Pensões		7.220,76	1.623,42
Encargos s/remunerações		692.574,44	708.526,41
Seguros de acidentes de trabalho		49.053,60	45.088,73
Outros pagamentos ao pessoal		47.748,84	237.629,70
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		4.271.578,07	-405.230,49
RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		0,00	108.032,77
PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		215.012,52	78.341,74
OUTROS RECEBIMENTOS RELATIVOS À ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Recebimentos de serviços suplementares		19.046,07	17.735,18
Recebimentos de subsídios à exploração	39	1.591.965,66	9.555.635,47
Outros recebimentos operacionais		79.813,74	416.312,47
Recebimentos consignados			
Retenção de imposto sobre o rendimento		569.624,00	559.773,82
Restantes impostos		30,00	31.120,00
Contribuições para segurança social e CGA		419.848,75	519.384,52
Tarifa do lixo		1.575.502,71	1.618.415,14
Outros recebimentos consignados		186.655,19	132.891,61
OUTROS PAGAMENTOS RELATIVOS À ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Pagamentos de impostos indirectos		27.126,36	456.196,89
Outros pagamentos operacionais		280.124,40	396.687,30
Pagamentos consignados			
Retenção de imposto sobre o rendimento		581.100,96	562.723,72
Restantes impostos		12.190,60	30.895,00
Contribuições para segurança social e CGA		423.016,11	527.472,56
Tarifa do lixo		1.560.296,69	2.170.665,37
Outros pagamentos consignados		151.836,03	163.655,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		5.463.360,52	8.167.432,76

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL OU CONSOLIDADO) DE FLUXOS DE CAIXA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Desenvolvimento)

RUBRICAS	NOTAS	2010	2009
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	40	6.562.093,42	5.861.725,78
ACTIVOS INTANGÍVEIS		355.708,59	206.078,70
OUTROS ACTIVOS			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Activos fixos tangíveis		4.473,45	31.562,80
Activos intangíveis			
Outros activos			
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO			
INAG			735.790,27
Particulares		756.188,40	790.100,86
Outros			40.046,39
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		120.550,44	82.397,12
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-6.036.589,72	-4.387.907,04
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			7.351.368,00
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
COBERTURA DE PREJUÍZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	41	821.850,94	145.106,86
JUROS E GASTOS SIMILARES	42	114.726,04	170.587,31
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	43	255.694,84	308.785,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-1.192.271,82	6.726.888,68
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
(4) = (1) + (2) + (3)	44	-1.765.501,02	10.506.414,40
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		11.379.826,78	873.412,38
REGULARIZAÇÃO BOLETIM TESOURARIA CHEQUES S/PROVISÃO ENVIADOS A TRIBUNAL		-831,75	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	45	9.613.494,01	11.379.826,78

Anexo n.º 6

ANEXO

(MODELO GERAL)

1. Identificação da entidade:

1 - Designação da entidade: AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

2 - Sede: Rua da Alegria, 111 3000 - 018 COIMBRA

3 - Natureza da actividade: Distribuição de água

4 - Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal de Coimbra

5 - Sede da empresa-mãe: Praça 8 de Maio 3000 - 300 COIMBRA

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. - Sistema de Normalização Contabilística

2.4 - Adopção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória:

- a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;
Fluxos de caixa relatados - Actividades de investimento, pagamentos respeitantes a activos intangíveis:
 - Os pagamentos incluídos nesta rubrica, apesar de serem superiores, aos contabilizados no mesmo período de 2009, tendem a ser inferiores aos registados à luz dos PCGA anteriores, uma vez que, segundo as NCRF, apenas foram registados nesta rubrica as licenças de software.
- b) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

Contas	Saldo final em POC	Aumentos	Diminuições	Saldo final transição SNC
Capital	39.140.176,44			39.140.176,44
Reservas de Reavaliação				0,00
Reservas:				0,00
Reservas Legais	548.371,43			548.371,43
Reservas Estatutárias				0,00
Para Investimento	3.970.732,90			3.970.732,90
Resultados Transitados	297.291,20		253.295,56	43.995,64
Outras Variações no Capital Próprio		23.602.211,86		23.602.211,86
Resultado Líquido 2009	664.230,34			664.230,34
Total	44.620.802,31	23.602.211,86	253.295,56	67.969.718,61

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras foi o custo histórico

4. Fluxos de Caixa:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	13.281,35	13.054,90
CGD	7.410,75	1.473,32
CGD - 02	41.665,71	283.820,92
BPI - 01	99.350,26	7.268.449,15
BPI - 02	58.809,75	3.747.757,42
BPI - 04	16.438,18	16.435,96
BPI - 05	13.143,96	13.143,96
BPI - 06	13.147,10	13.147,10
BPI - 07	427,21	468,50
BPI - 08	0,00	4.720,20
BES	6.046.449,34	1.220,91
MG	2.021.251,34	1.889,59
SANTANDER TOTTA	1.277.612,90	2.556,73
MILLENIUM	4.506,16	1.868,44
CCAM	0,00	2.250,23
BPN	0,00	6.737,70
	9.613.494,01	11.378.995,03

7. Activos intangíveis:

7.1 - Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

- a) As vidas úteis dos activos intangíveis são finitas, e foram usadas as taxas máximas anuais de amortização (3 anos de vida útil).
- b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas;
Foi utilizado o método das quotas constantes, para os activos intangíveis.

RUBRICAS	VALOR BRUTO INÍCIO DO PERÍODO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	SALDO FINAL DO PERÍODO
ACTIVOS INTANGÍVEIS							
PROGRAMAS DE COMPUTADOR	750.560,31	578.246,19	367.773,19			176.701,46	363.385,85
Total	750.560,31	578.246,19	367.773,19			176.701,46	363.385,85

Nota:

Os valores brutos e de amortizações acumuladas no início do período não são comparáveis com Dezembro de 2009, em POC, uma vez que, em SNC, apenas são considerados activos intangíveis os programas de computador.

8. Activos fixos tangíveis:

8.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

- a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis são mensurados pelo método do custo, sendo que, quando adquiridos ao exterior são valorizados ao custo de aquisição e quando realizados por administração directa, são valorizados ao custo de produção.

- b) Métodos de depreciação usados

Os métodos de depreciação usados são os seguintes:

- i) Quotas constantes, para os bens que transitaram dos extintos SMASC;
- ii) Quotas decrescentes, conforme nº 2 do artº 4º e alínea c) do nº 1 do artº 6º do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro (Dec.Regulamentar que revogou o anterior 2/90, em POC), para os bens adquiridos desde 1 de Junho de 2003 até 31 de Dezembro de 2007
- iii) Quotas constantes, para os bens adquiridos a partir de 01 de Janeiro de 2008:

c) Vida útil ou taxas de depreciação usadas;

São utilizados os seguintes períodos de vida útil:

i) Período máximo de vida útil para as infra-estruturas de água (redes de distribuição de fibrocimento e similares - Código bem: 1325)

ii) Período mínimo de vida útil para os restantes bens.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

RUBRICAS	SALDO INICIAL BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES E ABATES	DIMINUIÇÕES DEPREC. ACUMULADAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPREC. PERÍODO	SALDO FINAL
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	83.223,50		17.052,00					100.275,50
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1.662.327,72	512.438,29	4.925,99			111.500,21	81.028,23	1.185.287,40
EQUIPAMENTO BÁSICO	146.593.214,44	71.829.091,54	14.058,99			1404.456,30	8.313.979,81	67.868.658,38
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1.852.093,26	1.561.534,30	18.012,60				13.1520,12	177.051,44
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.096.760,90	856.783,86	36.410,13	220,47	220,47		89.176,63	187.210,54
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	521.397,46	274.785,86	40.714,05				44.352,20	242.973,45
INVESTIMENTOS EM CURSO:								
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	771.049,64		4.569.513,88			-1.262.843,07		4.077.720,45
OBRAS DE ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		Trab. p/própria Entidade	253.113,44			-253.113,44		0,00
TOTAL	152.580.066,92	75.034.633,85	4.953.801,08	220,47	220,47	0,00	8.660.056,99	73.839.177,16

Notas:

a) O equipamento básico e os outros activos fixos tangíveis no início do período não são comparáveis com o registado em POC, em 31/12/2009, uma vez que, em SNC, as Ferramentas e Utensílios são considerados equipamento básico e os programas de computador activos intangíveis.

b) As depreciações acumuladas de activos fixos tangíveis no início do período não são comparáveis com as registadas em POC, em 31/12/2009, uma vez que, em SNC, os programas de computador não são considerados activos fixos tangíveis, mas sim, activos intangíveis

8.7 - Depreciação acumulada no final do período

RUBRICAS	Depreciação Acumulada no fim do período
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e outras construções	593.466,52
Equipamento básico	80.143.071,35
Equipamento de transporte	1.693.054,42
Equipamento administrativo	945.740,02
Outros activos fixos tangíveis	319.138,06
TOTAL	83.694.470,37

10. Locações

10.1 - Locações financeiras – locatários

Designação	Quantia escriturada	Valor contabilístico	Pagamentos futuros	
			2011	2012
BPI-Cont.10021654 (33-GP-20)	326.528,00	96.630,52	96.630,52	
Caixa Leasing- Cont.332286 (80-DU-52)	20.399,17	4.408,36	4.408,36	
Caixa Leasing- Cont.336303 (93-EN-74)	156.937,50	37.618,72	37.618,72	
SOFINLOC- Cont.922590060 (S.G.Frotas)	215.893,96	73.121,65	50.793,00	22.328,65
BBVA Finanz.- Cont.30153297 (03-CB-87)	22.582,38	13.780,23	13.780,23	
BBVA Finanz.- Cont.30023161 (66-CM-95)	17.616,00			
BBVA Finanz.- Cont.30023159 (66-CM-65)	12.215,13			
BBVA Finanz.- Cont.30023163 (66-CM-66)	12.215,13			

11. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros de financiamentos obtidos, que totalizam 109 109, 25 euros, foram contabilizados como gastos do período

13. Imparidade de Activos

Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Reconhecimento de imparidade	Reversão de Imparidade	Total
De clientes	227.844,02	52.797,01	175.047,01

19. Inventários

19. 1. Utilizou-se o custo de aquisição nas existências entradas em armazém. Nas saídas, utilizou-se o custo médio ponderado.

	Mercadorias		Materiais
Movimentos	Água	Museu Água	Armazéns
Existências iniciais		33.632,35	296.784,28
Compras	7.615.378,94	18.951,69	223.641,73
Regularização de existências		2.891,64	4.230,40
Existências finais		48.315,74	291.996,04
Gastos do período	7.615.378,94	1.376,66	224.199,57

21. Rédito

Vendas e Prestações de Serviços

	Mercado Interno	
	31-12-2010	31-12-2009
Vendas		
Mercadorias	10.594.404,96	9.829.900,42
Sub Total	10.594.404,96	9.829.900,42
Prestações de Serviços		
Do sector de água	4.391.454,49	4.061.530,04
Do sector de saneamento	9.264.149,54	7.284.701,33
Serviços secundários	195.280,80	117.942,18
Sub Total	13.850.884,83	11.464.173,55
Total	24.445.289,79	21.294.073,97

Outros Rendimentos e Ganhos

	Exercícios	
	31-12-2010	31-12-2009
781 - Rendimentos suplementares	88.897,94	34.996,47
782- Descontos de pronto pagamento obtidos	2.101,36	4.973,85
783 - Recuperação de Dividas a Receber	0,00	163,44
784 - Ganhos em Inventários	1.160,99	1.395,00
787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	94,10	534,31
788 - Outros	2.642.859,68	3.085.227,81
Total	2.735.114,07	3.127.290,88

Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares

	Exercícios	
	31-12-2010	31-12-2009
791 - Juros obtidos	142.665,92	71.270,85
798- Outros Rendimentos Similares	44,21	66,47
Total	142.710,13	71.337,32

23. Subsídios do Governo

23.1. Os subsídios são registados no momento em que são recebidos e são transferidos para rendimentos na medida em que são contabilizadas as depreciações dos activos tangíveis respectivos.

Rubrica	Ano de concessão	Valor do subsídio			
		Total atribuído	Transferência p/rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/rendimentos 2010	Saldo
Imobilizações em curso					
INAG - Saneam.Souselas c/59322204	2002	97.184,38			
	2003 - Jun a Dez	124.729,19	129.320,26	18.474,32	74.118,99
INAG - Req.Amb.Z.Norte c/59323001	2008	1.979.479,57			
	2009	735.790,27	455.454,84	274.668,96	1.985.146,04
Sub-Total		2.937.183,41	584.775,10	293.143,28	2.059.265,03
Imobilizações em curso					
c/5931	1995	643.112,70			
	1996	1.394.459,76			
	1997	4.248.864,00			
	1998	2.508.345,95	4.219.195,75	457.965,88	7.164.436,92
2º QCA – FEDER	1999	1.497.804,34			
	2000	1.549.011,80			
Sub-Total		11.841.598,55	4.219.195,75	457.965,88	7.164.436,92
Lab. Análises água c/59333					
QCA-III – FEDER	2004	103.956,13	100.144,68	952,88	2.858,57
Sub-Total		103.956,13	100.144,68	952,88	2.858,57
QCA-III – FEDER c/5933					
	2001	2.124.047,70			
	2002	3.943.683,01			
	2003 - Jan a Maio	898.657,82			
	2003Jun a Dez	1.326.802,86			
	2004	3.743.208,79	8.218.593,83	946.246,10	5.143.184,86
	2005	872.610,77			
	2006	314.593,75			
	2007	1.001.337,60			
	2008	46.320,16			
	2009	36.762,33			
Sub-Total		14.308.024,79	8.218.593,83	946.246,10	5.143.184,86
Imobilizações em curso c/59341					
2º QCA- Fundo Coesão	2001	582.048,55	174.439,81	19.382,20	388.226,54
Sub-Total		582.048,55	174.439,81	19.382,20	388.226,54
Imobilizações em curso c/593606					
Câmara M. de Coimbra - Museu dos Transportes	2001	207.834,36	37.410,14	4.156,68	166.267,54
Sub total		207.834,36	37.410,14	4.156,68	166.267,54
c/593607					
1º QCA - FEDER	1990	463.849,62	436.007,11	21.012,40	6.830,11
	1991	500.176,05	447.494,88	22.657,96	30.023,21
	1992	371.575,98	315.607,43	16.832,40	39.136,15
	1993	211.836,15	170.332,06	9.596,16	31.907,93
	1995	1.038.477,27	650.743,57	47.043,04	340.690,66
	1996	68.510,53	45.777,04	3.103,52	19.629,97
Sub Total		2.654.425,60	2.065.962,09	120.245,48	468.218,03
Total Subsídios		32.635.071,39	15.400.521,40	1.842.092,50	15.392.457,49

Outras Comparticipações

Rubrica	Ano de concessão	Valor da comparticipação			
		Total atribuído	Transferência p/rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/rendimentos 2010	Saldo
Imobilizações em curso c/5935 PARTICULARES	Anos anteriores	10.145.074,43	3.777.412,56	495.513,43	5.872.148,44
	2010	406.178,73		157.948,94	248.229,79
Total comparticipações		10.551.253,16	3.777.412,56	653.462,37	6.120.378,23

Total Subsídios e Comparticipações

Total atribuído	Transferência p/rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/rendimentos 2010	Saldo
43.186.324,55	19.177.933,96	2.495.554,87	21.512.835,72

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Código	Descrição do investimento	Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
		Anos anteriores	2010	Total			No período em análise a)	Global b)
2 1	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SECTOR DE ÁGUA							
2 1 3	Remodelação de Equipamento							
2 1 3 1	Remodelação de equipamento electromecânico e de tratamento - água	124.248,07	16.850,64	141.098,71	30.000,00	195.000,00		72,36%
2 1 3 2	Instrumentação, Telegestão e Equipamento de Diagnóstico e Inspeção	391.452,74	373.546,47	764.999,21	420.000,00	962.000,00	88,94%	79,52%
2 1 4	Reservatórios e estações elevatórias							
2 1 4 3	Grandes reparações em reservatórios e higienização.	221.536,40	7.410,00	228.946,40	50.000,00	572.000,00	14,82%	40,03%
2 1 4 4	Obras de adaptação às normas de higiene e segurança em reservatórios e estações elevatórias de água	3.000,00	6.750,00	9.750,00	550.000,00	1.453.000,00	1,23%	0,67%
2 1 5	Ampliação e reabilitação da rede existente							
2 1 5 4	Rede de Abastecimento de Água ao Tecnopolo (Coimbra Iparque).	1.078.553,70	125.592,04	1.204.145,74	130.000,00	1.209.000,00	96,61%	99,60%
2 1 5 5	Remodelação da Rede de Água na Freguesia de Almalaguês.	417.863,30	303.951,80	721.815,10	380.000,00	1.640.000,00	79,99%	44,01%
2 1 5 11	Ramais domiciliários e prolongamentos	1.207.762,63	55.203,95	1.262.966,58	150.000,00	1.810.000,00	36,80%	69,78%
2 1 5 13	Obras complementares de remodelação de rede de água	125.019,95	126.646,02	251.665,97	130.000,00	456.000,00	97,42%	55,19%
2 1 5 14	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 2ª fase	1.208.733,31	55.635,01	1.264.368,32	100.000,00	1.310.000,00	55,64%	96,52%
2 1 5 15	Obras de Reabilitação do sistema de distribuição de água 3ª fase	57.586,16	905.783,54	963.369,70	1.000.000,00	1.508.000,00	90,58%	63,88%
2 1 5 16	Reforço ao Sector Noroeste (Adémia-Lamarosa)	52.740,00	17.786,09	70.526,09	200.000,00	3.080.000,00	8,89%	2,29%
2 1 5 17	Remodelação da Rede de água em Casal do Lobo e Cova do Ouro				1.000,00	200.000,00		
2 1 5 18	Reabilitação de ramais domiciliários de abastecimento de água				1.000,00	151.000,00		
2 1 5 19	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 4ª fase (Sistemas Cumeada/Olivais/Olivais Torre)		2.481,13	2.481,13	300.000,00	935.000,00		
2 1 5 20	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 5ª fase (Sistema Inferior)				1.000,00	981.000,00		
2 1 5 21	Reformulação do Abastecimento de Água a Paredes, Vale da Luz e Casal da Rosa				70.000,00	100.000,00		
2 1 5 22	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 6ª fase (Sistemas de P. Marrocos, Santa Clara, Alto Barreiros, Cernache, Cruz...)				1.000,00	1.202.000,00		
2 1 5 23	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água 7ª fase (Sistemas Ingote/Lordemão/Brasfemes, Alto 5 Reis, Adémia)				1.000,00	962.000,00		

Código	Descrição do investimento	Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
		Anos anteriores	2010	Total			No período em análise a)	Global b)
2 1 13	Requalificação ambiental da zona norte de Coimbra - 2ª fase - Saneamento básico das bacias das Valas de Vale Travesso e Ançã.							
2 1 13 2	Remodelação da rede de abastecimento de água nas freguesias de S. João do Campo e Antuzede.	371.492,69		371.492,69		372.000,00		99,86%
2 1 14	Saneamento básico a montante das captações da Boavista							
2 1 14 5	Remodelação da rede de abastecimento de água na Freguesia de Torres do Mondego.	49.244,52	26.153,21	75.397,73	50.000,00	155.000,00	52,31%	48,64%
2 1 14 6	Remodelação da rede e sistema de abastecimento de água na Freguesia de Ceira		57.067,94	57.067,94	70.000,00	200.000,00	81,53%	28,53%
2 1 14 7	Remodelação de rede e sistema de abastecimento de água na freguesia de Castelo Viegas	9.484,63	55.733,42	65.218,05	61.000,00	111.000,00	91,37%	58,76%
	<u>Sub-total 2.1 - Activos fixos tangíveis - sector de água</u>	5.318.718,10	2.136.591,26	7.455.309,36	3.696.000,00	19.564.000,00	57,81%	38,11%
2 2	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SECTOR DE SANEAMENTO							
2 2 2	Remodelações de Equipamentos							
2 2 2 1	Remodelação de Equipamentos Electromecânicos - saneamento	37.812,34		37.812,34	10.000,00	78.000,00		48,48%
2 2 2 2	Instrumentação, telegestão e equipamento de diagnóstico e inspecção	66.336,64	131.395,62	197.732,26	200.000,00	417.000,00	65,70%	47,42%
2 2 3	Ampliação e remodelação da rede existente							
2 2 3 2	Remodelação da rede da Alta da Cidade (sistema separativo).	91.200,45	65.828,03	157.028,48	70.000,00	1.691.000,00	94,04%	9,29%
2 2 3 3	Remodelação da rede Solum/Calhabé (sistema separativo).	380.439,08	3.780,00	384.219,08	120.000,00	2.466.000,00	3,15%	15,58%
2 2 3 8	Ramais domiciliários e prolongamentos.	991.997,16	80.182,69	1.072.179,85	150.000,00	1.593.000,00	53,46%	67,31%
2 2 3 10	Remodelação de rede da Baixa da Cidade (sistema separativo)				10.000,00	1.684.000,00		
2 2 3 11	Obras complementares na rede de saneamento	1.650.516,72	706.843,07	2.357.359,79	800.000,00	3.251.000,00	88,36%	72,51%
2 2 3 14	Rede de águas residuais em Casal do Lobo, Cova do Ouro, Dianteiro, Carapinheira, Serra da Rocha, Golpe e Rocha Velha	12.712,00	16.925,00	29.637,00	49.000,00	3.063.000,00	34,54%	0,97%
2 2 3 15	Remodelação de rede da Zona Central da Cidade (sistema separativo)				1.000,00	3.900.000,00		
2 2 9	Requalificação ambiental da zona Norte de Coimbra - 2ª fase - Saneamento básico das Bacias das Valas de Vale Travesso e Ançã							
2 2 9 1	Rede de águas residuais da freguesia de Vil de Matos	1.177.507,41		1.177.507,41	1.000,00	1.178.000,00		99,96%

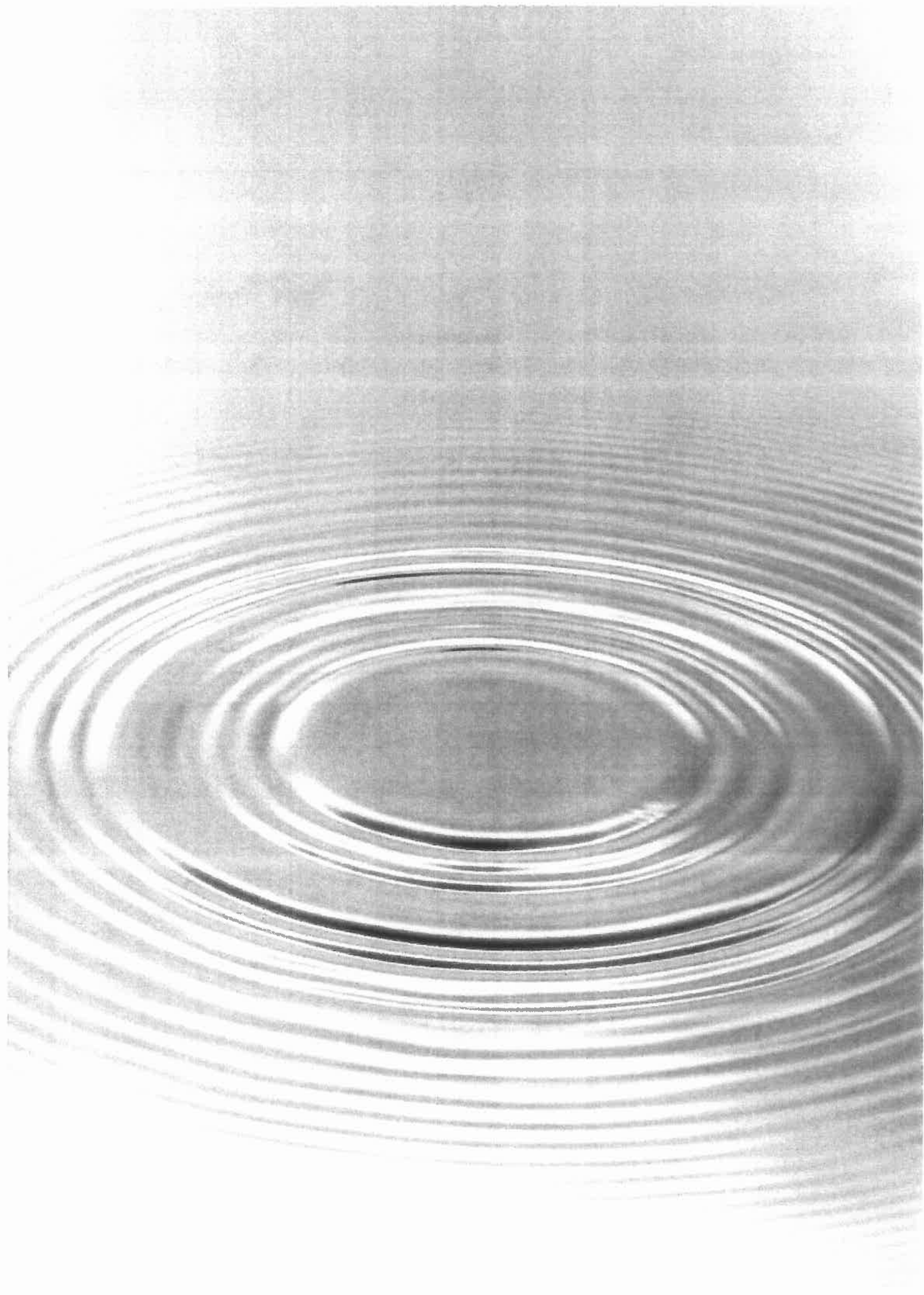
Código	Descrição do investimento	Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
		Anos anteriores	2010	Total			No período em análise a)	Global b)
2 2 9 2	Rede de águas residuais da freguesia de S. João do Campo e Antuzede.	1.950.460,06	164.286,11	2.114.746,17	165.000,00	2.116.000,00	99,57%	99,94%
2 2 10	Saneamento básico a montante das captações da Boavista							
2 2 10 5	Rede de águas residuais na Freguesia de Torres do Mondego	837.519,50	13.155,00	850.674,50	38.000,00	2.488.000,00	34,62%	34,19%
2 2 10 6	Rede de águas residuais na Freguesia de Ceira		237.311,56	237.311,56	250.000,00	850.000,00	94,92%	27,92%
2 2 10 7	Rede de águas residuais na Freguesia de Castelo Viegas	38.865,53	116.121,97	154.987,50	150.000,00	389.000,00	77,41%	39,84%
2 2 10 8	Rede de águas residuais na Freguesia de Almalaguês (3ª fase)	93.754,85	629.744,01	723.498,86	1.000.000,00	1.394.000,00	62,97%	51,90%
2 2 10 9	Rede de águas residuais na Freguesia de Almalaguês (4ª fase)	10.445,20		10.445,20	250.000,00	561.000,00		1,86%
2 2 10 10	Rede de águas residuais na Freguesia de Almalaguês (5ª fase)				1.000,00	420.000,00		
2 2 10 11	Rede de Águas Residuais Freguesia Almalaguês 6ª fase				1.000,00	1.100.000,00		
2 2 11	Requalificação de sistemas existentes							
2 2 11 3	Reabilitação de colectores de drenagem de águas residuais		141.704,62	141.704,62	150.000,00	1.500.000,00		
2 2 11 4	Reabilitação de ramais domiciliários de drenagem de águas residuais		8.311,55	8.311,55	75.000,00	675.000,00		
2 2 11 5	Obras de adaptação às normas de higiene e segurança em estações elevatórias de águas residuais		4.898,90	4.898,90	340.000,00	400.000,00		
2 2 12	Águas Pluviais							
2 2 12 2	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Pluviais nas Z. Urbanas do Concelho, conforme nº 6 da cláusula 5ª do protocolo com a CMC	91.591,99	934,28	92.526,27	360.000,00	819.000,00	0,26%	11,30%
	Sub-total 2.2 - Activos fixos tangíveis - sector de saneamento	7.431.158,93	2.321.422,41	9.752.581,34	4.191.000,00	32.033.000,00	55,39%	30,45%
2 3	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SECTOR COMUM							
2 3 1 1	Remodelação/conservação de edifícios.	470.325,70	111.500,21	581.825,91	200.000,00	971.000,00	55,75%	59,92%
	Sub-total 2.3 - Activos fixos tangíveis - sector comum	470.325,70	111.500,21	581.825,91	200.000,00	971.000,00	55,75%	59,92%
3	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS DIVERSOS							
3 1	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DIVERSOS							
3 1 1 1	Terrenos e recursos naturais.		17.052,00	17.052,00	25.000,00	75.000,00	68,21%	22,74%
3 1 1 2	Edifícios e outras construções.		4.925,99	4.925,99	50.000,00	150.000,00	9,85%	3,28%

Código	Descrição do investimento	Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
		Anos anteriores	2010	Total			No período em análise a)	Global b)
3 1 1 3	Material de carga e transporte		18.012,60	18.012,60	50.000,00	150.000,00	36,03%	12,01%
3 1 1 4	Equipamento básico, outras máquinas e instalações.		14.058,99	14.058,99	65.000,00	195.000,00	21,63%	7,21%
3 1 1 6	Equipamentos de medida e controlo - Contadores de Água				100.000,00	250.000,00		
3 1 1 8	Equipamento administrativo social e mobiliário diverso.		3.252,92	3.252,92	30.000,00	90.000,00	10,84%	3,61%
3 1 1 9	Aquisição de hardware e equipamentos complementares.		33.157,21	33.157,21	40.000,00	120.000,00	82,89%	27,63%
3 1 1 10	Outros activos fixos tangíveis		40.714,05	40.714,05	240.000,00	440.000,00	16,96%	9,25%
	Sub-total 3.1 - Activos fixos tangíveis diversos		131.173,76	131.173,76	600.000,00	1.470.000,00	21,86%	8,92%
3 2	ACTIVOS INTANGÍVEIS							
3 2 1 1	Aquisição de Software		367.773,19	367.773,19	410.000,00	520.000,00	89,70%	70,73%
3 2 1 2	Despesas de Investigação e Desenvolvimento				58.000,00	100.000,00		
	Sub-total 3.2 - Activos intangíveis		367.773,19	367.773,19	468.000,00	620.000,00	78,58%	59,32%
3 3	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL							
3 3 1 1	Amortizações de empréstimos.		821.850,94	821.850,94	822.000,00	2.430.000,00	99,98%	33,82%
	Sub-total 3.3 - Outras Despesas de Capital		821.850,94	821.850,94	822.000,00	2.430.000,00	99,98%	33,82%
	SÍNTESE DO PLANO							
2 1	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS SECTOR DE ÁGUA	5.318.718,10	2.136.591,26	7.455.309,36	3.696.000,00	19.564.000,00	57,81%	38,11%
2 2	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS SECTOR DE SANEAMENTO	7.431.158,93	2.321.422,41	9.752.581,34	4.191.000,00	32.033.000,00	55,39%	30,45%
2 3	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS SECTOR COMUM	470.325,70	111.500,21	581.825,91	200.000,00	971.000,00	55,75%	59,92%
3 1	INVESTIMENTOS EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DIVERSOS		131.173,76	131.173,76	600.000,00	1.470.000,00	21,86%	8,92%
3 2	ACTIVOS INTANGÍVEIS		367.773,19	367.773,19	468.000,00	620.000,00	78,58%	59,32%
3 3	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		821.850,94	821.850,94	822.000,00	2.430.000,00	99,98%	33,82%
	TOTAL	13.220.202,73	5.890.311,77	19.110.514,50	9.977.000,00	57.088.000,00	59,04%	33,48%

a) Quociente entre o valor realizado no período em análise e a dotação anual prevista corrigida das alterações efectuadas.

b) Quociente entre o total do valor realizado e o custo total previsto.

c) Para os investimentos: 31 - Investimentos em Activos fixos tangíveis diversos, 32 - Activos Intangíveis e 33 - Outras Despesas de Capital, o custo total previsto diz respeito ao investimento para os anos de 2010, 2011 e 2012.



DELIBERAÇÃO



DELIBERAÇÃO

O Conselho de Administração delibera, por unanimidade:

1. Aprovar o Relatório e Contas do Exercício correspondente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, nos termos da alínea f), do ponto 2, do artigo 9º dos Estatutos da AC, Águas de Coimbra, E.E.M.;
2. Submeter, nos termos da alínea d), do ponto 1, do artigo 23º dos Estatutos da AC, Águas de Coimbra, E.E.M. à apreciação da Câmara Municipal de Coimbra, o Relatório do Conselho de Administração, as Contas do Exercício, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Fiscal Único, tendo em vista a sua aprovação.
3. Propor à Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do artigo 20º dos Estatutos da AC, Águas de Coimbra, E.E.M., a seguinte aplicação para o Resultado Líquido negativo do período de 2010, no montante global de € -1 469 834,22:

Resultados Transitados	-1 469 834,22
------------------------	---------------

Reunião do Conselho de Administração de 04 de Março de 2011.

O Presidente

(Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Dr.)

O Administrador

(Olinto Miguel Teodoro Vieira, Dr.)

A Administradora

(Sandra Correia Tavares de Pina, Eng.ª)

RELATÓRIO E PARECER DO FIACAL ÚNICO



MARQUES DE ALMEIDA
J. NUNES V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Accionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respectiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

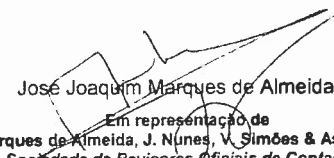
Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da **AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.**, em 31 de Dezembro de 2010 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adoptados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 10 de Março de 2011



José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

MARQUES DE ALMEIDA

J. NUNES V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M. as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de €88.794.832,62 e um total de capital próprio de €64.243.795,52 incluindo um resultado líquido negativo de €1.469.834,22), as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adaptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

MARQUES DE ALMEIDA
J NUNES V SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

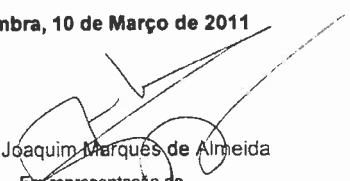
Opinião sem reservas

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.**, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com o normativo vigente em Portugal.

Ênfases

8. Tal como explicado no Anexo, os valores finais apresentados nas demonstrações financeiras de 2009 não são coincidentes com os valores dos comparativos das demonstrações financeiras de 2010, fruto das alterações decorrentes da adopção do sistema de normalização contabilística.

Coimbra, 10 de Março de 2011


José Joaquim Marques de Almeida

Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

DÍVIDAS A FORNECEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em cumprimento do disposto no n.ºs 5 e 8 do artigo 183.º da Lei do Orçamento de Estado (OE) para o ano de 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, divulga-se a situação das dívidas a fornecedores em 31 de Dezembro de 2010.

DÍVIDAS A FORNECEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010						
NATUREZA DOS BENS E SERVIÇOS: Outros bens e serviços						
FORNECEDOR	> A 60 DIAS	> A 90 DIAS	> A 120 DIAS	> A 180 DIAS	> A 360 DIAS	TOTAL
AUTO GARAGEM DE COIMBRA, LDA	299,86					299,86
EQUIFERMAQ - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS, LDA	474,42					474,42
EXPLORATÓRIO - CENTRO CIÊNCIA VIVA DE COIMBRA	12.000,00					12.000,00
MENDES & IRMÃOS, S.A.	204,97					204,97
PRIORIDADE - CONSTRUÇÃO DE VIAS DE COMUNICAÇÃO, S.A.	405,47					405,47
SECIL PREBETÃO - PREFABRICADOS DE BETÃO, S.A.	36,86					36,86
SISTCENTRO - SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO E CONTROLO, LDA	333,00					333,00
VIANAS - MÁQUINAS FERRAMENTAS E MATERIAL INCÊNDIO, LDA	21.248,81					21.248,81
DUNIMEX - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	165,17					165,17
ÁGUAS DO MONDEGO, S.A.	1.090.953,63					1.090.953,63
AUTOMÓVEIS DO MONDEGO, LDA		63,69				63,69
NEVES OLIVEIRA & FILHOS, LDA		1.706,71				1.706,71
FBA - FERRAND, BICKER & ASSOCIADOS, LDA		1.777,79		5.822,10		7.599,89
ISIDORO CORREIA DA SILVA, LDA			491,25			491,25
MACOBEGO, LDA			180,00			180,00
EXIDE TECHNOLOGIES, LDA			87,44			87,44
SANIPÓVOA, S.A.			38,09			38,09
IDEAL TI, LDA				780,00		780,00
QUANTIFIC - INSTRUMENTAÇÃO CIENTÍFICA, LDA				4.680,00		4.680,00
MULTICERT - SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO ELECTRÓNICA, S.A.				11.880,00		11.880,00
GO-UP DESIGN				150,00		150,00
TOTAL	1.126.122,19	3.548,19	796,78	23.312,10	0,00	1.153.779,26
NATUREZA DOS BENS E SERVIÇOS: Licenciamento de Software						
FORNECEDOR	> A 60 DIAS	> A 90 DIAS	> A 120 DIAS	> A 180 DIAS	> A 360 DIAS	TOTAL
LOGICATI PORTUGAL, S.A.				96.019,44		96.019,44
TOTAL	0,00	0,00	0,00	96.019,44	0,00	96.019,44
TOTAL GERAL	1.126.122,19	3.548,19	796,78	119.331,54	0,00	1.249.798,70



AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

Rua da Alegria, n.º 111

3001 – 902 Coimbra

www.aguasdecoimbra.pt

